



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Ana Claudia Colacino

REFORMA AGRÁRIA E A LUTA PELA TERRA:
MARCAS DA CAMPELINIDADE NO PROJETO DE ASSENTAMENTO
ARIZONA – ANDRADINA/SP

TRÊS LAGOAS/MS
2023

Ana Claudia Colacino

**REFORMA AGRÁRIA E A LUTA PELA TERRA:
MARCAS DA CAMPESINIDADE NO PROJETO DE ASSENTAMENTO
ARIZONA – ANDRADINA/SP**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Campus de Três Lagoas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul para a obtenção do título de mestre em Geografia.
Orientador: Prof. Dr. Thiago Araújo Santos.

TRÊS LAGOAS/MS
2023

Ana Claudia Colacino

REFORMA AGRÁRIA E A LUTA PELA TERRA:
MARCAS DA CAMPESINIDADE NO PROJETO DE ASSENTAMENTO ARIZONA –
ANDRADINA/SP.

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Danilo Souza Melo
Instituto Federal do Mato Grosso do Sul

Prof. Dr. Sedeval Nardoque
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestre em geografia.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof. Dr. Thiago Araújo Santos
Orientador

Três Lagoas, 2023.

Dedico este trabalho para todos os assentados do PA Arizona.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu querido orientador, Thiago. Admirável como profissional e sobretudo como pessoa. Espero que os dois anos de aproximação do mestrado permaneçam reverberando por outros tempos.

Aos professores Marco e Sedeval, pelas contribuições no meu trabalho e pelo privilégio em tê-los presentes em minha banca.

Ao Programa de Pós-graduação em Geografia da UFMS de Três Lagoas por tornar um sonho possível.

Agradeço a minha mãe por todo afeto, preocupação e cuidado com minha saúde nesse período e, mesmo não compreendendo a dimensão deste processo, tornou-se evidente que o amor carece da necessidade de algumas razões.

Ao meu irmão que, mesmo à distância, se fez presente. Minha cunhada, Luciane, exemplo de mulher na ciência.

Ao Jhonata, por suportar os piores dias e a paciência em acolher os choros.

Não posso deixar de agradecer àqueles que não lerão essas palavras, mas que estavam comigo em toda a sua construção. Meu amado pai, que acreditava em meu potencial mais do que eu ainda acredito. Meus avôs e avós, em especial, minha avó Maria – tudo que existe em mim de afeto e força é resultado desta relação. Meu doce e amado cãozinho, Zeca, que assistiu a todas as aulas on-line ao meu lado e que o vazio da casa seja preenchido pelas lembranças.

Às mulheres maravilhosas que me cercam, amadas amigas, obrigada por tolerarem minhas ausências, eu amo vocês. Thaís, Flávia, Maíra, Maysa, Laiane, Marília, Angélica, Arieli e Jacque.

Aos meus amigos pelos incentivos e acolhimento, Ícaro, Edvaldo, Luís Felipe, Joser e Jorge.

Agradeço aos meus companheiros de trabalho, da Secretaria de Assistência Social, do CRAS e do CREAS.

Agradeço às FIRB, ao meu diretor e meu coordenador

Agradeço aos meus incríveis alunos. Obrigada pela paciência e pela compreensão do cansaço, vocês são parte disso.

Agradeço a todos os assentados do PA Arizona, conhecidos e desconhecidos com suas inúmeras qualidades intrínsecas que estudo nenhum daria conta de esgotar.

Agradeço às paixões que me permitiram seguir até o fim deste trabalho e todas as mãos que me acompanharam ao longo deste processo e fizeram-me quem sou. Obrigada.

RESUMO

Esta dissertação partiu de uma reflexão sobre a condição camponesa e a razão de ser do campesinato e de sua permanência na terra, mesmo diante do avanço do capitalismo no campo, da mundialização do capital e do agronegócio. Foi adotado um conjunto de referenciais teóricos que apontam para as contradições apresentadas pelo capitalismo em seu desenvolvimento combinado e contraditório no campo, no qual a produção e reprodução do capital se fazem a partir de relações não capitalistas. Como procedimentos metodológicos, utilizou-se a pesquisa/análise de documentos e entrevistas semiestruturadas para obter informações sobre a história de luta pela e na terra dos assentados do Projeto de Assentamento Arizona de Andradina (SP), referencial empírico deste estudo. Obteve-se como resultado a identificação de formas de controle das etapas de produção e comercialização, na monopolização do território e na fragmentação das ações políticas e coletivas, bem como a reprodução de violências e desigualdades na história de vida desses sujeitos sociais. Outrossim, mesmo diante deste processo desigual e contraditório, verificou-se que estes mesmos sujeitos sociais expressam o que foi qualificado neste trabalho de marcas da “campesinidade”. Tais marcas expressam clareza na compreensão do significado e no sentido da terra, compreendida como terra de família, terra de trabalho, sendo *locus* de recriação camponesa e da construção e reconstrução de uma subjetividade mediada pelas relações objetivas de luta na/pela terra.

Palavras-chave: Reforma agrária. Luta pela terra. Campesinidade. Assentamento. Arizona. Andradina.

ABSTRACT

The cornerstone of this dissertation started out as a reflexion on the campesino condition and the *raison d'être* of the peasantry and their continuity on the land, even facing the advance of capitalism in the countryside, the globalization of the capital and the agrobusiness. A set of theoretical references that point at the contradictions presented by the capitalism in its combined and contradictory development in the countryside, in which the production and reproduction of the capital happen from non-capitalist relationships, was adopted. As for the methodological procedures, the research and analysis of documents and semi-structured interviews were used to obtain data on the history of struggle for and on the land of the land reform beneficiaries of the *Projeto de Assentamento Arizona de Andradina (SP)*, which is the empirical reference of this paper. The outcome obtained was the identification of forms of control of the production and commercialization phases, the monopolization of the territory and the fragmentation of the political and collective actions, as well as the reproduction of violent acts and inequalities in the life history of these social subjects. Additionally, even facing the unequal and contradictory process, it was noticed that these social subjects express what was qualified in the paper as traits of 'peasantry'. Such traits express clarity in the comprehension of the meaning and in the sense of land, understood as family land, work land, being *locus* of peasant re-creation and of construction and reconstruction of a subjectivity mediated by objective relations of struggle in and for the land.

Keywords: Land reform. Struggle for land. Peasantry. Arizona Settlement. Andradina.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Andradina (SP) – Cruz em Praça Central – 1937	52
Figura 2- Andradina (SP) – Cruz em Praça Central – 2023	52
Figura 3- Andradina (SP) – Pioneiros de Andradina - 1939	53
Figura 4- Andradina (SP) - Frente Pioneira - 1939	54
Figura 5- Andradina (SP) – Fertilidade das Terras – 1940.....	55
Figura 6- Andradina (SP) – Construção da Ferrovia – s/d	57
Figura 7- Andradina (SP) – Chegada da Locomotiva – 1937	58
Figura 8- Andradina (SP) - Estação Ferroviária – 1937	59
Figura 9- Andradina (SP) – Organograma do uso da terra - 2021	70
Figura 10- PA Arizona/Andradina (SP) - distribuição dos 46 lotes	97
Figura 11- Assentamento Arizona/Andradina (SP) - Cercamentos e vida animal no PA Arizona	107
Figura 12- Assentamento Arizona/Andradina (SP) - Barracão comunitário.....	108
Figura 13- Assentamento Arizona/Andradina (SP) - Resfriador comunitário	108
Figura 14- Andradina (SP) - Vicinal Emérito Castilho Teno, via de acesso para o PA Arizona	109
Figura 15- Andradina (SP) - Entrada do PA Arizona.....	109
Figura 16 - Assentamento Arizona/Andradina (SP) - Estrada Interna	110
Figura 17- Assentamento Arizona/Andradina (SP) - Estrada Interna após chuvas.....	110
Figura 18- Assentamento Arizona/Andradina (SP) - Estrada Interna após chuvas 2...	110
Figura 19- Assentamento Arizona/Andradina (SP) - Produção de Hortaliças	112
Figura 20- Sede da Cooperativa Canteiro Agrário – Andradina (SP)	113
Figura 21- Barracão de distribuição das produções agrícolas – Andradina (SP)	113
Figura 22-Assentamento Arizona/Andradina (SP) – Resfriador comunitário COAPAR	118
Figura 23- Assentamento Arizona/Andradina (SP): Vacas para produção de leite	118
Figura 24-Assentamento Arizona/Andradina (SP) – Curral.....	119
Figura 25- Andradina (SP) - Inauguração do laticínio da COAPAR	121
Figura 26- Andradina (SP) – Plantação de cana-de-açúcar	125
Figura 27- Andradina (SP) – Plantação de cana-de-açúcar 2	125
Figura 28-Assentamento Arizona/Andradina (SP) – Casa do “papai”	140
Figura 29-Assentamento Arizona/Andradina (SP) – Pé de café na terra de trabalho ..	141

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Município de Andradina (SP) - Expansão da cana-de-açúcar (2007-2020). 70

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Região Imediata de Andradina (SP).....	93
Mapa 2 - Assentamentos Rurais - Andradina (SP).....	95
Mapa 3- Andradina (SP): Localização do Assentamento Arizona.....	96

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Município de Andradina (SP): Número de estabelecimentos agropecuários – 2017	43
Tabela 2 - Município de Andradina (SP): Número de estabelecimentos agropecuários com produção de horticultura – 2017	44
Tabela 3 - Município de Andradina (SP): Número de estabelecimentos com produção leiteira - 2017	44
Tabela 4- Município de Andradina (SP) - Estabelecimentos com lavoura temporária - 2017	68
Tabela 5 - Município de Andradina (SP) - Área colhida da lavoura temporária - 2017	69

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACS - Agente Comunitária de Saúde

APP - Área de Preservação Permanente

CEFNOB - Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil

COAPAR - Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados e Pequenos Produtores da Região Noroeste do Estado de São Paulo

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

CONTAG - Confederação dos Trabalhadores da Agricultura

COPRIMA - Cooperativa Agropecuária Primavera

CPT - Comissão Pastoral da Terra – CPT

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRA - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INDA - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ITESP - Instituto de Terras do Estado de São Paulo

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

NOB - Estrada de Ferro Noroeste do Brasil

ONU - Organização das Nações Unidas

PIN - Programa de Integração Nacional

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

PNRA - Programa Nacional de Reforma Agrária

PR - Para-Rural

PROÁLCOOL - Programa Nacional do Alcool

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar -

PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste

RL - Reserva Legal

SINTRAF - Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar

SUPRA - Superintendência da Política Agrária

UDR - União Democrática Ruralista

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
	Primeiras aproximações com o tema de estudo	16
	O percurso de construção do trabalho	17
	A escolha metodológica	21
	A aproximação com o PA Arizona	23
2	O AVANÇO DO CAPITALISMO NO CAMPO BRASILEIRO	26
2.1	A ESTRUTURA FUNDIÁRIA E O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NO CAMPO	26
2.2	O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NO CAMPO BRASILEIRO	31
2.3	A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E A IMPORTÂNCIA DA PRODUÇÃO CAMPONESA	38
3	DO “REI DO GADO” ÀS “RAINHAS DA CANA”	45
3.1	A FRONTEIRA: FRENTE PIONEIRA E FRENTE DE EXPANSÃO	45
3.2	OS PIONEIROS DE ANDRADINA E A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL	49
3.3	DA FRENTE PIONEIRA À INTENSIFICAÇÃO DAS MONOCULTURAS	61
3.4	A EXPANSÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR E A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL	64
4	A RESISTÊNCIA CAMPONESA DIANTE DO AVANÇO DO CAPITALISMO NO CAMPO	71
4.1	O CAMPESINATO E A EXPANSÃO DO CAPITALISMO	71
4.2	A REFORMA AGRÁRIA E A LUTA PELA TERRA	74
4.3	O CAMPESINATO E A TERRA DE TRABALHO	81
4.4	OS ASSENTAMENTOS RURAIS	86
5	O PROJETO DE ASSENTAMENTO ARIZONA	92
5.1	LOCALIZAÇÃO E CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS	92
5.2	A FAZENDA ARIZONA	97
5.3	O PROJETO DE ASSENTAMENTO ARIZONA E A LUTA PELA TERRA	98
5.4	CARACTERIZAÇÃO E ESTRUTURA DO PA ARIZONA	105

5.5	O PROCESSO DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO NO PA ARIZONA	111
6	OS SUJEITOS SOCIAIS – TERRA DE TRABALHO E AS MARCAS DA CAMPELINIDADE	127
6.1	A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO SOCIAL E A DIALÉTICA OBJETIVIDADE E SUBJETIVIDADE	127
6.2	O PASSADO: HISTÓRIA QUE REVERBERA	129
6.3	O PRESENTE E O VIR A SER	133
6.4	O FUTURO: TRANSFORMAÇÃO PARA A PERMANÊNCIA	137
6.5	DIALÉTICA DIFERENÇA E IGUALDADE: FRAGMENTOS DE RESISTÊNCIA	141
7	CONCLUSÃO	144
	REFERÊNCIAS	148
	ANEXO	153

1 INTRODUÇÃO

Primeiras aproximações com o tema de estudo

Apresentamos, inicialmente, uma caracterização com os interesses de estudo, enquanto psicóloga, que transcorrerá no percurso e construção do trabalho, visto que nenhuma escolha de estudo é neutra e descontextualizada.

As desigualdades produzidas historicamente em nosso país impactam, diretamente, dezenas de famílias. Partindo disto, a Psicologia Social tomou como seu objeto compreender os impactos das transformações nas relações e na subjetividade humana, pautadas na exclusão e no sofrimento dos indivíduos decorrentes deste sistema produtor de inúmeras desigualdades. O objetivo é conhecer como o homem se insere neste processo histórico, não como adaptação ou determinação, mas como se torna ativo e produtor de sua história e, por conseguinte, como pode transformar a sociedade em que vive, ou seja, toma como foco as realidades vividas concretamente, conceitualizando a ideologia como fundante das relações de dominação, sendo possível, deste modo, a conscientização pela práxis e o desvencilhar dos poderes hegemônicos.

Em suma, quando estamos inseridos e submetidos a um sistema baseado na exploração e na exclusão, todo o processo de formação da subjetividade humana e a possibilidade de compreensão da liberdade e felicidade ficam comprometidos. E é nesta compreensão que a Psicologia Social assume seu compromisso ante às condições impostas pelo capitalismo e o discurso hegemônico que acarretam o sofrimento humano.

Estar e vivenciar tal realidade resulta em sofrimento, pois a compreensão dos afetos não está isolada do contexto econômico, político e social.

Destarte, o capitalismo traz consigo uma contradição universal: terra X capital. Tal contradição é marcada por ações antidemocráticas e autoritárias promovidas pelas oligarquias rurais, tornando-se notável que a questão agrária no Brasil é atravessada pela desigualdade e a exploração da terra, bem como o descompromisso com a preservação e cuidado do meio ambiente. Consequentemente, tornam-se visíveis os impactos do capital na natureza, na paisagem e na própria relação do homem com o ambiente.

O modo de produção capitalista é gerador de desigualdades, exclusões e subordinações. Tal modo de exploração trouxe mudanças significativas nas relações humanas e, decerto, na forma de compreender as expressões subjetivas, visto que a formação subjetiva está atrelada às condições materiais e relacionais.

Este trabalho foi construído na busca de tentar amenizar as inquietações, a necessidade de compreender as consequências nas relações sociais decorrentes dessa desigualdade, trazendo a exclusão e a marginalização, como consequências da desigualdade social constitutiva da nossa sociedade, provocadora de sofrimento dos camponeses, mas, contraditória e dialeticamente, a possibilidade de transformação.

Partimos de uma perspectiva otimista para não desesperançar na utopia, da construção de coletividades e no compromisso ético-político e a possibilidade de se inquietar e se indignar diante da crise humanitária, da fome, do envenenamento, do desvalor da vida na Terra.

Quanto ao recorte do estudo, realizado no Projeto de Assentamento (PA) Arizona, é justificado por ser um assentamento de Andradina, município e minha cidade de origem, e por não ser identificado nenhum estudo próprio deste lugar. Um assentamento criado no auge do avanço do agronegócio com a monocultura da cana-de-açúcar na região e a territorialização das usinas de açúcar e álcool.

O percurso de construção do trabalho

Partindo da compreensão que a construção do território é, em síntese, uma unidade dialética, encontramos com o avanço do capital a contradição de seu desenvolvimento, posto que este é desigual, simultâneo e combinado em seu movimento de valorização, produção e reprodução.

Assim sendo, com avanço do capital no campo, há a subordinação daqueles que ali vivem e a mudança da forma de relação e de trabalho destes, o que resulta no conflito dos camponeses com capitalistas e proprietários fundiários ligados ao agronegócio, sendo expressos na modernização, no controle das etapas de produção, na violência e na (re)produção da desigualdade e miséria.

Sabemos que a desigualdade é condição histórica de nosso país e inerente ao desenvolvimento do capitalismo, assim como concentração de terra. E é exatamente a manutenção dos interesses pela renda fundiária que tem criado barreiras para uma reforma agrária efetiva em nosso país. Entretanto, os camponeses têm mostrado que a luta pela terra e a luta na terra são o caminho possível para redução das desigualdades e melhores condições de vida.

Dessa forma, compreendemos que a “melhor distribuição da renda na agricultura passa necessariamente pela distribuição da terra. Maior acesso à terra significa possibilidade de obtenção de melhor fatia da renda geral” (OLIVEIRA, 2003, p. 138).

Para que possamos compreender o avanço do capitalismo do campo e as consequentes submissões impostas para os camponeses e, contraditoriamente, suas criações e recriações de resistência, há a necessidade de conhecer como ocorrem as relações internas.

O campesinato busca o equilíbrio trabalho-consumo (CHAYANOV, 1981) desconstruindo a lógica de acumulação do capital, pois a organização e produção dos assentados estão voltadas prioritariamente ao suprimento da necessidade da família através do trabalho na terra, sendo contrária à lógica exploratória nas atividades ligadas ao agronegócio que causam a progressiva destruição da natureza.

Nas palavras de Woortmann (1990), a campesinidade apresenta qualidades que são encontradas em diferentes tempos e lugares, expressando a ética camponesa, ou seja, a terra, o trabalho e a família como valores morais e categorias nucleares e relacionadas entre si. A campesinidade também apresenta como princípios organizatórios a honra, a hierarquia e a reciprocidade, sendo constituintes de uma ideologia tradicional oposta à ordem da modernidade.

Partimos da compreensão contraditória e combinada do processo de formação e reprodução do capital no campo, haja vista que não são relações tipicamente capitalistas, na qual os camponeses encontram diversos e inúmeros problemas, tais como: falta de incentivos de crédito, orientações técnicas, demora e burocratização nas ações e ainda a “não-compreensão do ideário camponês da produção em terra própria e da liberdade do trabalho” (OLIVEIRA, 2001, p. 205).

E são esses sujeitos sociais em suas incansáveis lutas e resistências que permitem resistir ao monopólio mundial de alimento resultante do processo de mundialização do capital, como a possibilidade de retomar o controle da produção agrícola, subvertendo os dois movimentos monopolistas: o de territorialização do capital e a monopolização do território.

A construção desta dissertação segue dois movimentos em sua organização estrutural: o primeiro tem como objetivo enfatizar um percurso teórico, no qual se apresentam também alguns dados da realidade nacional e da região de Andradina como forma de contextualizar a problemática mais ampla. O segundo movimento é caracterizar o PA Arizona, no qual a construção dos dois últimos capítulos se dá pelo protagonismo das falas dos assentados, demonstrando as problemáticas expostas nos capítulos anteriores.

Dessa maneira, no trabalho, pretendemos realizar um movimento diacrônico, caracterizando no primeiro capítulo os aspectos históricos da questão agrária no Brasil e suas bases cristalizadas de concentração fundiária, caracterizada pela renda capitalizada da terra. Seguem-se o processo de mundialização do capital e seus reflexos na territorialização do capital

e na monopolização do território, trazendo à luz reflexões da dependência e subordinação do capital no campo. Consequentemente, consideramos imprescindível apontar alguns dados da produção de alimento em decorrência do agronegócio, como forma de alertarmos a crise dos alimentos e a importância da produção camponesa.

No segundo capítulo, apresentamos a formação territorial de Andradina e seu processo de especulação da renda da terra, explicando a chegada da frente pioneira e a frente de expansão. São evidenciados o domínio característico da região pelos latifundiários pela pecuária extensiva do gado de corte e, posteriormente, com o processo de expansão do capital no campo e a territorialização do capital com a expansão da monocultura da cana-de-açúcar. Tal capítulo tem como objetivo sinalizar ao leitor o processo de disputa e violência sofridos pelos camponeses posseiros e arrendatários, sendo suas histórias veladas pelos discursos elitistas dos pioneiros.

O terceiro capítulo tem como objetivo priorizar a reflexão do significado dos assentamentos rurais e de resistência dos camponeses na luta pela terra e na luta de permanência da terra diante do avanço do capitalismo no campo. Compreendemos que os assentamentos rurais e sua luta pela terra e pela permanência na terra representam o encontro do campesinato e a possibilidade de minimizar parte da exclusão produzida pela lógica capitalista. Enfatiza-se, também, a tentativa de apagamento desses sujeitos sociais pelo capitalismo e sua condição de luta pela terra de trabalho, terra de família.

No quarto capítulo, apresentamos o PA Arizona, trazendo informações de sua localização e características geográficas. E, através dos relatos dos assentados, sua história de ocupação, demonstra-se o processo que se inicia antes mesmo da chegada de alguns assentados em Andradina. Nesse capítulo apresentamos, também, as informações de produção e comercialização das produções do PA, indicando a fragmentação, a sujeição da renda da terra e os impactos da ausência do Estado para a permanência dos camponeses em suas terras e evidenciando a complementariedade entre relatos dos sujeitos sociais estudados e a teoria exposta nos capítulos anteriores.

Por último, no quinto capítulo, realizamos a caracterização dos sujeitos sociais do PA Arizona, na qual, através de suas falas, podemos visualizar o horizonte da criação e recriação camponesa, que nesse trabalho também compreendemos como campesinidade, destacando os aspectos da constituição humana, de suas relações sociais e que são marcadas pela sua historicidade enquanto passado, presente e futuro.

Desse modo, pretendemos explicar como Andradina, município localizado a oeste do estado de São Paulo, está incluído nesse processo contraditório no qual, mesmo sendo a região de significativo histórico de ação e crescimento dos movimentos sociais de luta pela terra,

encontra-se cercada pelo latifúndio. (FERNANDES, 2012; FERRANTE, 2012; FERNANDES, 1999).

Em resumo, objetivamos responder questões: como o PA Arizona responde ao avanço do capitalismo no campo? Quais são as expressões de subordinação? Quais as expressões de resistências e permanência desses sujeitos sociais na terra mesmo diante da escassez de ações do Estado?

O PA Arizona está localizado a 7 km do município de Andradina, é formado por aproximadamente 638 hectares. Possui 46 famílias assentadas. O processo de ocupação do PA Arizona iniciou-se no ano de 2002, no qual vieram 28 famílias que estavam acampadas na região de Ribeirão Preto.

A posteriori, após chegarem a Andradina, as 28 famílias juntaram-se com outras 18 famílias que já eram moradoras da cidade. Acamparam, primeiramente, no PA Timborezinho (outro PA do município de Andradina), ficando 8 meses para, posteriormente, direcionarem-se para o Arizona. Dentre as 28 famílias que chegaram da região de Ribeirão Preto para a região de Andradina, 16 permaneceram nos acampamentos e, somadas com as famílias de Andradina, totalizaram as 46 que permaneceram até o final, quando saiu a homologação do PA, em 2006.

As principais produções existentes do PA Arizona são a de leite e hortaliças. Na estrutura do assentamento, os camponeses dispõem de um resfriador de leite comunitário, quatro poços artesianos, um barracão (onde se realizam as atividades comunitárias e atendimentos das políticas públicas) e duas igrejas.

Inicialmente, na investigação, realizamos uma pesquisa de referências bibliográficas nos catálogos de teses e dissertações de programas de pós-graduação com o objetivo de acesso aos trabalhos realizadas nos assentamentos da região de Andradina em diferentes áreas de conhecimento e, nesta busca, foram encontrados trabalhos referentes à Agronomia, Serviço Social, História, Geografia e Engenharia Agrônômica, entre os anos de 2006 e 2022. Também foram encontradas notícias e documentos referentes ao PA de assentamento Arizona.

Ademais, realizamos visitas de campo no período para a realização de entrevistas com o objetivo de conhecer o processo histórico de constituição do assentamento e visitas de exploração e observação, como forma de visualizarmos algumas características da dinâmica e cotidiano do PA Arizona e visitas para realizarmos registros fotográficos.

A escolha metodológica

Como metodologia, utilizamos o recurso das fontes orais e a análise de eixos temáticos, tais como: a luta pela terra, o avanço do capitalismo no campo e o significado do campesinato.

As entrevistas foram realizadas através de um roteiro semiestruturado, mas permitindo a condução dos relatos de acordo com pontos de maior interesse dos participantes, como forma também de elaborar uma análise que partisse da compreensão do camponês como classe heterogênea. Assim, buscamos coletar assuntos acerca do tema central num movimento dialético entre o individual e o coletivo, partindo do pressuposto que é na realidade concreta que formamos nossa subjetividade.

Para este trabalho, utilizamos também o conhecimento da Psicologia Histórico Cultural, que tem como objeto o sujeito real, que vive, pensa, age, planeja e trabalha, que, necessariamente, relaciona-se com outras pessoas e está inserido numa classe social, num determinado tempo histórico e é construtor e produto da sociedade.

Nos dizeres de Vygotsky (1996), em seus estudos, apresentou e enfatizou a importância da linguagem como instrumento e produto da construção social. Portanto, por meio da linguagem, é possível a apropriação do conhecimento produzido pelo homem no decorrer da história.

As fontes orais são possibilidades de evidenciar a linguagem como a concretização do encontro de dois seres sociais e não há, como seres ativos que somos, a passividade nesse encontro. Todo encontro, quando intencional, é mediado pelo afeto além de dar voz para o sujeito, resulta na aprendizagem do entrevistador, acarretando dois mundos transformados.

Compreendemos que os sujeitos se constroem na relação com o outro, e é na relação com o outro que é construída sua consciência, ou seja, a relação social é a possibilidade de internalizarmos e reconstruirmos o contexto social e constituirmos, assim, a subjetividade.

Para tanto, o produto é o próprio processo, um vir a ser, do resgate do passado, do presente e do futuro, entendendo que a atividade, a ação humana é gerúndio. A pesquisa é o recorte temporal, mas as histórias permanecem, continuam a ser vividas. E o que vamos relatar é a continuidade do passado, expressa no presente em carne e osso. Assim, compreende-se que a finitude da pesquisa é uma ilusão, pois a finitude da luta é uma utopia.

Como todo instrumento tem sua limitação, haja vista que as fontes orais não conseguem resgatar toda a memória, mas aquela memória escolhida, aquelas palavras usadas para resgatar a memória implicam a análise dessa construção coletiva. Toda palavra tem um significado e ganha sentido que expressa o coletivo, mesmo na singularidade.

Em tese, o pesquisador é aquele que trará dúvidas e a necessidade da continuidade, pois a pesquisa de fontes orais traz a voz do oprimido, suas vidas são áreas sem registros, registros apagados pelas classes hegemônicas.

Por isso, ocorre a superação das barreiras da cientificidade os “do lado de lá e os do lado de cá”, compreensão arcaica da neutralidade científica. Então, compreendemos que, para além de articular conhecimentos teóricos, as fontes orais articulam vidas. Não é o objetivo de apenas achar respostas para os embates teóricos, mas articular conhecimento que não está escrito, ou seja, a compreensão que o ser humano não se constitui do que está no dito explícito, mas toda construção humana é permeada por linguagem.

Antes que seja possível tecer críticas na utilização de fontes orais com o argumento de que se trata de uma escolha subjetiva e possivelmente pessoal ou distorcida pelo fato, compartilhamos da compreensão de que a subjetividade é uma produção dialética da objetividade. Toda história de um perpassa pela história de um todo.

Nas fontes orais, o narrador tem papel ativo no processo histórico e, conseqüentemente, na produção de significados. Segundo Molon (1995, p. 35), “A fala podia informar aquilo que escapava ao olho do pesquisador. As observações do pesquisador, é claro, completavam a pesquisa, mas sua fala (do sujeito), demonstrava aquilo que ele estava pensando a respeito do pesquisado”.

As palavras são repletas de significados, de história, de sentido. Nenhuma palavra ou memória escolhida para ser contada pode ser considerada ao acaso. Faz parte de uma vida que decidiu reverberar.

Neste aspecto, são os camponeses enquanto construtores de um cotidiano de sua própria existência:

Com efeito, se temos pretensões científicas, é preciso considerar uma série de elementos, tais como: o universo e a aleatoriedade da amostra, bem como os limites estatísticos do trabalho com fontes orais, ou seja, a qualidade de um depoimento, que implica em tempo maior para sua coleta, é mais importante que a quantidade; a temática a ser focalizada na pesquisa; a atitude do pesquisador; as condições onde serão realizadas as entrevistas e, por fim, a transcrição do material coletado que, num primeiro momento, torna-se apenas matéria-prima para a pesquisa. (ALMEIDA, 2003, p. 47).

Utilizar as fontes orais trouxe a aprendizagem de lidar com a imprevisibilidade da realidade, da compreensão do constante movimento da vida, do tempo, das palavras. Desse modo, o trabalho com fontes orais tem três momentos que compõem um só processo: o relato, a transcrição e a análise.

O relato é conduzido pelos eixos de análise, entretanto com a escolha livre das palavras e do direcionamento escolhido pelo entrevistado. A transcrição essencial é produzida para que o entrevistador realize uma escuta detalhada de elementos que, durante a conversa, possam ter passados despercebidos e, por fim, faz-se a análise que permite compreender as fontes orais, as vidas reais sendo amalgamadas com a teoria.

Analogamente, as fontes orais não são uma substituição das fontes teóricas escritas, mas a possibilidade de sua articulação. Nesse sentido, o entrevistador não é neutro, é o estimulador de memórias à luz da teoria e da linguagem como instrumento e produto humano que implicam a mediação entre o objetivo e o subjetivo.

A aproximação com o PA Arizona

Os primeiros contatos com o PA Arizona foram realizados em dezembro de 2021 por meio da Agente Comunitária de Saúde (ACS), como forma de melhor conhecer a área e estabelecer os primeiros vínculos. Assim, objetivou-se apresentar a pesquisadora, a pesquisa, bem como a realização das primeiras observações sobre o assentamento.

No decorrer das primeiras conversas, foram descritas algumas informações sobre o histórico do assentamento tal como o período de acampamento, data de homologação etc. No primeiro contato, não foi realizada gravação, apenas as anotações e, em outras visitas de campo, fizeram-se observações e registros fotográficos no período correspondente da pesquisa.

Em junho de 2022, foi realizada a primeira entrevista com o coordenador¹ do assentamento e, em outubro de 2022, realizada uma nova visita de campo para observação e registros fotográficos, quando foi possível observar o processo de transporte do caminhão resfriador, que faz o transporte do leite, parado em frente ao Sítio Arco-Íris realizando a carga. Na ocasião, solicitei informações sobre o processo para a moradora e agendamos uma entrevista, realizada no mesmo mês de outubro. No momento da entrevista, seu pai e seu filho mais velho estavam trabalhando na horta.

Posteriormente, as demais entrevistas foram realizadas em janeiro de 2023 e mais duas visitas de campo para registros fotográficos, em fevereiro. Foram entrevistadas oito famílias, das quais três escolhidas por indicação da Agente Comunitária de Saúde (ACS) e demais assentados, em decorrência da significativa participação no processo de luta pela terra. As

¹A nomenclatura de coordenador se refere ao “representante” do assentamento. Na explicação dos entrevistados é o assentado que participou desde o início do processo de conquista da terra e aquele responsável por repassar informações, convocar reuniões, ir a reuniões de associações, sindicatos etc.

demais entrevistas foram realizadas de forma aleatória no decorrer da andança pelo assentamento.

Realizamos um roteiro de entrevista semiestruturado como forma de direcionar o contato com os assentados. Duas entrevistas foram realizadas sem agendamento prévio, de forma mais objetiva, com duração de aproximadamente 15 minutos cada.

As entrevistas seguintes foram realizadas com agendamento, através de contato telefônico, como forma de melhor estabelecer o vínculo e a participação ativa dos entrevistados. As entrevistas agendadas tiveram, aproximadamente, uma hora de duração cada. As entrevistas foram gravadas e transcritas integralmente. As visitas e entrevistas totalizaram-se, aproximadamente, 25 horas de campo.

A escolha das transcrições

De acordo com Ciampa (2001), a identidade é consequência das relações que se dão e condição para essas relações. Então, não é algo pronto, estático, é um vir a ser constante. O autor considera a identidade na unidade dialética entre diferença e igualdade, visto que há aspectos que nos igualam e nos diferenciam. Uma unidade contraditória e múltipla.

Assumimos, portanto, a unidade dialética entre igualdade e diferença – o sítio os iguala enquanto assentados e conquistadores da terra, e o nome os diferencia em suas multiplicidades e diversidades, sem perder sua condição de classe camponesa.

Tal escolha foi decisiva pela fala de uma assentada, na qual a entrevistadora, ao pedir informação sobre onde ficava um lote, referindo-se ao número deste, a assentada responde: “Vixe, assim não sei te informar. Aqui a gente se conhece pelo nome, não me pergunta de número que eu não sei, mas sei o nome de todo mundo”. (Sra. R., entrevista, jan., 2023).

Para a descrição das falas dos entrevistados, utilizamos a letra inicial do nome ou apelido do sujeito social como forma de preservar suas identidades em decorrência do teor de alguns relatos.

Consideramos também a significativa expressão de emoções durante as entrevistas com os assentados ao lembrarem de sua história e realizarem reflexão sobre o presente e futuro, reforçando, portanto, o significado da luta pela terra, da terra de trabalho e da terra de família, expresso no sentido afetivo do sujeito, aproximando da compreensão de sítio como chão de morada, terra de trabalho e da identidade múltipla e em constante igualdade e diferença.

Neste trabalho, optamos por não apresentar os nomes dos sítios como forma de preservar sua identidade das famílias, entretanto tais significados também são expressos na escolha do nome do sítio, que apresentaram, dentro dos relatos, referência a momentos do processo de luta pela e na terra, tais como, datas de conquistas. Sentimos que estavam presentes e foram materializados com o nome do sítio e a representação da importância da família.

2 O AVANÇO DO CAPITALISMO NO CAMPO BRASILEIRO

2.1 A ESTRUTURA FUNDIÁRIA E O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NO CAMPO

A questão agrária no Brasil, permeada por conflitos, é realidade histórica desde o período colonial até os dias atuais, com suas diferentes roupagens de uma mesma marcação: os oligarcas latifundiários. Portanto, a questão agrária está intimamente ligada aos interesses políticos e econômicos dos capitalistas e latifundiários.

Com o movimento da história há um *continuum* de situações e condições pelas quais os camponeses passaram: a submissão, expropriação e violências para que os interesses econômicos e ideologias dominantes sejam alcançados e perpetuados. Assim, a história brasileira, tendo como componente a luta pela terra, é marcada por dois pontos que permanecem enraizados: a desigualdade e a exploração.

Para que possamos compreender a permanência do camponês na terra, bem como o processo de luta pela terra em solo nacional, em decorrência do avanço do capitalismo no campo, é importante apontar que a problemática da concentração de terra no país está presente como nunca vista antes em qualquer outro lugar no mundo e faz do Brasil um país marcado pelo falso discurso do novo, ou seja, da modernização e do agronegócio, todavia preso nas reproduções e interesses do passado.

A compreensão dessa realidade histórica de concentração de terras no Brasil está diretamente relacionada ao papel exercido pelo Estado, visto que funcionou como agente estruturador desse processo de acumulação (MOTTA, 2013).

Para se compreender a concentração de terra e a terra como mercadoria, cabe mencionar que, em 1850, ocorreu a criação da Lei de Terras que acabava com a doação de terras bem como o sistema de sesmarias², “mas perpetuavam as grandes propriedades de terra, visto que as terras devolutas só poderiam ser adquiridas por compra ou herança” (VARELA, 2006, p. 60).

Então, em 1850, a Lei de Terras acabou por representar:

² Com a tentativa de defender as terras da recém colônia, Portugal decide dividi-las em 15 capitanias hereditárias, distribuindo esses latifúndios a 12 donatários que os distribuíam na forma de sesmarias, caracterizado como um processo legalizado de apropriação de terras. (VARELA, 2006).

[...] a introdução do sistema da propriedade privada das terras, transformadas em mercadorias. Essa lei atingiu seu objetivo principal de dificultar o acesso para os trabalhadores migrantes, imigrantes, livres, facilitando aos latifundiários se apossassem de grandes extensões à revelia da Lei e difundindo a ideologia da propriedade capitalista da terra nas legislações subsequentes e nas mentes das pessoas. (MOTTA, 2013, p. 85).

Como pontua Nardoque (2014), os modos pelos quais a compra de terra foi organizada culminou no impedimento de acesso à terra aos imigrantes mais pobres e aos trabalhadores livres. Desta forma, inaugura-se o “princípio da propriedade capitalista da terra difundindo-se a ideologia que terra não se conquista, se compra”. (NARDOQUE, 2014, p. 45-46)

Com o impacto, pela mercantilização da terra da Lei de Terras, apontamos elementos históricos na formação e na luta política da classe camponesa no Brasil, uma vez que, ao demarcar terras devolutas, grilar e criar barreiras para a compra de terras (pagamentos à vista e em leilões públicos) ou dificultando a posse, significava excluir, marginalizar as pessoas que viviam da terra, separando-os dos meios de produção e os subordinando ao capital.

O homem livre, posseiro das margens do latifúndio, já expunha a contradição do sistema mercantil, visto que, enquanto pessoas escravizadas (compreendidas como renda capitalizada) estavam para o mercado de exportação, o homem livre estava para a subsistência, sem lugar de ser no sistema, mas sendo reproduzido por este mesmo sistema.

Com o advento da República, o fim da escravidão e a Constituição de 1891, foi concedido aos estados (unidades federativas) o poder de demarcar e regularizar as propriedades rurais, consolidando o poder privado. Assim a concentração fundiária “passa a ser monopólio de classe sobre a terra o fator principal da sujeição do trabalho” (ALMEIDA, 2003, p. 102). Ocorre, como explica a autora, o oposto do período escravista, visto que nesse a concentração fundiária era produto do comércio negreiro e, mesmo com o fim da escravidão, inaugura-se uma nova forma de relação entre o proprietário da terra e o trabalhador, na qual a força de trabalho deste está sujeitada ao capital representado pelo proprietário de terra (OLIVEIRA, 2007). Assim, “num regime de terras livres, o trabalho tinha que ser cativo; num regime de trabalho livre, a terra tinha que ser cativa” (NARDOQUE, 2014, p. 45 *apud* Martins, 1984).

A produção nos latifúndios, em diferentes momentos históricos, visava à exportação de produtos (café, cana-de-açúcar por exemplo) para a Europa, ou seja, o trabalho livre foi apenas uma nova roupagem da permanência da subordinação e preservação dos interesses econômicos. Enfim, com a emergência da terra como mercadoria, o campesinato apresentou sua diferença de classe daqueles que possuíam os meios de produção e a sujeição de trabalho.

Durante os movimentos de transformações políticas no país, nos diferentes momentos históricos, houve a permanência da concentração de terras sendo a mesma ampliada com o processo de modernização conservadora e a inexistência de uma concreta e efetiva reforma agrária no país ao longo do século XX.

A concentração de terra no Brasil apresenta uma característica histórica que perdura até os tempos atuais, então como forma de apresentar quantitativamente a expressão da concentração de terras. O trabalho desenvolvido por Mitidiero Junior (2022) sobre o recenseamento de 2017³ apresenta os dados obtidos sobre a área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários. Nesses dados, os estabelecimentos acima de 1.000 hectares apresentam a maior área ocupada, mesmo que os estabelecimentos de 10 a 100 hectares sejam, em quantidade, maioria, como apresentado nos números obtidos:

Apenas 51 mil estabelecimentos agropecuários possuem uma área, aproximadamente, 21 vezes maior do que 2,5 milhões de estabelecimentos de até 10 ha. Se levar em consideração as áreas com menos de 100 ha (englobando o estrato de até 10 ha), chegamos a 4.524.365 estabelecimentos com uma área de 71.804.615 ha, sendo que, ainda assim, o estrato acima de 1.000 ha continua com a maior área ocupada, ou seja, apenas 51 mil estabelecimentos possuem em área mais que o dobro do que compreendem 4,5 milhões de estabelecimentos agropecuários. (MITIDIERO JUNIOR, 2022, p. 121).

Com os dados anteriormente apresentados, fica nítida a herança histórica da concentração de terras no Brasil presente para beneficiar os grupos dominantes como forma de que sejam mantidas suas reservas patrimoniais e de valor, ou seja, a compreensão de que as grandes propriedades encontram artimanhas para velar a improdutividade de suas terras, como explicado por Oliveira (2003):

[...] a maioria das grandes propriedades não é ocupada com fins produtivos, elas constituem-se em reserva patrimonial e de valor dos latifundiários. Estes latifundiários não são pessoas estranhas ao capitalismo, ao contrário, a maioria das grandes propriedades no Brasil, está em mãos de grandes empresas industriais, financeiras e de serviços e muitas vezes, em nome de seus familiares. (OLIVEIRA, 2003, p.134).

³ Mitidiero Junior (2022), no livro “Censo agropecuário 2017: o que revela o censo do golpe?”, apresenta criticamente os impactos políticos e econômicos com o corte orçamentário e a mudança metodológica para a realização do censo agropecuário de 2017, alertando o leitor do poder dos capitalistas na utilização desse instrumento e confrontando os dados das produções de alimento das pequenas propriedades rurais.

“Essa anomalia social”, como denominado por Mitidiero Junior (2022, p. 122), da concentração de terras brasileiras, piorou em pleno século XXI. O autor aponta, após o Censo Agropecuário de 2017, que

[...] uma sorte de cálculos dramáticos foi veiculado em parte da mídia e os pesquisadores apontaram rapidamente que no Brasil 1% dos estabelecimentos agrícolas ocupam quase metade da área rural desse país, precisamente 47,6% da área ocupada; ao passo que os 50% dos estabelecimentos menores, com até 10 hectares, ocupavam somente, tão somente, 2,3% da área.

Martins (1994) aponta que, no modelo do desenvolvimento capitalista brasileiro, marcado pelo histórico colonial, a terra é essencial para o desenvolvimento do capital, posto que é baseado no tributo e na especulação, ou seja, na renda da terra⁴. Isto é, um grupo minoritário de pessoas detém a propriedade da terra, e, em contrapartida, o restante da sociedade necessita pagar um tributo para que essa terra seja disponibilizada para a produção.

Assim, a partir das palavras do autor, os milhões de hectares de terra no Brasil, sob propriedade de latifundiários e de capitalistas, não são utilizadas como acumulação de capital, mas como renda capitalizada. Esta, como apresentado por Oliveira (2007), difere do processo de concentração do capital, pois,

[...] a concentração da terra é produto do monopólio de uma classe sobre um meio de produção específico, particular, que é a terra. No capitalismo, a terra, transformada também em mercadoria, tem um preço, mas não tem valor, porque não é produto criado pelo trabalho humano. (OLIVEIRA, 2007, p. 66).

Portanto, a propriedade capitalista da terra é renda capitalizada, ou seja, é o direito de se apoderar de uma renda futura. Isso ocorre, pois uma única classe detém a propriedade privada da terra “[...] e só permite sua utilização como meio de produção (arrendada ou não), através da cobrança de um tributo: a renda capitalista da terra” (OLIVEIRA, 2007, p. 66).

Observamos uma peculiaridade do capitalismo no Brasil, pois o latifúndio não representa “em momento algum, entrave para o capital. É sim, a possibilidade, através da

⁴ Como apresentado por Almeida (2003, p. 94), a renda fundiária aparece de diferentes formas para a sociedade como: [...] renda absoluta; renda diferencial I e II; e, renda de monopólio. A origem da renda absoluta advém da existência do monopólio da terra. Seria uma espécie de renda primeira a que todos os proprietários da terra têm direito, pois dá o sentido capitalista da terra. A renda diferencial I está ligada a fatores de fertilidade natural do solo e/ou pela localização e, por sua vez, a diferencial II caracteriza-se pela adição de capital visando a aumentar a produtividade do solo. Já a renda de monopólio é aquela gerada pela combinação de determinadas condições edáfico-climáticas que são únicas como, por exemplo, as condições em que é produzido o vinho do Porto cujo preço está diretamente ligado à renda de monopólio.

especulação, de se produzir capital fora dos circuitos produtivos, o que nos revela a face rentista deste capitalismo”. (ALMEIDA, 2003, p. 92). O capital, ao se apropriar da terra mediante o pagamento de um tributo, a renda, a transforma em equivalente de capital⁵, possibilitando a subordinação do trabalho, como explicado por Almeida (2003, p. 97)

A apropriação capitalista da terra vai transformá-la em equivalente de capital, tornando possível a subordinação do trabalho agrícola. A renda que será paga ao proprietário da terra não nasce na produção, ela somente será transferida a ele no momento da distribuição da mais-valia, considerando que é na produção que a mais-valia é originada, mas é somente na circulação da mercadoria que ela se realiza.

A renda da terra é paga por toda a sociedade, visto que, se uma classe detém o monopólio da terra, ocorre a sujeição da renda da terra ao capital, expressa na circulação de mercadorias, nos créditos bancários, no controle do preço dos alimentos. Como apresentado por Martins (1981), o capital cria condições para extrair o excedente econômico, subjugando o produto do trabalho do camponês.

Ao dialogarmos com este trabalho, por meio da compreensão de Ariovaldo U. de Oliveira, na qual, para que seja possível a produção e reprodução do capital, contraditoriamente, é o próprio capital que cria e recria relações capitalistas e não capitalistas de produção, combinadas ou não (OLIVEIRA, 2007). Então, o capitalismo, para sua própria existência, expansão e reprodução, produz suas contradições, em momentos e lugares distintos, no entanto, articulados.

[...] em uma ou mais fração do território capitalista tem-se a forma especificamente capitalista de produção (produção da mercadoria e produção da mais-valia), em outros, ora a circulação da mercadoria está subordinada à produção, ora a produção está subordinada à circulação. Esse é o princípio teórico que permite entender o desenvolvimento do capitalismo e particularmente a agricultura. (OLIVEIRA, 2007, p. 21).

O capital constrói diferentes relações para obtenção da renda da terra, ou seja, não se restringe ao pagamento do tributo da terra. Então, o avanço do capital no campo e a subordinação acontece sob a ótica de dois processos distintos, a territorialização do capital e monopolização do território.

⁵ Compreendendo capital como trabalho social acumulado pelo capitalista, não se compreende a terra como capital, pois ela não é produto do trabalho. “É um meio de produção sui generis”. (ALMEIDA, 2003, p.97)

O primeiro se refere à compra ou apropriação de terra, via arrendamento, por parte do capitalista, para a produção, ou seja, o alcance da possibilidade de extrair renda capitalizada/renda antecipada.

Por outro lado, o capitalista que não imobiliza seu capital para a compra de terra, pode retirá-lo do processo de produção, ou seja, pelo produto do trabalho do camponês através da sujeição da renda da terra e, então, a monopolização do território

Destarte, percebemos que o capital se apodera das relações de produção no campo e, mesmo que não ocorra o assalariamento do camponês, a monopolização do território acontece quando as empresas responsáveis pela comercialização/processamento da produção agropecuária controlam e ditam as regras para os produtores do campo, sejam eles camponeses e/ou capitalistas. Assim, tornam-se, estes, subordinados às exigências do mercado.

Como analisaremos adiante neste trabalho, o camponês acaba por estar nesse cenário das grandes corporações nacionais e internacionais: subordinado e resistindo. Portanto, não há como pensar a expansão desse controle do mercado sem as condições de sobrevivência da população, já que sendo a terra marcada em sua condição de mercadoria e a produção gerida pelos interesses do capital mundializado, o alimento torna-se alvo de especulação para futuro (*commodities*). Assim, só um resultado é possível – a fome.

O monopólio no campo traz consigo a trama da subordinação da agricultura ao capital sendo esta, então, a base permanente do modo de produção capitalista. Com tal controle, sendo materializado pelas empresas multinacionais, “todas as formas que não convêm ao capital são destruídas na medida em que ele se apossa da agricultura” (SILVA, 2008, p. 67)

Veremos a seguir o processo de modernização da agricultura consolidada na compreensão da terra como mercadoria e sua utilização aos interesses do capital agora mundializado, compreendendo, portanto, que o processo de avanço do capitalismo do campo está ligado pela intensa relação entre a indústria e a agricultura (capitalistas e latifundiários), e, consequentemente, seu avanço desigual e contraditório.

2.2 O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NO CAMPO BRASILEIRO

A partir da década de 1970, o período de expansão do monopólio capitalista em nível mundializado e o Brasil é também impactado pelos discursos de modernização da agricultura: a conhecida Revolução Verde.

O período de modernização da Agricultura é característico como desigual e combinado. Para Motta (2013, p.55), no caso brasileiro,

[...] é necessário entender alguns aspectos específicos relativos ao movimento do ‘moderno/modernidade’ na questão agrária brasileira ao longo de seu processo histórico cuja característica básica sempre de contradição gerando simultaneamente a concentração de riqueza e a expansão da pobreza, o que suscita ainda atualmente intensos debates por parte dos autores que analisam este processo.

Nesse período ocorreu a intensificação da industrialização e urbanização, apresentando-se a contradição: na contramão da minoria dos latifundiários, há uma grande massa de camponeses sem-terra, ocorrendo um aprofundamento dos conflitos no campo, o que levou os governos, pelas mãos de diferentes lideranças, a lançar a possibilidade da Reforma Agrária como manobra política para frear os movimentos de insatisfação dos camponeses.

Bem, para isso é necessário retomar a reflexão de que, com o avanço do capitalismo no campo e sua modernização, tem-se a tentativa de reformulação da organização daqueles que vivem e trabalham no campo, ou seja, a ideia de que os camponeses deveriam acompanhar o processo de modernização da agricultura. Consequentemente, o modo de se fazer agricultura por esses sujeitos estaria “ultrapassado”, todavia, com o avanço de um, há, necessariamente, o retrocesso de outro. Portanto, com a monopolização da agricultura, ocorre a expropriação dos camponeses, seja de modo explícito através da violência, assassinatos, seja de modo perversamente silencioso, através do controle, subordinação, exclusão, miséria e fome, pois

[...] ao lado da internacionalização da propriedade fundiária, está ocorrendo um avanço do processo de expropriação e descamponesização, historicamente em marcha há várias décadas, sobretudo a partir do momento em que se consumaram a modernização da agricultura e a Revolução Verde no país nos anos de 1970 em diante. Desde então, assistiu-se ao deslocamento da fronteira agrícola em razão de terras férteis e baratas visando ao aumento da renda fundiária. A história agrária deste período registra que este processo foi acompanhado de violência, encabeçada pelas empresas, com apoio dos governos militares, havendo a denominada militarização da questão agrária [...] (SILVA, 2008, p.68).

Para refletirmos sobre o processo de modernização do campo, é necessário que se faça de forma para além de dados quantitativos, de caráter tecnológico e de mecanização, visto que qualquer mudança onde há relações humanas impacta diretamente na vida e no cotidiano dos indivíduos. Assim, a modernização do campo modificou também o processo de produção e das relações sociais de quem nele/dele vive.

O processo de expansão do capital e sua mundialização acarretaram a subordinação da produção da agricultura aos interesses não mais da segurança alimentar, mas dos capitalistas,

ganhando espaço no campo e introduzindo-se ideologicamente nos discursos pela modernização da agricultura.

No que se refere ao período de modernização do campo brasileiro, Martins (1975) reflete sobre alguns pontos que trariam significativas mudanças nas relações específicas do campo e das relações campo-cidade. Com o crescimento industrial e populacional, a vida urbana teria predomínio em relação à rural e seriam necessárias mudanças atreladas às diversas modificações nos processos econômicos, sociais e políticos. Assim, questões trabalhistas, como a maior valorização do trabalho urbano em detrimento do trabalho no campo, enfraquecimento dos vínculos sociais e ideologias urbanas de progresso e modernização fazem parte dessas mudanças, uma vez que tal processo não ocorreu de forma natural, mas vinculado com as artimanhas do capital.

Os discursos apontavam para a situação agrária como um atraso ante o desenvolvimento da sociedade urbana, mas,

Ao contrário do que ideologicamente parece, a situação agrária não é produto da ‘impossibilidade’ cultural e social do homem rural absorver e acompanhar o ‘progresso’ do país, nem é produto, portanto, de valores, concepções e caracteres de personalidade incompatíveis com o desenvolvimento econômico. Essa condição periférica, mas integrante, do desenvolvimento brasileiro é o ponto de partida para questionar o problema da modernização, seja dos meios de produção, seja das relações de produção, seja das concepções que integram esses fatores no processo produtivo. (MARTINS, 1975, p. 39-40).

A imposição da ideologia urbana carrega um imperativo imposto como forma de determinar as condições de efetivação do capitalismo no país, ou seja, o estereótipo do caipira, baseado numa pessoa tratada de forma pejorativa, como retrógrada, seja no que se refere às características próprias de seus hábitos e ações, seja da forma de executar seu trabalho. Neste quadro, é forjado o discurso de que o mundo capitalista e urbano “modernizaria” o campo. Entretanto, como expresso por Martins (1975), trata-se da ampliação da exploração de classe aos trabalhadores rurais e camponeses:

Em resumo, a viabilidade da economia nacional está na dependência direta da exploração não apenas do proletário urbano, mas fundamentalmente da expropriação do homem rural por ele mesmo, confinado no agrarismo extensivo, produzindo excedentes, produzindo-se como caipira. (MARTINS, 1975, p.14).

Tal reflexão nos leva, desde já, a pensar que a reforma agrária não pode ser pensada numa perspectiva reducionista, mas através de uma leitura crítica da realidade, visto que não é só uma questão de resolver um problema social, como muitas vezes anunciado pela ideologia dominante, mas implica diretamente a compreensão de todo o processo histórico e social da formação do Brasil e das relações sociais imbricadas nesse processo, como, por exemplo, a questão do trabalho, da exploração de mão de obra, na relação do homem com a natureza e no poder político e as desigualdades que ele acarreta, já que

O novo padrão de agricultura e pecuária, inaugurado há mais de 70 anos pela alegórica expressão Revolução Verde, imprimiu uma forma de produção fortemente baseada em aplicação de tecnologias mecânicas, fármaco-químicas e biotecnológicas que, ao possibilitar o aumento da produtividade, vem impactando negativamente na saúde humana e ambiental. Contaminações químicas e biológicas, destruição dos solos, desmatamentos, queimadas, aumento da emissão de gases efeito estufa, redução da biodiversidade, morte de rios e contaminação dos oceanos, imposição de um padrão baseado em consumo alimentar não saudável, mortes decorrentes do uso de agrotóxicos, surgimento de doenças etc. (GOLDFARB e MITIDIERO JUNIOR, 2021, p.31).

Como estudado por Graziano da Silva (1993), esse processo de modernização do campo brasileiro foi uma modernização conservadora, visto que privilegia apenas alguns cultivos e regiões, assim como alguns tipos específicos de unidades produtivas, ou seja, as médias e grandes propriedades.

Percebe-se que o processo de modernização, desde as décadas anteriores até atualmente, segue acompanhado de intervenções do Estado e incentivo de políticas públicas territoriais de ocupação e desenvolvimento, mas com a classe certa a ser privilegiada, constituindo-se um processo desigual e excludente.

Ainda de forma exploratória, vê-se que a concentração de utilização da mão-de-obra análoga à escravidão está nos setores produtivos de *commodities* agrícolas, como observados nos dados entre 2003 e 2018:

[...] do Observatório da Erradicação do Trabalho Escravo e do Tráfico de Pessoas, a criação de bovinos para corte, o cultivo de arroz e a produção da cana-de-açúcar foram as atividades em que mais predominaram a escravidão contemporânea, com 32%, 20% e 11% dos trabalhadores resgatados, respectivamente. (GOLDFARB e MITIDIERO JUNIOR, 2021, p.28).

Simultaneamente, a Comissão Pastoral da Terra – CPT (2022) também apresentou, no ano de 2020, 96 ocorrências, e, em 2021, 169 ocorrências, com um total de 1.726 trabalhadores resgatados em condições análogas à escravidão.

[...] a região Sudeste, onde supostamente impera uma agricultura moderna, concentra a maior parte dos registros de trabalhadores em situação análoga à escravidão, particularmente no estado de Minas Gerais. Tal dado, no entanto, não necessariamente indica que os resultados nas demais regiões sejam baixos, mas, antes, que, nelas, há maiores dificuldades na fiscalização. (CPT, 2022, p. 27).

Observamos que a ideia dominante para justificar necessidade de modernização é de que o campo não estava acompanhando o desenvolvimento da cidade e seria um atraso para o desenvolvimento do país. Entretanto, há divergências e dados equivocados quanto à capacidade de produção das pequenas propriedades e de seu conhecimento acumulado, desvelando, então, os verdadeiros interessados no processo de modernização.

Soma-se a isso a compreensão de que a história das classes dominantes no Brasil sempre ganhou destaque positivo em todas as instâncias seja ela no judiciário, na mídia, nos intelectuais da academia, sempre se encontrando argumentos para alocar sua expansão e as boas pretensões de modernização do país e do campo. Agora o comércio é o mundo e o sucesso do latifundiário-capitalista é exportar seu produto para o exterior, então

[...] a elite tem se reproduzido, reproduzindo a concentração da terra e da renda. Vender para o mercado mundial mais produtos da agricultura, o que o Brasil fez em toda a sua história, agora virou participar do agronegócio [...] Até a cidade de Ribeirão Preto que foi ‘a capital do café’ agora adotou um novo slogan: ‘a capital do agronegócio’. Muda-se para não mudar nada. [...] Esta região tornou-se uma espécie de ícone do agronegócio. (OLIVEIRA, 2003, p.137).

Observamos, no discurso dos sujeitos ligados ao agronegócio⁶, o seu sinônimo de modernidade, de alta produtividade e a solução para o pleno desenvolvimento do país. Assim, apresentaremos alguns tópicos e dados principais como forma de ficarem nítidas a contradição,

⁶ De acordo com Goldfarb e Mitidiero Junior (2021, p.5), “o agronegócio é um modelo de produção e gestão resultante da associação do capital agroindustrial nacional e internacional com a grande propriedade fundiária. Dessa associação, acarretam o envolvimento cada vez maior do capital bancário e financeiro, da ciência, da tecnologia e da informação na apropriação das terras e na imposição e consolidação de um tipo de uso da terra e um tipo de produção alimentar, com uma série de impactos sociais e ambientais”.

a desigualdade e a perversidade do avanço do capitalismo no campo, bem como a tentativa de obscurecer o sujeito social camponês, sua subordinação e expropriação, mas, também, sua resistência.

O agronegócio muitas vezes noticiado como sinônimo de tecnologia, progresso e lucros para o país, com seu potencial de exportação, esconde as consequências nefastas para a vida no planeta e na produção de alimentos básicos de sobrevivência humana.

O discurso difundido é o de defesa de que o agronegócio, a modernização do campo, sustentam a produção do país, ocorrendo, por conseguinte, a defesa de que não faz sentido ter uma política de Reforma Agrária no Brasil, visto que “o capitalismo no campo já teria realizado todos os processos técnicos e passado a comandar a produção em larga escala” (OLIVEIRA, 2003, p.126).

Ora, então, seguindo essa lógica, a Reforma Agrária colocaria em risco todo o setor do campo e deixaria o país “vulnerável em sua política vitoriosa de exportações de commodities do agronegócio” (OLIVEIRA, 2003, p. 126). Deparamo-nos com os discursos imperativos sobre a glorificação daqueles que investiram em suas terras, modernizando-as e possibilitando um país moderno, repleto de exportações de seu solo fértil. Entretanto, alguns mitos que se tem produzido no Brasil, para continuar garantindo a concentração de terras e a tentativa de esconder sua improdutividade.

Oliveira (2003) apresenta que apenas 30% das áreas das grandes propriedades foram classificadas como produtivas, ou seja, 70% são classificadas, como declaradas pelo próprio proprietário ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), como improdutivas.

O que parece ser uma viagem no tempo ao Brasil colônia é a realidade do século XXI. A perversidade do capitalismo e suas artimanhas midiáticas de produtividade parecem convencer boa parte da população e ainda são endossadas por estudos parciais que não analisam uma leitura crítica e histórica da realidade brasileira. Entretanto, é possível desconstruir esses mitos ao analisar por quem, para quem e como se produz nas terras brasileiras.

Com a mundialização, é o mercado externo que dita as regras com a especulação, assim “como as *commodities* (mercadoria de origem agropecuária vendidas nas bolsas de mercadorias e de futuro) garantem saldo na balança comercial, o estado financia mais as ditas cujas” (OLIVEIRA, 2003, p. 122). Então, é o mercado mundial que dita a meta e os interesses de produção, criando-se no país uma burguesia internacionalizada. As grandes empresas atuam na produção e reprodução do capital, “ou seja, passam a atuar no mercado de terras, no preparo da

propriedade para produção, na produção em si e na comercialização” (OLIVEIRA, 2012, p.10). Assim,

Este modelo de produção atua a partir do controle da produção de sementes (sobretudo transgênicas), de fertilizantes e agrotóxicos, da produção agrícola propriamente dita e da distribuição. Ou seja, é um modelo verticalizado, por meio da formação de oligopólios. (SILVA, 2008, p.65).

Entretanto, como analisado por Goldfarb e Mitidiero Junior (2021, p.11), essa lógica de exportação não é tão simples, visto que há um empobrecimento da economia brasileira e uma dependência de investimentos, tecnologias e serviços que precisam ser importados, ou seja, “se na aparência, o Agro salva a economia nacional com a exportação de matérias-primas, na essência, ajuda a mergulhar o Brasil no atraso econômico, com rebatimentos sociais e territoriais cada vez mais perversos”.

A máscara do agronegócio traz o retrocesso, culminando na primarização da economia, uma vez que se continuam exportando produtos primários e importando tecnologias e demais insumos necessários para a produção, como os fertilizantes. Isso é revelador de um quadro de subordinação econômica do país, na medida em que:

A dependência dos fertilizantes é a ponta do iceberg ante a dependência de tecnologia na mecanização e informática para produção e comercialização. Essa tecnologia que vem gabaritando o agronegócio brasileiro em se autodenominar de moderno é comprada de fora, nos restando a aprender e executar a tecnologia dos outros. (GOLDFARB E MITIDIERO JUNIOR, 2021, p.10).

Este colapsar são consequências do agronegócio e da concentração de terras e o quanto sua manutenção está para manter o interesse dos capitalistas, trazendo as piores consequências em escala mundial para as populações, visto que os lucros ficam presos no circuito internacional. (GOLDFARB e MITIDIERO JUNIOR, 2021)

Tal manutenção dos interesses capitalistas fica explícita também na concentração dos recursos e investimentos privilegiados nas mãos de um pequeno grupo de produtores rurais – os latifundiários e capitalistas, ou seja, para a exportação das *commodities*, que, por consequência, faz faltar ou encarecer o preço de alimentos básicos na mesa dos brasileiros. Goldfarb e Mitidiero Junior (2021) apresentam esse atemorizante distanciamento de investimentos no qual o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que detém o maior número de agricultores familiares brasileiros, recebeu 29

bilhões de reais, enquanto o Agronegócio 134,8 bilhões de reais, de acordo com o plano safra 2019/2020.

Na agricultura controlada pelo capital, agora mundializado, este mantém o poder sobre as produções e o controle de alimentos e, conseqüentemente, a insegurança alimentar não é uma preocupação dos capitalistas, as produções para destinos externos acabam por impactar em produtos básicos para a alimentação dos brasileiros, seja pela alta de preços seja pela baixa dos estoques. E traz para a reflexão essencial ao seguimento do trabalho sobre a necessária permanência do campesinato – quem produz alimentos para a sociedade?

2.3 A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E A IMPORTÂNCIA DA PRODUÇÃO CAMPONESA

O avanço do agronegócio e os capitalistas latifundiários nos incita a indagações: não há mais latifúndio no Brasil? Não há mais terras improdutivas no Brasil?

Consideramos, também, que não tem como prosseguir para o próximo capítulo, que abordará o campesinato como possibilidade de resistência diante do sistema capitalista, sem refletirmos sobre o colapso do capitalismo e a crise de alimento em tempos de hegemonia do agronegócio, bem como a tentativa deste de apagamento do sujeito social – o camponês.

Seguindo essa linha de raciocínio até aqui apresentada, é possível partir para a compreensão da explícita perversidade do capital e sua iminente direção à crise. A crise da humanidade, a crise da fome, “estamos, pois, diante de uma terrível contradição. Quem produz, produz para quem paga mais, não importa onde ele esteja na face do planeta. Logo, a volúpia dos que seguem o agronegócio vai deixando o país vulnerável no que se refere a soberania alimentar” (OLIVEIRA, 2003, p.122).

Diante disso, observa-se a contradição do potencial do que realmente tem em solo nacional para se produzir com os produtos importados, visto que muitos também são aqui produzidos, como apontado por Oliveira (2003, p. 122): “quando se observa a pauta das exportações e importações no Brasil e das regiões ou estados, verifica-se esta lógica perversa do mercado. O país produz e exporta a comida que falta nos pratos da maioria dos trabalhadores brasileiros”.

Entretanto, tenta-se constantemente a negação dessa característica destruidora do agronegócio na mídia, na propaganda e até em teóricos acadêmicos. Logicamente, a conseqüente tentativa de apagamento de uma classe que, historicamente, produz alimentos e luta pela permanência e conquista da terra, pois o capital criou e cria estratégias para

transformar e uniformizar a classe camponesa, como será desenvolvido no próximo capítulo, principalmente nos anos de 1990 e 2000, no Brasil. Com uma participação ativa nas ações e projetos do Banco Mundial, consequentemente, com um olhar neoliberal e neocolonialista, apresentou à sociedade a tipificação de agricultor familiar. (MITIDIERO JUNIOR, 2022).

Há recortes estratégicos de classificação que obscurecem dados de produtividade das pequenas propriedades, como no Censo agropecuário de 2017, admiravelmente apontado por Mitidiero Junior (2022)⁷. Então, para a possibilidade de uma análise da produção, ou melhor, da não produção dos latifúndios, no que se refere à produção de alimentos para a sociedade, utilizamos das nomenclaturas e dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entretanto, compreendendo e ressaltando a importância de sujeitos sociais, ou seja, aqueles vinculados à agricultura familiar camponesa, como forma de explicitar as contradições e o seu potencial.

Para isso, trouxemos alguns registros de dados e informações ilustrando a potência dessa classe e, consequentemente, a perversidade do capitalismo em sua manipulação e manutenção da sujeição da renda da terra dos camponeses.

Primeiramente, em relação ao número de estabelecimentos, a agricultura familiar, pelo censo de 2006, apresentava 84,4% dos estabelecimentos agropecuários e, em 2017, apresentou 77% dos estabelecimentos. Mitidiero Júnior (2022) aponta que as mudanças metodológicas, tais como corte de questões que possibilitariam o detalhamento de algumas variáveis, acabou por reduzir o número de estabelecimentos familiares e “fez com que ao menos uma parte significativa desses estabelecimentos fossem reclassificados, equivocadamente, como produtores não-familiares e, em decorrência disso, todos os dados de produção foram considerados como dessa tipificação” (MITIDIERO JÚNIOR, 2022, p. 215), ou seja, não sendo possível observar uma distinção precisa da produção da agricultura familiar camponesa, haja vista que, dada essa nova classificação, as propriedades, anteriormente classificadas como de agricultura familiar, passaram para a nova classificação de não-familiares. Sob a justificativa de melhores condições de enriquecimento, mas ocorre o inverso, há uma não contagem das propriedades de agricultura familiar camponesa nas suas características plurais, como, por exemplo, a produção de subsistência e excedentes. De tal modo que ocorre a exclusão dos

⁷ Mitidiero Júnior (2022, p. 226), para a execução de seu trabalho e atingir o objetivo de responder a questão de quem produz comida no Brasil, trabalhou com os dados de quantidade produzida (volume de produção), segundo estratos de área, para só depois expor os dados de valor de produção, igualmente segundo estratos de área. Indicando que “na maioria das culturas e criações quanto maior a área do estabelecimento menos produtiva ele é, ou seja, as pequenas áreas, mesmo não concentrando a maior parte das terras, concentram a maior parte da produção”.

camponeses pobres na contagem das propriedades da agricultura familiar, como forma de ludibriar a ideia de que a produção de alimentos se dá, em sua maioria, pela propriedades não-familiares.

Ressaltamos a análise de que os estabelecimentos familiares não desapareceram, mas, sim, estão classificados de forma equivocada, especialmente os pequenos e pobres, visto que onde teve maior crescimento percentual de estabelecimentos não-familiares são nos estratos até 10 hectares.

Então, como forma de explicitar tal contradição e perversidade, Mitidiero Júnior (2022, p.235) apresenta que a maior parte dos produtos que alimentam os brasileiros é produzida em pequenos estabelecimentos, a citar alguns básicos para a alimentação da sociedade brasileira:

[...] encontra-se que a agricultura familiar é responsável por 67% do abacaxi, enquanto os pequenos alcançam 84,6%; na abóbora, 57,7% pela agricultura familiar e 78,4% pelos pequenos; no arroz em casca, 10,9% da agricultura familiar e 19,7% pelos pequenos; na cana-de-açúcar, 1,9% pela agricultura familiar e 5,2% pelos pequenos; na cebola, 58,2% pela agricultura familiar e 75,2% pelos pequenos; no feijão preto, 41,8% pela agricultura familiar e 61% pelos pequenos; no feijão de cor, 11,6% pela agricultura familiar e 19,4% pelos pequenos; no feijão fradinho, 34,3% pela agricultura familiar e 39,5% pelos pequenos; no feijão verde, 55,6% pela agricultura familiar e 67% pelos pequenos; na mandioca, 69,5% pela agricultura familiar e 83% pelos pequenos; no milho, 12,4% pela agricultura familiar e 19,5% pelos pequenos; na soja, 9,2% pela agricultura familiar e 16,1% pelos pequenos; no trigo, 18,4% pela agricultura familiar e 36% pelos pequenos; por fim, o tomate rasteiro 9,6% pela agricultura familiar e 20,1% pelos pequenos.

Baseada na escolha metodológica do autor, como apresentada a priori, temos que os pequenos ganham mais importância produtiva em comparação ao agricultor familiar definido para coleta de dados apresentada pelo IBGE.

Seguimos com a apresentação de outros dados para melhor clarificar o universo e a importância das áreas de 0 a 10 hectares na produção hortícola, nas quais “estão 53,2% de toda abobrinha produzida no Brasil, 61,8% da alface, 31,9% da batata doce, 53,4% da berinjela, 46,9% do brócolis, 62% da couve-flor, 48,6 do pimentão, 37,2% do repolho, 26,5% do tomate estaqueado e 64% da vagem”. (MITIDIERO JÚNIOR, 2022, p. 257).

Tratando da produção animal, os dados sobre os pequenos estratos também apresentam suas significativas produções, visto que estes são responsáveis por 39,4%, os médios por 26,4% e os grandes estabelecimentos por 34,1% (MITIDIERO JÚNIOR, 2022). Esses dados evidenciam o que discutimos anteriormente, na compreensão de que a renda da terra latifundiária é renda capitalizada e as monoculturas mascaram a sua improdutividade.

No que se refere às outras produções de proteína, os dados também coincidem com os apontamentos realizados até o momento em que:

[...] na produção suína os pequenos estabelecimentos têm o domínio quase que absoluto, equivalente a 82,1%, os médios com 11,5% e os grandes com 6%. O mesmo se repete com a produção de galinhas e frangos, os pequenos com 86,5%, os médios com 9,8% e os grandes com 3,4%. Para além da posição mundial que o Brasil ocupa na exportação de proteína animal, como o maior exportador do planeta, [...] os pequenos estabelecimentos são responsáveis pela produção de carnes típicas e tradicionais nas mesas dos brasileiros. (MITIDIERO JUNIOR, 2022, p. 259).

Em relação ao uso de agrotóxicos, uma questão que envolve a saúde pública e o ambiente também ficou fragilizada com o censo de 2017, visto que foi reduzido a apenas uma pergunta: se usa ou não usa o agrotóxico. Assim, a quantidade de uso não fica declarada. Isso é de extrema preocupação, pois o país alcançou o maior número de uso de agrotóxico no planeta, “com uma média de uso de 5,8 litros de agrotóxicos por habitante, consumindo 20% de todo agroquímico produzido no mundo”. (MITIDIERO JUNIOR, 2022, p. 127).

No que se refere à ocupação de trabalho, apontada no censo de 2006, ocorreu diminuição de 8,8%, para o censo de 2017, e o grupo de produtores e trabalhadores com laços de parentesco representou 66,9% dos 74%, anteriormente. Entretanto, mesmo com a diminuição, a mão-de-obra continua concentrada nos estabelecimentos da agricultura familiar.

E ainda, como forma de elucidarmos as reflexões sobre a modernização ou melhor a modernização conservadora, visto que houve aumento na produção de tratores, entretanto, os dados trazidos pelo Censo Agropecuário de 2017 não permitem apontar uma enorme concentração, também, na mecanização, haja visto que apenas 14% dos estabelecimentos empregavam tratores no processo produtivo. (MITIDIERO JUNIOR, 2022). Ou seja, os dados nos conduzem a pensar que as grandes propriedades, além de disponibilizarem menos postos de trabalho, concentram a utilização dos maquinários.

Para evidenciarmos a reflexão sobre a desigualdade e perversidade dos capitalistas, representados pelo agronegócio, através do censo, novamente devido à opção metodológica utilizada pelo IBGE, como ressaltado por Mitidiero (2022), foi impossível observar a diferença nos valores recebidos entre pequenos, médios e grandes estabelecimentos. Entretanto, podemos tecer hipóteses, haja vista que os dados do censo de 2006 evidenciam o maior montante de investimentos para os maiores estratos de área, com 44,1% do valor destinados para 8.444 propriedades. Já as 849.754 pequenas propriedades receberam 36,7% do valor dos

financiamentos. Ora, só nos resta refletir sobre a quem interessa o encobrimento dessas informações?

A expressão dos dados aponta a característica e os interesses da política e da economia no campo brasileiro – o agronegócio. Associado às constantes ações do agronegócio na mídia e propaganda, o que acabam por revelar “[...] uma perversidade: aqueles que alimentam o povo brasileiro possuem bem menos terras” (MITIDIERO JUNIOR, 2022, p.201).

Quando delineamos a região de Andradina, de acordo com o Censo Agropecuário de 2017, a Região Geográfica Imediata⁸ de Andradina, formada por 11 municípios e 37 projetos de assentamentos em uma área de 688.949 ha, temos 75,5% dos estabelecimentos de agricultura familiar.

Realizando um recorte geográfico para o número de estabelecimentos agropecuários do município de Andradina, realizando um recorte de 5 a menos de 20 hectares, visto que é a área aproximada dos assentamentos rurais do município, incluindo os para-rurais, há uma ocupação de 62% das unidades. Destas, 85,3% estão classificadas como agricultura familiar, como demonstrado na tabela 1.

Tabela 1- Município de Andradina (SP): Número de estabelecimentos agropecuários – 2017

Total de unidades	Área – de 5 a menos que 20 hectares.	Agricultura familiar	Agricultura não familiar
100%	62%	52.9%	9%
838	520	444	76

Fonte: Censo Agropecuário 2017⁹. Organizado pela autora

Torna-se clara a importância desses dados na produção de horticultura e da produção leiteira, visto que é predominante nos assentamentos de Andradina, incluindo o PA Arizona. Os estabelecimentos de 5 a menos de 20 ha, são responsáveis por 60% da produção das variedades da horticultura e destes 95,8% estão classificados como agricultores familiares, como demonstrado na tabela 2.

⁸ De acordo com o site do IBGE (2017) “As Regiões Geográficas Imediatas têm na rede urbana o seu principal elemento de referência. Essas regiões são estruturadas a partir de centros urbanos próximos para a satisfação das necessidades imediatas das populações, tais como: compras de bens de consumo, busca de trabalho, procura por serviços de saúde e educação e prestação de serviços públicos, como postos de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), do Ministério do Trabalho e de serviços judiciários, entre outros”. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 2 fev. 2023.

⁹ Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso: em 31 jan. 2023.

Tabela 2- Município de Andradina (SP): Número de estabelecimentos agropecuários com produção de horticultura – 2017

Total de unidades	Área – de 5 a menos que 20 hectares.	Agricultura familiar	Agricultura não familiar
100%	60%	57,5%	2,5%
40	24	23	01

Fonte: Censo Agropecuário 2017¹⁰. Organizado pela autora

No que se refere a produção leiteira nas propriedades de 5 a menos de 20 ha, estão presentes 67,2%, destas 89,4% estão classificadas como agricultura familiar. Como demonstrado na tabela 3.

Tabela 3 - Município de Andradina (SP): Número de estabelecimentos com produção leiteira - 2017

Total de unidades	Área – de 5 a menos que 20 hectares.	Agricultura familiar	Agricultura não familiar
100%	67.2%	60.1%	7%
437	294	263	31

Fonte: Censo Agropecuário 2017¹¹. Organizado pela autora

Destacamos a contradição e a desigualdade presente no campo, em nível nacional que são expressos também em Andradina, pois os pequenos estratos possuem menor área de terra e são os que produzem mais alimentos básicos, aqui expressos na horticultura e na produção leiteira.

Assim, mesmo diante dessa contradição e tentativa do capitalismo de apagar a importância desses sujeitos sociais na produção de alimentos para a sociedade, eles resistem. Então, elucidamos a importância e necessária permanência do camponês, compreendendo a sua pluralidade.

Assim, diante das contradições e desigualdade expressas pelo capital, faz-se importante apresentar a constituição do processo de concentração fundiária na região de Andradina e a consequente expansão do capitalismo no campo, que ocorreu, inicialmente, com o avanço da produção extensiva de gado e, posteriormente, com a monocultura da cana-de-açúcar. Tal processo foi, inicialmente, conduzido pelas ações dos sujeitos ligados à frente pioneira e à frente

¹⁰ Dados disponíveis em: < <https://sidra.ibge.gov.br>>. Acesso: em 04 de fev. 2023.

¹¹ Dados disponíveis em: < <https://sidra.ibge.gov.br>>. Acesso: em 31 de jan. 2023.

de expansão e, posteriormente, à chegada das empresas do setor sucroalcooleiro que se territorializaram na região. (ARLINDO, 2020).

3 DO “REI DO GADO” ÀS “RAINHAS DA CANA”

3.1 A FRONTEIRA: FRENTE PIONEIRA E FRENTE DE EXPANSÃO

O processo histórico na região de Andradina ocorreu marcado pela ideologia dominante de cada época e não é por acaso que encontramos esses versos no hino da cidade de Andradina: “De Andradina sou filho, desta terra linda e gentil, que busca seguir com brilho, o progresso do Brasil”¹². Qual progresso é esse?

Quando é realizada a referência de progresso, precisamos questionar quais são os sujeitos presentes nessa narrativa histórica, quais denotações e conotações foram utilizadas para explicar a ideologia que se pretendia concretizar. Não é estranho para os estudos que possibilitem uma visão crítica da construção do território questionar quem são essas personagens que a história exaltou e colocou como protagonistas na narrativa. Ou seja, analisar criticamente essa construção é a possibilidade de ampliar a compreensão de uma mesma narrativa sob um diferente ponto de vista, conhecendo e reconhecendo que aquelas pessoas ora colocadas como figurantes são as mesmas que possibilitaram que a história (como deveria ser contada) acontecesse. Desta forma, emergem-se as contradições de uma sociedade de classes, na qual há os que tem voz e os que são calados para os que têm voz alcancem seus objetivos.

Nesta pesquisa, somos imbuídos de provocar e questionar como se deu essa construção histórica do território mediada por contradições, disputas, poder e violência em Andradina.

Historicamente, durante o processo de avanço das fronteiras colonizadoras em distintas partes do Brasil, utilizou-se o termo “pioneiro”, este é compreendido no imaginário acrítico como aquele que traz o novo, o desbravador, o responsável pela marcha do progresso. Entretanto, o território, no avanço das fronteiras demográfica e econômica, como explicado por Martins (1997), não deve ser considerado como o do novo e da inovação, pois a fronteira se revela o lugar de conflitos, mortes e desumanidade.

Então, para melhor compreensão das contradições existentes, faz-se necessário refletirmos sobre as diferentes designações do avanço dos pioneiros, ou seja, o lugar social que cada sujeito nos remete para a compreensão da história do avanço das fronteiras.

Para isso, utilizamos autores que trouxeram importantes contribuições para a compreensão desses sujeitos e de fronteira, culminando em distinções significativas para a

¹² Letra completa encontrada no *site* oficial da Prefeitura de Andradina. Disponível em: <www.andradina.sp.gov.br>. Acesso em: 15 julho. 2022.

reflexão da expansão capitalista no interior paulista e, no recorte desse trabalho, em Andradina.

O movimento de compreensão dos conceitos de Monbeig (1984) de precursores e frente pioneira e em Martins (1997) para explicitar a fronteira demográfica e a fronteira econômica, frente de expansão, como forma de estabelecer as etapas de conquistas de novas terras e, consequentemente, o avanço do capitalismo no campo.

No que se refere à frente pioneira, Monbeig (1984), em seus estudos, apresenta uma definição na qual a ideia central é do pioneiro como o fazendeiro, comerciante e empresário, ou seja, um homem de poder e influente. Assim, na compreensão de frente pioneira está ausente a presença dos povos originários e as consequências desse avanço para esse grupo de pessoas.

Percebemos, então, que a compreensão de frente pioneira está relacionada com a possibilidade de trazer avanço e modernidade. Tal momento histórico é marcado pelos incentivos do governo, como a “Marcha para Oeste”, no governo de Getúlio Vargas, a partir dos anos 1930. O objetivo era ampliar o processo de integração e homogeneização nacional e, como será visto no próximo tópico, na formação de Andradina está presente esse movimento.

Tais incentivos impulsionaram a negociação de grandes propriedades de terra com o Estado, potencializando os latifúndios e a grilagem de terras. Nesse sentido, como apresenta Monbeig (1984), notam-se a rotina de falsificação de documentos, páginas faltando, assinaturas falsas e o amarelamento de documentos propositalmente para atingir as medidas legais da época.

Para Monbeig (1984) a diferenciação entre os precursores¹³ e a frente pioneira é caracterizada pela relação com a propriedade da terra, ou seja, para o autor a frente pioneira institui um mercado de terras com investimento direto do capital (no desmatamento, na construção de cidades, na construção das estradas de ferro). Então, a frente pioneira:

[...] significava a integração do campo a uma economia do tipo capitalista. O povoamento concebeu uma moderna colonização: a construção de vias de comunicação, o surgimento de vilas e cidades, o loteamento de terras urbanas e rurais e um sistema de comercialização de produtos organizado. Para o pioneiro, a terra era tida como terra para negócio, enquanto, para os

¹³ Como explicado por Nardoque (2014, p. 61), “[...] antes da efetivação do avanço pioneiro assentado nos princípios da produção para o mercado e do estabelecimento da propriedade capitalista da terra, o Oeste Paulista possuía a ocupação dispersa formada por pessoas que estavam à frente do término dos trilhos da estrada de ferro, vivendo da caça, da criação de gado ou da agricultura de autoconsumo. “[...] Quando não dessa forma, o espaço era habitado por indígenas, como no caso do Vale do Rio Tietê, nas proximidades de Araçatuba”. Assim, para Monbeig (1984) precursores são esses dois tipos de população. O que mais tarde será descrito como fronteira demográfica para Martins (1997).

precursores mineiros, fazedores de posses, a terra era para o trabalho. (NARDOQUE, 2014, p. 63).

As terras eram conquistadas e regularizadas nos trâmites de documentos forjados através de subornos a cartorários, demarcações, pagamentos a topógrafos e jagunços, assim,

Somente aqueles possuidores de um certo capital poderiam participar desses negócios ilícitos, portanto, inacessíveis aos despossuídos de dinheiro ou por ignorância em relação à lei, como os ex-escravos, o imigrante e aos próprios posseiros, que já ocupavam as terras bem antes da chegada do pioneiro. (NARDOQUE, 2014, p. 98).

Na frente pioneira, era o fazendeiro a figura destaque, este atuava em múltiplas esferas da sociedade, exercendo poder comercial, imobiliário e político. Entretanto, existiam outros sujeitos presentes nesse processo que garantiam a consolidação da propriedade privada da terra e, conseqüentemente, os latifúndios da região. São eles os grileiros, agrimensores, advogados operando a favor dos capitalistas latifundiários.

Observamos, então, que a frente pioneira é efetivada com base na Lei de Terras, a terra tornou-se mercadoria, então as atividades estavam diretamente ligadas ao capital e a compra de novas terras, tornando-as privadas com vínculo direto com o mercado, estabelecendo-se como equivalente de capital.

Martins (1997) analisa a fronteira como uma região de conflito que se articula entre os povos originários e a sociedade, ou seja, a fronteira entre a cultura e a natureza, entre o animal e o homem. Esta é marcada pela própria constituição do encontro de sociedades num limiar histórico. Então, o sujeito central da fronteira é a vítima. Isso já nos apresenta a necessidade de uma primeira distinção, entre fronteira demográfica e fronteira econômica.

Na fronteira demográfica, apresentada por Martins (1997), há ocupação da civilização que não são sujeitos da produção tipicamente capitalista, da “modernização”, assim, à frente da fronteira demográfica, estão as populações indígenas e, sobre os seus territórios, há o avanço da frente de expansão, então

[...] a frente de expansão e a frente pioneira são distintas à medida que a terra e a produção assumem equivalências diferenciadas. Todavia, são combinadas porque a frente de expansão não está descolada dos avanços da produção capitalista. É certo que a aristocracia sabia que, mais cedo ou mais tarde, novas áreas seriam incorporadas à produção de mercadorias e a terra passaria a se constituir como equivalente de capital. (NARDOQUE, 2014, p. 72).

A frente pioneira está relacionada ao movimento cujo objetivo é a incorporação de regiões à economia de mercado, ou seja, ela se apresenta como fronteira econômica. Então, na expansão do território, estabelecem-se relações sociais não tipicamente capitalistas (dada a existência da frente de expansão) com as tipicamente capitalistas via instauração da renda capitalizada, na qual “[...] A expansão territorial do capital não podia depender do capital propriamente dito, atraído para setores mais lucrativos, restabelecendo-se mecanismos e processos de acumulação primitiva [...]” (MARTINS, 1997, p.99)

Para Martins (1997), a fronteira se estrutura em dois movimentos distintos e combinados, o primeiro é instituído pela frente de expansão, ou seja, a ocupação efetuada por trabalhadores livres, negros libertos e migrantes de outras regiões que não interessavam a comercialização de mercadorias, mas as executava em forma de excedente¹⁴, ocorrendo também a apropriação privada da terra mediante a ocupação, mas sem caracterizar a terra como mercadoria. Consequentemente, essa expansão trouxe os conflitos das terras ocupadas pelos indígenas.

Para Martins (1997), não à toa no título de seu livro “Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano”, a fronteira apresenta uma característica do lugar onde o “outro” é degradado possibilitando a existência do explorador. Assim, o pobre trabalhador dominado e explorado pelo capitalista, pois, em suma, para o autor, a fronteira é local de conflito entre terra de trabalho e terra de negócio, precisando ser analisada do ponto de vista da vítima, na qual esta, quando não “é desalojada das terras, como no caso dos posseiros, foi ou é conduzida pela burguesia para as áreas de expansão das fronteiras, no sentido de lhe extrair a renda da terra através da especulação imobiliária. (NARDOQUE, 2014, p. 88).

Entendemos que não é a formação de uma (frente de expansão) a priori da outra (frente pioneira), mas ambas se revelam na face de uma mesma realidade, a fronteira. Portanto, para Martins (1997), há a compreensão de que não existem duas frentes, mas duas perspectivas analíticas, uma geográfica, da frente pioneira, e uma antropológica, da frente de expansão, entretanto ambas são faces diferentes de uma mesma expansão, a expansão do capital.

Compreendemos que a fronteira econômica tem sua face na reprodução ampliada do

¹⁴ A produção excedente ganha um caráter mercantil, pois os excedentes são colocados no mercado. Como apresentado por Nardoque (2014, p. 71), “Esta ocupação foi constituída de população dispersa ao longo de rios ou estradas abertas em meio às coberturas vegetais no Oeste Paulista. Contudo, a frente de expansão não podia ou pode ser caracterizada como uma economia natural porque os produtos oriundos desta possuem um valor de troca na economia de mercado”.

capital, visto que é baseada na conversão da terra em mercadoria e, conseqüentemente, em renda capitalizada, ou seja, em terras de negócios. Fica-nos claro, então, quem são esses homens de negócios enaltecidos nessa versão da história.

Assim, os pioneiros são tidos como heróis em decorrência da visão hegemônica explicada pela compreensão de frente pioneira como os primeiros desbravadores a pisarem em terras “desabitadas e ociosas”.

Em contrapartida, Martins (1997) apresenta a concepção de frente de expansão e a compreensão da fronteira demográfica enquanto a presença do “outro”, compreendida através de viés social divergente da frente pioneira, ou seja, dos demais sujeitos do processo de expansão das fronteiras – as vítimas.

Assim, há distinção entre frente pioneira e frente de expansão, pois a primeira é representada numa pessoa, o herói, o desbravador, ou seja, está relacionada com as mudanças radicais ocorridas nas paisagens, com a chegada das ferrovias, das cidades e dos latifúndios com monoculturas para a exportação, ou seja, é difundida a ideia da chegada da modernidade, da mudança para o progresso no qual o que existia, anteriormente, não serve mais. Em última análise, sobretudo, uma forma de expansão do capital. Na frente de expansão, a reflexão se recai à fronteira demográfica, na qual há populações que ocuparam esses lugares, participantes desse movimento distinto e combinado.

Como mencionamos anteriormente, esse movimento acontece em diversas partes do Brasil, sendo característico de nossa história. Então, o interior paulista também protagonizou tal movimento e os conflitos das fronteiras econômica e demográfica, mas com narrativas, muitas vezes, tendenciosas no posicionamento quanto aos sujeitos desse movimento. Então, partimos para a reflexão do pioneiro em Andradina – aquele que seu nome foi fundante da cidade e do município.

3.2 OS PIONEIROS DE ANDRADINA E A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL

A formação territorial do Brasil tem a propriedade fundiária como um de seus elementos constitutivos, expressando interesses de classes em sua apropriação como reserva de valor. Assim, a constituição latifundiária de Andradina também está dentro desse contexto da terra como mercadoria.

Além disso, como refletido ao longo do trabalho, as características contraditórias da expansão do capital em escala nacional são expressas com particularidades em contextos regionais e assim também estão presentes na expansão do capital em Andradina.

A região de Andradina, até o século XX, era habitada pelos povos originários, como apresentado por Oliveira (2006), numa área, até então, não “desbravada” pelos colonos, mas reconhecida como região de destaque e interesse dos colonizadores.

De acordo com Sant’ana (2006), desde as décadas de 1910 e 1920, a região de Andradina tornou-se pioneira no avanço de suas terras, devido à presença de solos férteis e virgens com relevo pouco acidentado, sendo favorável para a agricultura extensiva, propiciando, assim, a chegada dos pioneiros.

Os pioneiros, explicados ideologicamente como o “herói destemido que conquistou terras e trouxe progresso para a região de Andradina” (LOPES, 2012, p.44), ocupam um lugar simbólico na história e no imaginário da população como os desbravadores das terras e o progresso como resultado de ações heroicas para o desenvolvimento da região.

Como perceptível no trecho sobre a história de Andradina extraído do *site* de museu virtual e citado como escrito por Desmond Holdridge, em novembro de 1946, em que:

Um pequeno grupo de homens plantou uma cruz de madeira na terra vermelha e fecunda de uma clareira, numa das vastas florestas do Brasil. E ali ficou de pé, em atitude reverente, enquanto um padre invocava as bênçãos de Deus para a colônia que acabava de ser fundada. Por isso aquele empreendimento fora sonho de um homem que se chamava Antônio Joaquim Moura Andrade, o lugar foi denominado Andradina. Aquelas terras do interior do estado de São Paulo eram um verdadeiro mar de vegetação hostil e ininterrupta, há oito anos. Por mais de 100 quilômetros em torno à nova cruz ali erguida, havia menos de mil seres humanos. A estrada de ferro do Noroeste do Brasil atravessava a verde selva, sem uma só parada. Se alguns dos pioneiros espalhados por ali fora reunisse uma colheita maior que o necessário para o seu próprio consumo, era pouco provável que tentasse levá-la até o mercado. (HOLDRIDGE, 1956, n. p).

A ideologia do pioneiro e suas ações heroicas permanecem presentes na atualidade, pois que, em janeiro de 2023, foi realizada a restauração da citada cruz, em praça central, como demonstrado na figura 1 e na figura 2, como forma de honrar aquele que desbravou esta terra de vegetação hostil que culminou na fundação do povoado de Andradina.

Figura 1- Andradina (SP) – Cruz em Praça Central – 1937



Fonte: Prefeitura de Andradina¹⁵

Figura 2- Andradina (SP) – Cruz em Praça Central – 2023



Fonte: Prefeitura de Andradina¹⁶

Entretanto, a beleza narrada pelas ações desses destemidos heróis esconde as ações perversas e desumanas que exerciam para alcançar o “progresso”, uma vez que tal visibilidade e reconhecimento resumidos na figura de uma pessoa, assim como o poder que esta exerce, são heranças da história do Brasil, a qual está intimamente ligada ao controle e disputa de poder político e econômico para atender os interesses da classe dominante.

Para Moraes (2002), nas características brasileiras, expressas nos momentos históricos de colonização, escravidão e ditadura militar, a conquista do território e a construção de uma sociedade é atravessada pela ideologia do poder no qual o interesse do conquistador suprime a ideologia do conquistado. Assim, mesmo com a República, a criação de instituições e leis não trouxeram resolutividade para a amplitude e desproporção do avanço do capital do campo até a atualidade.

Então, realizarmos a análise crítica dessa construção nacional, refletida nas diversas regiões do Brasil, a qual apresenta a ideologia como forma de autoritarismo, de imposição e submissão. Assim, partimos da compreensão de ideologia como ferramenta de poder que, dependendo para qual direção está seguindo seus interesses, liberta ou oprime. (MORAES, 2002).

A frente pioneira é compreendida pelo avanço da ocupação capitalista em terras de fundos territoriais, reforçando o sentido de propriedade privada concebendo a terra como mercadoria, para o seu loteamento, especulação financeira, compra e venda (OLIVEIRA, 2006).

¹⁵ Disponível em: <<https://www.andradina.sp.gov.br>>. Acesso em: 29 jan. 2023.

¹⁶ Imagem disponível em: <<https://www.andradina.sp.gov.br>>. Acesso em: 29 de jan. 2023.

A figura 3, uma fotografia realizada na Fazenda Primavera, ilustra os pioneiros, representados por, da esquerda para a direita, Humberto Passarelli, José Carvalho, Evandro B. Calvoso e Francisco Teodoro de Andrade e a ideia de desenvolvimento expressa na derrubada da mata:

Figura 3- Andradina (SP) – Pioneiros de Andradina - 1939



Fonte: Museu Virtual de Andradina¹⁷

Sabemos que as terras da região, mesmo que ainda desconhecidas pelos colonos, não estavam vazias e, como apresentado por Oliveira (2006), na região oeste do estado de São Paulo, estavam presentes os Kaingang paulistas e, na perspectiva daqueles que compunham a frente pioneira, os povos indígenas eram considerados um empecilho no que diz respeito à possibilidade do avanço da fronteira econômica. Então, como forma de garantir os negócios, os fazendeiros e negociantes de terra contratavam pistoleiros – chamados à época de bugreiros, “ou seja, aqueles que matavam os bugres, ou índios” (LOPES, 2012, p. 46). Assim, esses sujeitos

Assumiam técnicas de operação bélica. A expedição era precedida pelo grupo dos mantimentos e armamentos da tropa, que partia carregado de armas de fogo e munição. Muitas vezes os bugreiros se escondiam na mata durante semanas, aguardando a realização das festas guerreiras e religiosas dos caingangues, nas quais estes se embriagavam com uma bebida que produziam. Os ataques costumavam ocorrer ao amanhecer, quando a tribo dormia. Matavam-se índios a tiros. Os cadáveres, depois de empilhados, eram

¹⁷ Imagem disponível em: <<https://museuvirtualandrad.wixsite.com/website/historia>>. Acesso em: 20 de abril, 2022.

incendiados. Os invasores às vezes envenenavam os alimentos e a água estocados pelos índios. (SILVA, 2000 *apud* OLIVEIRA 2006, p. 83).

A primeira marca violenta foi realizada pelos sujeitos que compunham a frente pioneira, no que diz respeito ao extermínio dos povos originários presentes em Andradina em nome do progresso do capital e da desumanização. “O desprezo pela vida humana, a ideia de progresso a qualquer preço e a impunidade fizeram que a brutal relação entre homem branco e indígena fosse vista com tons de heroísmo e patriotismo”. (GHIRARDELLO, 2002, p. 42)

Na figura 4 e na figura 5, apresentamos a penetração da frente pioneira nas matas com a devastação da vida humana, animal e vegetal, sempre na postura de soberania e poder.

Figura 4- Andradina (SP) - Frente Pioneira - 1939



Fonte: Museu Virtual de Andradina¹⁸

¹⁸ Disponível em: <<https://museuvirtualandrad.wixsite.com/website/historia>>. Acesso em: 20 abril. 2022.

Figura 5- Andradina (SP) – Fertilidade das Terras – 1940



Fonte: Prefeitura Municipal de Andradina¹⁹

No processo de avanço das fronteiras, compreendemos, então, a existência de uma fronteira demográfica, mas que não correspondia à fronteira econômica, esta foi avançando conforme as atividades ligadas à produção de mercadorias se alastravam pelo interior paulista. Assim, como explicado por Nardoque (2014, p. 16), a ocupação demográfica dessas regiões é anterior ao avanço da frente pioneira, ou seja, “não possuidores de vínculos diretos com o mercado, pela produção de mercadorias vinculadas às necessidades do mercado interno e externo”, ficam claros os processos e as estratégias utilizadas para a ocupação e comercialização de terras por meio da indústria de grilagem de terras, com o avanço da frente de expansão e da frente pioneira.

A expansão do capital no extremo oeste do estado estava relacionada com a criação das estradas de ferro e das diversas companhias que assumiram seus diversos trechos. “Foi a estrada de ferro ordenadora do território, incentivando a colonização, auxiliando a agricultura e a indústria e promovendo a fundação de cidades” (NARDOQUE, 2014, p. 21), ou seja, a abertura de estradas permitia maior renda para os latifundiários da região.

Assim, as estações das estradas de ferro transformavam-se em povoamento que mais tarde constituíram-se diversas cidades, propiciando a apropriação capitalista de terra, em especial pós a Primeira Guerra em decorrência da expansão do plantio do café, então a formação:

¹⁹ Imagem disponível em: <<https://www.andradina.sp.gov.br>>. Acesso em: 20 de abril. 2022.

[...] de novas fazendas concretizou-se pelo fato da inversão de capitais antes aplicados pelos fazendeiros na compra de escravos, junto aos comerciantes destes, posteriormente foram destinados à implantação de fazendas nas novas terras no Oeste paulista. (NARDOQUE, 2014, p. 42)

Como explicado pelo autor, a expansão dos fazendeiros na busca de novas terras tornou-se um ótimo negócio, pois ocorreu o aumento de seus preços, tornando a terra equivalente de capital, ou seja, renda capitalizada como explicado anteriormente. Assim, a apropriação do resultado do trabalho da terra, utilizando este não mais para a compra de pessoas que seriam escravizadas, mas para ações de grileiros e de companhias imobiliárias. A marcha para oeste é, sobretudo, a expansão capitalista.

A intensificação da exploração aconteceu no processo de incentivo das políticas de integração e homogeneização do território nacional. Dentro das políticas territoriais, teve o incentivo à construção de vias de acesso pelo interior do país. Então, a ação que marcou a formação de Andradina foi a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB). Diferentemente das demais estradas que suas origens acompanhavam o progresso do café nas demais regiões do oeste do estado de São Paulo, a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil foi a primeira a “abrir” o território.

Esse recorte histórico sobre a construção da estrada de ferro se faz necessário, visto que foi através desta que se intensificou o povoamento de Andradina, conseqüentemente, a apropriação capitalista da terra, assim a ferrovia trouxe sua importância para a ocupação rural e urbana também de toda a região, inclusive a denominação de Zona Noroeste foi originada da estrada de ferro (GHIRARDELLO, 2002).

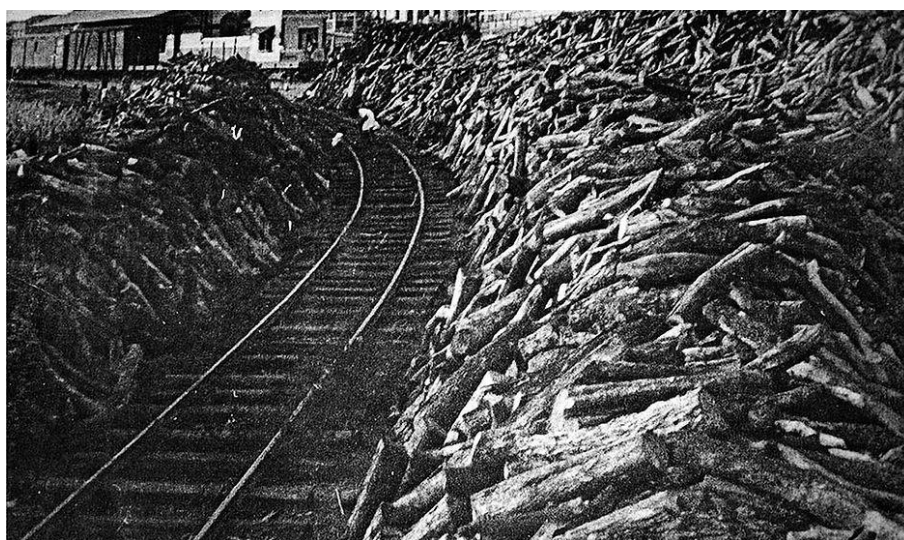
Anteriormente, conhecida como Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (CEFNOB), a sua construção destinava-se em direção ao atual Mato Grosso do Sul, até então de pouca densidade populacional de não indígenas. “Nos mapas do início do século, anteriores à Comissão Geográfica de 1905, toda área do oeste de São Paulo até a margem esquerda do Rio Paraná era grafada como ‘zona desconhecida habitada por índios’ ou ‘terras devolutas não exploradas’.” (GHIRARDELLO, 2002, p. 11).

A estrada férrea foi construída num processo demorado e conflituoso, posto que a construção de seu trajeto teve como base interesses puramente econômicos, ou seja, áreas de avanço capitalista. “Seriam ligadas regiões isoladas do território nacional, velha aspiração dos setores militares e diplomáticos, mas principalmente passariam a estar disponíveis ao capital imensas áreas inexploradas do território paulista e também do mato-grossense”. (GHIRARDELLO, 2002, p. 29).

A CEFNOB tinha como objetivo ligar estados (São Paulo, Mato Grosso até à Bolívia) com um histórico penoso de devastador entre dizimação dos povos indígenas e dos próprios trabalhadores. Seu trajeto foi alterado por diversas vezes, mas sempre atendendo aos interesses na busca de terras devolutas.

Na figura 6, demonstramos parte da construção da ferrovia em Andradina, apresentando um breve recorte para a reflexão da imensidão de materiais, do intenso trabalho e da modificação da paisagem.

Figura 6- Andradina (SP) – Construção da Ferrovia – s/d



Fonte: Museu Virtual de Andradina²⁰

A construção da ferrovia trouxe o cruzamento entre a vastidão das posses irregulares das terras e com os acordos bem-sucedidos com a CEFNOB, ou seja, um movimento bem conhecido há séculos: a compatibilidade dos interesses dos capitalistas latifundiários e o Estado.

Observamos um movimento concomitante de interesses, tanto da companhia de construção da ferrovia quanto dos fazendeiros latifundiários, a formação de cidades. Para a Companhia de Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, a construção de estações e povoados garantiam a segurança contra a destruição das edificações realizados pela ferrovia (armazéns, trilhos, materiais), frequentemente atacados pelos povos originários em represália do massacre e dizimação de suas tribos e ocupação de suas terras.

Por outro lado, a formação dos povoados para os latifundiários representava a valorização de suas terras, ou seja, “espaço social para o exercício do mando coronelista e, sobretudo, a viabilização de parcelamentos rurais” (GHIRARDELLO, 2002, p. 13). Portanto,

²⁰ Disponível em: <<https://museuvirtualandrad.wixsite.com/website/historia>>. Acesso em: 20 abril. 2022.

no período de 1905 a 1914²¹, a região vivenciava um período de retalhação de suas terras com a criação de diversos povoados.

Em decorrência das estações e povoados garantirem a maior circulação de pessoas e o escoamento das produções agrícolas, estas se mostravam como os primeiros indícios de “civilização” e “proteção”, ou seja, a base para a ocupação rural. Abriram, assim, possibilidade de lucros e comercialização das terras.

Consequentemente, as terras retalhadas foram vendidas para migrantes vindos de diversas regiões. Então, naquele período, “a subdivisão dos imensos latifúndios, apossados ou grilados, e sua transformação para venda em sítios ou fazendas constituíram negócio altamente rentável, menos trabalhoso que o plantio e meio eficaz de auferir ganhos sobre posses irregulares e de possível contestação judicial” (GHIRARDELLO, 2002, p. 13).

As figuras 7 e 8 demonstram a construção das estações, a movimentação das locomotivas e as estações, possibilitando nas terras a dinâmica das regiões “desabitadas”, atendendo aos interesses dos latifundiários capitalistas, posteriormente com a chegada dos trabalhadores que comprariam suas terras divididas.

Figura 7- Andradina (SP) – Chegada da Locomotiva – 1937



Fonte: Museu Virtual de Andradina²²

²¹ Como apresentado pelo autor, “O período estudado abrange do início de sua construção, em 1905, até a ligação, após percorrer 1.272 quilômetros, com Porto Esperança, no atual Mato Grosso do Sul, em 1914. Nesse curto espaço de tempo será formada uma importante linha de povoados, depois cidades, estabelecidas a partir de estações, guardando características próprias em relação à origem de seus chãos e à implantação dos traçados urbanos. “[...] Avaí, Presidente Alves, Cafelândia, Lins, Promissão, Avanhandava, Penápolis, Glicério, Birigui e Araçatuba”. (GHIRARDELLO, 2002, p. 12).

²² Disponível em: <<https://museuvirtualandrad.wixsite.com/website/historia>>. Acesso em: 20 abril. 2022.

Figura 8- Andradina (SP) - Estação Ferroviária – 1937



Fonte: Museu Virtual de Andradina ²³

Importante destacarmos a particularidade da expansão do capital em Andradina, visto que a Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, em comparação às demais em solo paulista, apresentava uma constituição diferente, pois não acompanhou a expansão de áreas para a produção cafeeira. Então, havia um desconhecimento da região, uma produção agrícola inexistente e nenhuma ocupação urbana.

A característica da ferrovia era de penetração de áreas até então desconhecida, a construção da ferrovia seria a solução para dois problemas, ou melhor, para dois interesses do capital: o acesso a áreas até então inatingidas para apropriar-se de terras devolutas e o avanço das ferrovias pelo Estado. (GHIRARDELLO, 2002)

A ferrovia possibilitou o apossamento de terras devolutas, unindo-se aos interesses dos latifundiários que desejavam ocupar o solo da região. Assim, não é a lavoura que precede a ferrovia. “Nessa região, os trilhos chegarão antes de qualquer produção agrícola. Mais que isso, em muitos trechos a estrada estará adiante da ocupação territorial, abrindo caminho para ela” (GHIRARDELLO, 2002, p. 84). A razão era de que as terras estavam sendo ocupadas e retalhadas, então, no período de 1920 os lucros se deram pela especulação sobre a terra com chegada de migrantes e imigrantes.

²³ Imagem disponível em: <<https://museuvirtualandrad.wixsite.com/website/historia>>. Acesso em: 20 de abril, 2022.

Historicamente, findado o trabalho escravo no Brasil, aumentou-se a necessidade de trabalhadores no campo. Assim, iniciou-se o processo de migração e imigração dos colonos para desenvolver o trabalho nas grandes fazendas. Tal movimento também incentivado pelo Estado, em particular pelo estado de São Paulo que abriu uma linha de crédito para financiar as passagens dos estrangeiros para o Brasil (LOPES, 2012).

Portanto, teve-se o movimento da chegada de camponeses para trabalhar nessas terras. Os trabalhadores das fazendas no interior de São Paulo eram compostos por nordestinos, espanhóis, italianos, portugueses, japoneses, dentre outros. Desde a década de 1920, já era possível observar a presença dos camponeses “em sua maioria, esses homens eram oriundos do Nordeste, foragidos da seca, das dificuldades impostas pelo latifúndio, da miséria e da falta de trabalho e oportunidades” (OLIVEIRA, 2006, p. 85).

As famílias chegaram na cidade com o sonho da melhoria de vida, atraídos pelo discurso de progresso, com a possibilidade de trabalho e compra de terra, materializando aquele através de sua força de trabalho com o desbravamento das terras, o plantio e as colheitas. Compreendemos, então, que são esses sujeitos, as famílias que como arrendatárias²⁴, principal forma de trabalho e acesso à terra dessas famílias constituídas pelos camponeses, que possibilitou a construção da cidade e seu reconhecimento. As famílias que chegavam:

Trouxeram, sobretudo, a ânsia de vencer pelo trabalho. Trouxeram braços fortes, prontos para o cotidiano dessa nova roça paulista. Uma roça marcada pelo desmatar, preparar a terra, pelo semear, cultivar, colher, pelo criar de galinhas e porcos no terreiro para o sustento da casa. Mas é, principalmente, uma roça marcada pelo cotidiano da produção de algodão, milho, ou amendoim, é pois, antes de tudo, a produção comercial acordada nos arrendamentos, responsável pelos dividendos do uso dessa terra alheia. (OLIVEIRA, 2006 p.87).

Observamos as contradições encontradas na história imaginária do herói contada sobre os pioneiros. Visto que além da barbárie cometida com os povos indígenas, temos ainda aqueles que realmente desbravaram as “terras virgens”, foram os trabalhadores que chegaram à cidade, aqueles que verdadeiramente estavam com as enxadas e machados nas mãos.

A partir de 1927, o fazendeiro Antônio Joaquim de Moura Andrade, conhecido como o maior criador de gado do Brasil e denominado como o “Rei do Gado”, já tinha a ideia de ali,

²⁴ Forma de trabalho na terra explicada por Oliveira (2006) com o seguinte funcionamento: “o proprietário da terra, geralmente um latifundiário (já que um único proprietário arrendava para muitas famílias), cedia o uso da terra ao arrendatário, cujas prerrogativas compreendiam desde o desmatamento do lugar, os 25% da produção e a obrigação de servir-se dos produtos vendidos pelo proprietário (tal como insumos agrícolas, ferramentas e até empréstimos”. (OLIVEIRA, 2006, p.88).

em sua fazenda (Guanabara), fundar uma cidade que seria chamada de Andradina e, assim, em 1932, ocorreu a fundação do povoado de Andradina (SANT'ANA, 2016).

Tal processo, como explica Oliveira (2006), fazia parte do projeto nacional de expansão, integração e homogeneização do Estado-Nação, como citado anteriormente, que ganhou maior notoriedade no governo de Vargas, como parte do processo de marcha para oeste, ou seja, o incentivo de desbravar e conquistar o “sertão” em nome da civilização e progresso e ainda de “levar-lhe uma identidade nacional unificadora e heroica” (OLIVEIRA, 2006, p.79), pertencendo à figura do pioneiro essa possibilidade, trazendo a ideia de progresso e modernidade.

Sabemos que esse progresso e benevolência em busca do “sertão” possuíam uma narrativa ideológica, visto que, como apontado por Moraes (2003), sertão não apresenta características individuais que o identifique como um meio natural presente na dimensão terrestre nem como uma paisagem humanizada. Então, o autor apresenta uma compreensão simbólica e ideológica do termo “sertão”, trazendo suas características singulares no que se refere a invisibilidade da presença humana, espaço de vazio demográfico e terras desocupadas.

Moraes (2003) aponta que o sertão não é um lugar, mas uma qualidade, uma atribuição de diferenciados lugares. Tratando-se, então, de um símbolo imposto, uma ideologia geográfica que se refere às condições de diferentes localidades no processo de valorização, esta acompanha os movimentos de contextos históricos, partindo-se, então, de discursos de interesses hegemônicos nesse processo.

Nomear um lugar como sertão é projetar interesses futuros diferentes do que estão postos naquele lugar, assim, estes não são sertões, mas tornam-se sertões quando miram interesses de ocupação e exploração, ou seja, sertão é um espaço-alvo de projeto (MORAES, 2003), condição característica desse movimento é a construção de uma imagem que repercutirá nos valores culturais, estes, geralmente negativos como forma de garantir a ocupação desses espaços para interesses hegemônicos através da expansão econômica e política, na qual “Transformar estes fundos territoriais em território usado é uma diretriz que atravessa a formação histórica do Brasil, alçando-se mesmo à condição de um projeto estatal-nacional básico do país”. (MORAES, 2003, p.5)

Percebemos, portanto, que é um imaginário construído mediante um outro externo através de um olhar que atribui valor e juízo próprios que justificam as ações para transformá-lo – povoar, civilizar e modernizar,

[...] enfim, o sertão é qualificado para ser superado, por meio de um exercício onde a denominação já expressa interesses projetados pelo qualificador para os lugares abordados. Impor um domínio efetivo ou uma nova dominação ao espaço em pauta é o objetivo de um processo que tem na apropriação simbólica um passo inicial. Esta imputa uma imagem que traz em si uma proposta de transformação das características que a fundamentam. Ultrapassar a condição sertaneja é a meta implícita dos discursos que buscam levantar e explicar a sua essência. (MORAES, 2003, p.3).

Resumidamente, foi desta forma que em busca da transformação e “progresso” dessas terras férteis que, finalmente, após o planejamento urbano realizado por um engenheiro, Benelow & Benelow, Andradina foi oficialmente fundada em 11 de julho de 1937, em terras de Moura Andrade, na Fazenda Guanabara.

3.3 DA FRENTE PIONEIRA À INTENSIFICAÇÃO DAS MONOCULTURAS

No decorrer dos anos, com o processo de arrendamento, ocorreu a intensificação da produção de gado, conseqüentemente, o êxodo rural e o aumento das atividades urbanas:

[...] o solo próprio para o cultivo do capim colônia e as vantagens do comércio de gado bovino transformaram o município em pecuarista e, devido ao êxodo rural provocado pela atividade criatória, intensificaram-se as atividades urbanas, principalmente com a instalação do frigorífico Moura de propriedade do fundador do município, Antônio Joaquim de Moura. (SANT'ANA, 2016, p.104).

A intensificação do pasto para criação de gado marcou os reais interesses de poder do “Rei do Gado”, visto que a consequência do trabalho árduo dessas famílias na terra no modelo de arrendamento organizou a estrutura voltada para o latifúndio pecuarista, pois “o arrendatário teria um acesso rotacional às terras de trabalho, cabendo a ele, quando ao final do período acordado com o proprietário, fazer a limpeza da terra e a plantação do capim de pasto” (OLIVEIRA, 2006, p. 88).

Posteriormente, quando findado os compromissos estipulados pelos arrendadores, a família seguiria para outra terra e, assim, num ciclo até que a paisagem estivesse resumida às pastagens. Percebe-se, portanto, que as mesmas terras que trouxeram possibilidade de trabalho para essas famílias as excluíram, mediante o ciclo de produção planejado pelos então intitulados “pioneiros”, visto que essas famílias banidas:

[...] ao final de um ciclo que compreendeu a vinda maciça de ‘braços’ que abriram e, limparam a mata, plantaram o algodão, o milho, ou o amendoim (condição para o arrendamento), cultivaram pequenas roças e mantiveram,

para a sua subsistência, pequenas criações, e, depois, para entregar a terra, plantaram o capim e viram o gado chegar. A terra se tornara exclusiva dos reis do gado, não havia mais espaço para ‘plebeus’ da terra. (OLIVEIRA, 2006, p. 88-89).

Com o avanço da pecuária, iniciou-se um percurso de exclusão e conflitos, uma vez que os fazendeiros ameaçavam as famílias de despejo sendo travadas diversas lutas e resistências. Indicamos a importância desse tópico no trabalho, pois as famílias assentadas no PA Arizona retratam a história de seus familiares como esses trabalhadores arrendatários que migravam de fazenda em fazenda para o novo ciclo de produção.

Consideramos importante ressaltar que, mesmo realizando esse recorte do processo de construção fundiária e luta pela terra em Andradina, este não se encontra isolado, sua forma de repressão é característica em solo nacional, ou seja, sempre marcada pelos interesses oligárquicos e expresso de forma violenta com qualquer que seja as resistências, tal como aconteceu com o extermínio dos povos originários dessa região.

Monbeig (1984) explica que, após uma fase de pecuária pioneira, iniciava-se um período dos especuladores de terra, sendo executado pelos fazendeiros, seja como compradores de áreas de grilagem, seja vendendo suas próprias terras. Em 1939 e 1940, predominava, nas terras de Andradina, aquelas com mais de 1.000 alqueires (2.420 hectares), ocupando 77% da superfície total, enquanto aquelas de até 25 alqueires (60,5ha) ocupavam 3% da área.

Observamos o monopólio do capital expresso na denominação de o “Rei do Gado” no território, visto que quase todos os comércios da nova povoação pertenciam a ele, principalmente um banco e o frigorífico para onde destinava sua produção de gado. (LOPES, 2012; SANT’ANA, 2016; ARLINDO, 2021).

Tal controle, como apontado por Lopes (2012), está associado à descrição de pioneiro, ou seja, ao homem de negócios com poder financeiro e domínio de grandes extensões de terras que, conseqüentemente, exercia grande controle sobre a vida social das comunidades que se formavam, qualidade histórica herdada do coronelismo que marca a característica do latifundiário, como:

O rico fazendeiro-empresário que encomendou o reconhecimento, ‘comprou’ e loteou essas terras, explorando e vendendo grande parte desse chão. Refere-se a ele a homenagem ligada ao nome do município de Andradina. (OLIVEIRA, 2006, p. 76-77).

Concomitante ao processo de trabalho na frente de expansão, baseado no arrendamento, no qual os camponeses, após limparem as terras, eram expulsos e tinham de buscar um novo

local para o trabalho, ocorreu, a partir dos anos 1970, o período que significou a implantação de linhas de crédito voltadas para o cultivo de produtos para a exportação, representado, exponencialmente, no estado de São Paulo, pela cana-de-açúcar. (ARLINDO, 2021)

O processo de modernização da agricultura trouxe a maior concentração de terras no estado de São Paulo e, por conseguinte, êxodo rural, expropriação dos camponeses e constantes conflitos por terra²⁵. Então, estamos também falando das contradições que são dialeticamente construídas, pois tal investida do capital trouxe também organização e luta dos camponeses para a permanência no campo.

Com o fim da ditadura militar, ocorreu a ascensão dos movimentos sociais, e a região de Andradina foi palco da germinação desses movimentos difundidos em todo solo nacional, visto que os latifúndios de pastagens dos fazendeiros começaram a ser caracterizados como improdutivos e reivindicados por movimentos dos camponeses na região (FERRANTE, 2012).

Foi nesse mesmo período que surgiu o principal movimento de luta pela terra no Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), ocorrendo ocupações distribuídas em diversas regiões do país. Lopes (2012) explica como marco de origem as ocupações realizadas nas fazendas Macali e Brilhante, realizadas no ano de 1979, em Ronda Alta, no estado do Rio Grande do Sul, no ano de 1980, em Campo Erê, em Santa Catarina, e no estado do Paraná. Nesta, reuniram-se cerca de 10 mil famílias atingidas pela construção de Itaipu.

Como descrito em seu estudo, Sant'ana (2016), no mesmo ano de 1980, iniciou-se no estado de São Paulo um conflito que foi o responsável pelo surgimento do MST neste estado, ou seja, a disputa pela terra por meio das lutas dos posseiros na fazenda Primavera, localizada entre os municípios de Andradina, Castilho e Nova Independência. Naquele momento:

[...] conquistaram a terra em julho de 1980. Depois dessa vitória nasceu o Movimento dos Sem-terra do Oeste do Estado de São Paulo, formado por posseiros, boias-frias, meeiros etc, cujos grupos obtiveram cinco conquistas na região da Alta Noroeste. (FERNANDES, 2012, p. 3).

Por conseguinte, com o crescimento da força do movimento em Andradina, crescia-se também o movimento em outros pontos do estado:

²⁵ O processo de modernização no estado de São Paulo, em especial na região de Ribeirão Preto, será marco da luta pela terra dos assentados PA Arizona, como veremos no decorrer desse trabalho, visto que estes migraram da região de Ribeirão Preto – novo centro do agronegócio, após perderem seus empregos em decorrência da modernização e expansão da cana-de-açúcar.

No ano de 1996, dezesseis anos após a conquista dos posseiros da Primavera que marcou a gênese do MST no estado de São Paulo, o Movimento havia formado dezenas de grupos e realizado mais de cem ocupações, conquistando 48 assentamentos. Durante esse período de sua formação, a partir das experiências e conquistas, o MST se especializou e conquistou frações do território. Esse processo de transformação da realidade proporcionou novas e diferentes condições de luta. (FERNANDES, 2012, p. 6).

Sendo esse processo também marcado por diversos conflitos dos posseiros/arrendatários, uma vez que, a cada resistência dos posseiros, eram respondidas por mais violência dos fazendeiros, utilizando de emboscadas de jagunços, cortes de cercas, casas incendiadas e invasão de gado na lavoura, como explicado por Oliveira (2006):

O conflito, que por um sentido foi permeado por momentos de crises, frustrações, truculência, e por outro, repleto de esperanças, de forças para a luta, de solidariedade, encontrou seu desfecho a partir de 1979, ano em que a FETAESP organizou uma concentração com mais de 1500 trabalhadores de 47 sindicatos rurais em solidariedade às 300 famílias de posseiros. (OLIVEIRA, 2006. p. 95).

Com o potencial financeiro latifundiário e a efervescência dos movimentos sociais, entraram em cena as usinas de agrocombustível, nomeadas nesse trabalho como as “rainhas da cana”, mudando a paisagem e o cenário da reforma agrária da região, num processo desigual e contraditório.

3.4 A EXPANSÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR E A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL

A cana-de-açúcar é cultivada no Brasil desde o tempo colonial, destinada à produção de açúcar. No entanto, foi no período da ditadura militar, principalmente entre as décadas de 1970 e 1980 que, com o advento do Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL), tornou-se múltipla, pois atualmente está presente no setor dos combustíveis²⁶, desta forma:

[...] os grandes usineiros foram reformulando suas estratégias de produção e de apenas capitalistas industriais tornaram-se capitalistas na produção agrícola da matéria-prima, agora também proprietários da maior parte das terras onde

²⁶ Como apontado por Oliveira (2012), o açúcar é o regulador mundial do setor sucroalcooleiro, e não o álcool como muitos imaginam. O plantio de cana-de-açúcar para a produção de álcool ocorre de forma intensa e significativa, apenas no Brasil.

a plantam. Criaram, assim, as bases de uma verdadeira agroindústria, onde ao lucro de origem industrial somam o lucro agrícola e a renda da terra. Afinal, essa cultura ocupa os melhores solos existentes no país, constituindo-se em verdadeiros monopólios territorializados. (OLIVEIRA, 2003, p. 140).

Temos que a produção dos agrocombustíveis e a produção de alimentos estão subordinadas às empresas capitalistas e com a produção projetada aos interesses de exportação.

Mostra-se o poder, que antes se reservava para os “Reis do Gado”, transferindo-se para as “Rainhas da Cana”, intensificando os interesses e a compreensão do capital como contraditório e desigual, visto que as áreas anteriormente caracterizadas como improdutivas, que eram alvo de desapropriação da reforma agrária, estão sendo incorporadas ao sistema produtivo do agronegócio canavieiro. (FERRANTE, 2012)

Encontramos o discurso governamental e midiático da necessidade de aumento de produção em decorrência do aumento do consumo. Não é referente ao aumento da necessidade de alimentação da população, mas ocorrera com aumento do consumo que se refere às necessidades das indústrias mundializadas, pois:

A criação do sistema nacional de crédito rural; estímulos às exportações de produtos agrícolas de grãos, em particular a soja; incentivo ao cultivo de algumas lavouras através do estabelecimento de políticas creditícias e fiscais específicas, como foi o caso do Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL); constituição de complexos agroindustriais; fomento às indústrias de equipamentos e de matéria-prima agrícolas etc. (DELGADO, 1997 *apud* VARELA, 2006, p.45).

Seguindo essa sequência de pensamento, torna-se importante ressaltar como novamente fica explícito o processo de territorialização dos monopólios e de monopolização do território na agricultura com a produção dos agrocombustíveis observada na produção de cana-de-açúcar na Região Sudeste do Brasil, área deste estudo.

Até a década de 1990, a produção sucroenergética era realizada por empresas familiares nacionais, mas com o avanço do processo de mundialização, estabeleceram-se novas configurações a essa produção, passando a se basear na interconexão econômica e política, acontecendo fusões e associações no agronegócio do Brasil, “tornando, inclusive, empresas nacionais nas maiores empresas mundiais de seus respectivos setores” (OLIVEIRA, 2012, p.8).

As imensas extensões de terras estavam nas mãos de uma minoria de famílias proprietárias fundiárias que, com a mundialização, passaram a criar alianças e sociedades com multinacionais, sobretudo com as empresas do setor sucroenergético.

Houve, portanto, o controle nos três níveis de produção: a propriedade privada da terra, o processo produtivo do campo e, por fim, o processo industrial da matéria agropecuária produzida, estando presente em dois principais setores: o sucroenergético e o de celulose. (OLIVEIRA, 2012)

Temos, pois, que as ações das empresas na expansão da monocultura da cana-de-açúcar representam a territorialização do capital, como forma de garantir a reprodução capitalista do território. De acordo com Lopes (2012), o principal meio que as usinas utilizam para aumentar a produção na região é na compra de terras, no arrendamento das grandes propriedades e as parcerias.

O principal atrativo é o valor das terras, abaixo do valor de outras regiões do estado de São Paulo. Ironicamente, o mesmo motivo pelo qual o INCRA para trazer as famílias da região de Ribeirão Preto que hoje são uma parcela dos assentados no PA Arizona.

Observamos um movimento interessante dos Assentados do PA Arizona que vieram de Ribeirão Preto²⁷, que trabalhavam para as usinas de agrocombustíveis, desde suas infâncias e, com a modernização na produção sucroalcooleira, ficaram desempregados. Vieram para Andradina na luta pela terra e, em 17 anos, veem suas terras cercadas pela mesma cana-de-açúcar e, ainda, pelo mesmo grupo oligárquico que lhes expulsaram, como exemplo, a usina de álcool e açúcar Virálcool, localizada em Castilho (SP), na qual os proprietários são de uma família tradicional do ramo canavieiro da região de Ribeirão Preto (SP).

Na região de Andradina, observamos a facilidade desse processo de expansão do setor de agrocombustíveis em decorrência facilitação de solos formados das grandes propriedades com pastagens para pecuária extensiva de bovinos e propriedades para fins especulativos, ou seja, a facilitação de venda para os grupos multinacionais.

Como apresentado por Thomaz Júnior (2010), a prioridade dos capitalistas está em expandir-se em áreas planas, aptas à mecanização, com bom nível de fertilidade e grande disponibilidade hídrica. Assim, temos em Andradina áreas propícias para a territorialização e o avanço do agronegócio com a monocultura da cana-de-açúcar.

²⁷ De acordo com Lopes (2012, p. 57), a região de Ribeirão Preto é onde se concentra a maior parcela de usinas de álcool e açúcar do estado de São Paulo. “Portanto, era preciso expandir o negócio canavieiro para outras regiões do estado paulista, onde pudessem encontrar terras cujo acesso fosse barato, de boa qualidade, clima favorável, com grande oferta de mão-de-obra e acesso a redes de transportes. Neste sentido, estas são características encontradas na região de Andradina-SP”

Então, concordamos com as ideias de Tomaz Júnior (2010), segundo as quais a expansão da cana-de-açúcar no Oeste paulista é a forma eficaz do agronegócio de legitimar as terras griladas e desgastadas pelos anos de pastagens, concomitante, com o discurso midiático de eficiência, tecnologia e progresso do agronegócio. Assim, temos novamente a união de dois antigos parceiros intermediados pelo Estado, capitalistas e latifundiários, seja pelo arrendamento ou venda de suas terras para a monocultura, ou seja, pela renda da terra.

Assim, dos mais de 9 milhões de hectares reservados para a cana-de-açúcar no Brasil, temos, com apontado por Thomaz Júnior (2010) e Mitidiero Junior (2022), apenas 3 milhões para o arroz e 4,2 milhões de para o feijão, representando, respectivamente, apenas 4% e 1% da área plantada no país.

A partir de 2000, segundo Arlindo (2021), ocorreu a intensificação dos incentivos e crescimento potencial de usinas na região de Andradina, com a construção de quatro das sete destilarias.

Os dados do IBGE, do último Censo Agropecuário de 2017, deixam mais nítida essa expansão, visto que a área plantada de cana-de-açúcar no Brasil era de 9.127.645 ha, no estado de São Paulo 4.824.495 ha, na Região Imediata de Andradina 175.860 ha e, por fim, no município de Andradina 28.657 ha, ou seja, 16,3% da área plantada de cana-de-açúcar da Região Imediata.

Em contrapartida, dos 294 estabelecimentos com lavoura temporária no município de Andradina, 249 são da agricultura familiar. E ainda, dos 741 ha de área colhida das lavouras temporárias, também estão presentes no grupo de agricultura familiar, como demonstrado nas tabelas 4 e 5.

Tabela 4- Município de Andradina (SP) - Estabelecimentos com lavoura temporária - 2017

Número total	Unidades de Agricultura Familiar	Unidades de lavouras temporárias	Unidades de lavouras temporárias – Agricultura Familiar
100%	84,6%	36%	29,2%
294	249	106	86

Fonte: IBGE²⁸ Elaborado pela autora

²⁸ Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br>>. Acesso: em 31 jan. 2023.

Tabela 5 - Município de Andradina (SP) - Área colhida da lavoura temporária - 2017

Área Total (ha)	Hectares de produção de cana-de-açúcar.	Hectares de produção de cana-de-açúcar – Agricultura não familiar	Hectares de lavouras temporárias – Agricultura Familiar
100%	96,4%	97,4%	2,6%
28.657	27.649	27.915	741

Fonte: IBGE²⁹ Elaborado pela autora

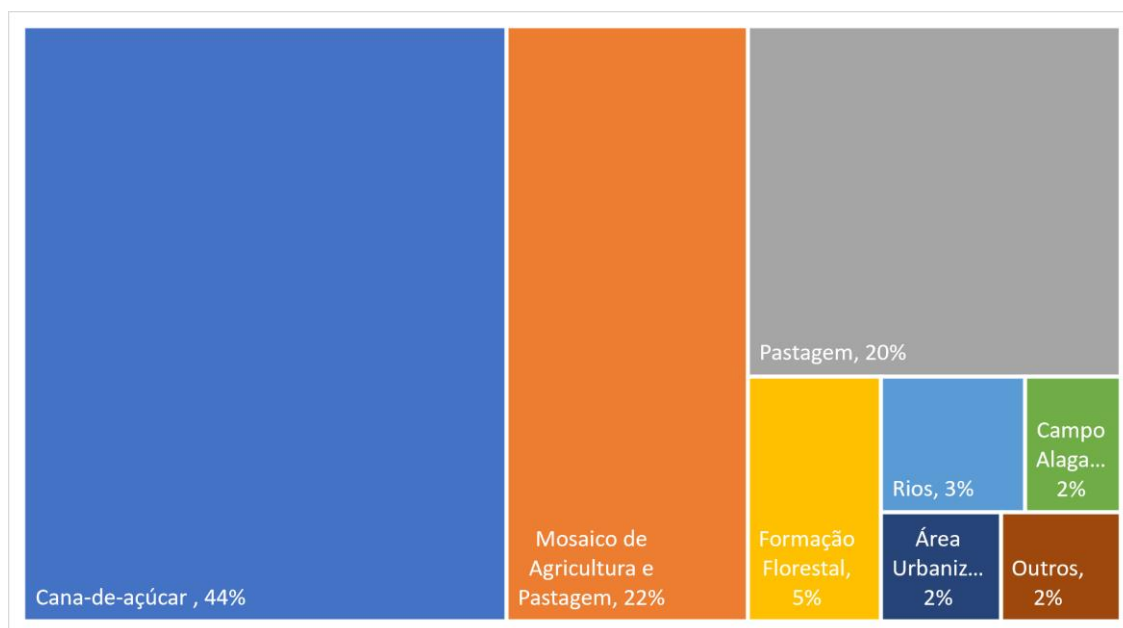
Percebemos que a cana-de-açúcar é majoritariamente a preferência da agricultura capitalista, entretanto, a agricultura camponesa familiar tem sido a responsável pela produção da variabilidade de produtos que chegam à mesa da sociedade, como apresentado por Arlindo (2022) que destaca a venda da produção da agricultura familiar em 82,7%, para a abobrinha, alface, almeirão, batata, batata-doce, berinjela, cebolinha, coentro, couve, mandioca, milho verde, pepino, pimenta, quiabo e rúcula, na Região Imediata de Andradina.

Segue-se o que já havíamos detalhado nos tópicos anteriores, quem são os produtores de variedade de produtos que chegam até à mesa da sociedade brasileira, para a região de Andradina e também para o município de Andradina, caracterizando uma variedade de produções, mesmo que cercados pelos grupos do agronegócio.

No que se refere aos dados do Instituto de Pesquisa Econômica (IPEA), Andradina possui uma extensão de 96.419 ha, na qual, aproximadamente, 44% desse território é utilizado para a plantação de cana-de-açúcar, como demonstrado na figura 9, correspondendo, em 2020, a 40.309 ha.

²⁹ Dados disponíveis em: < <https://sidra.ibge.gov.br>>. Acesso: em 30 de jan. 2023.

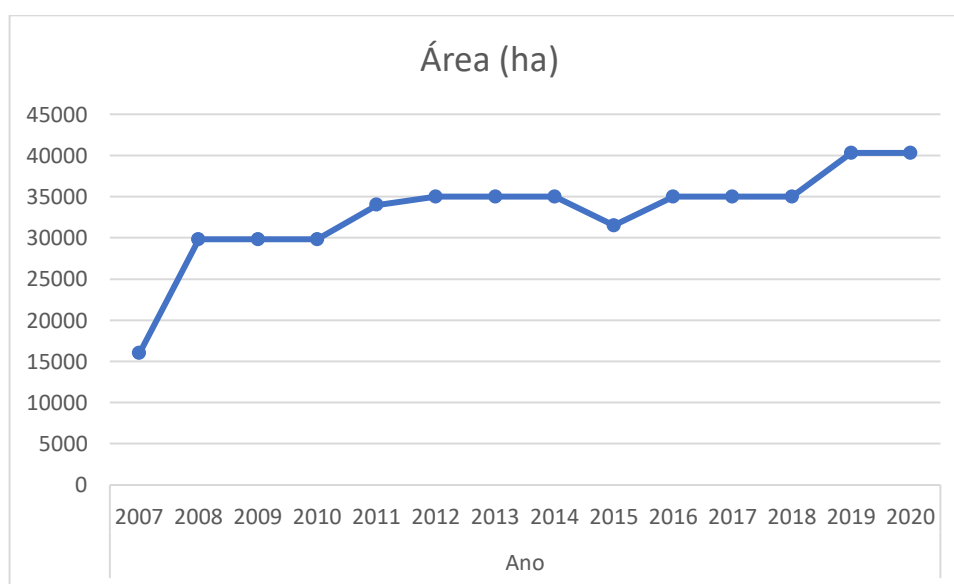
Figura 9 - Andradina (SP) – Organograma do uso da terra - 2021



Fonte: MapBiomass³⁰. Editado pela Autora

Observamos o aumento de 152% da área de produção de cana-de-açúcar no período de 2007 a 2020, como demonstrado no gráfico 1.

Gráfico 1 - Município de Andradina (SP) - Expansão da cana-de-açúcar (2007-2020)



Fonte: IPEA³¹. Dados organizados pela autora.

³⁰ Dados disponíveis em: < <https://mapbiomas.org/> > Acesso em: 08 fev 2023

³¹ Disponível em: < <http://www.ipeadata.gov.br/> >. Acesso em: 9 fev.2023.

Contraditoriamente, como apontado por Arlindo (2021), ações dos movimentos sociais no contexto de implementação do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), colocaram a Região Imediata de Andradina em notoriedade, principalmente entre os anos de 2003 a 2013, nos quais foram criados 32 projetos de assentamentos rurais dos 37 existentes, atualmente em sua região composta por 11 municípios. Em Andradina são cinco projetos de assentamentos rurais.

Apesar da quantidade de assentamentos e a história de luta dos assentados da região de Andradina, há semelhanças nos assentamentos da região, pois, sendo cercadas pela cana-de-açúcar e pela pecuária, as famílias assentadas encontram-se vulneráveis para manter e/ou intensificar sua produção, todavia é preciso destacar os que resistiram e resistem a esse processo, os que lutaram e lutam para ficar na terra, ou seja, os que compreendem, em meio às adversidades e pressões, a existência de coletividade e solidariedade que culminam no reconhecimento de sua identidade camponesa, seu modo de vida e resistência.

Dada essa compreensão, partimos para outro ponto de congruência à reforma agrária e à constituição dos Projetos de Assentamento, sob a ótica da luta e organização de movimentos através de seus principais sujeitos. A reforma agrária, muitas vezes vista no imaginário social como ação do governo através de leis, decretos e programas, traz uma visão distorcida de quem, verdadeiramente, são os sujeitos que mobilizam as ações para sua efetivação. Sendo assim, iniciamos o próximo capítulo com a caracterização desses múltiplos sujeitos sociais que criam e recriam condições para a sua existência.

4 A RESISTÊNCIA CAMPONESA DIANTE DO AVANÇO DO CAPITALISMO NO CAMPO

4.1 O CAMPESINATO E A EXPANSÃO DO CAPITALISMO

Observamos que a concentração de terras é inerente à compreensão do avanço do capitalismo no campo que, por sua vez, nos traz a necessidade de questionamento sobre a permanência ou o desaparecimento da classe camponesa em decorrência do capital.

Entretanto, a compreensão do avanço do capitalismo no campo e a permanência ou desaparecimento dos camponeses não é absoluta e unilateral. Então, para pensarmos a questão agrária e o avanço de capitalismo no campo, bem como as contradições que este apresenta e a possibilidade de resistência do campesinato, faz-se necessária a apresentação de pontos teóricos clássicos e que norteiam reflexões presentes nos estudos do avanço capitalista no campo há gerações.

Entre os séculos XIX e XX, considerando os posicionamentos de Lênin e Kautsky, observa-se a afirmação da tendência de dissolução dos modos de vida e trabalho do campesinato, ou seja, há negação da possibilidade de resistência do campesinato diante da superioridade técnica e de produção da grande produção/propriedade agrícola. Tal movimento, culminaria, então, na extinção do campesinato e sua desintegração em duas classes capitalistas no campo: proletária e a capitalista.

Essa abordagem clássica, a qual a compreensão geral é a destruição dos camponeses e a modernização dos latifúndios, em tese, apresenta-se com o progresso do processo de generalização do capitalismo no campo, tornando-se inevitável a homogeneização das relações de produção capitalistas, podendo acontecer por dois caminhos: a diferenciação interna e o processo de modernização.

No processo de diferenciação interna, isto é, o campo dividido em duas classes: o assalariado (camponeses pobres) e pequenos capitalistas rurais (os camponeses ricos), como apresentado por Oliveira (2007, p. 9):

Ou seja, o camponês, ao produzir cada vez mais para o mercado, tornar-se-ia vítima ou fruto desse processo, pois ficaria sujeito às crises decorrentes das elevadas taxas de juros (para poder ter acesso à mecanização, por exemplo) e aos baixos preços que os produtos agrícolas alcançam no momento das colheitas fartas. Assim, muitas vezes a grande produção pode ser sinônimo de

falência, em função da queda dos preços no mercado. No ponto de chegada desse processo de integração do camponês ao mercado capitalista ter-se-ia a configuração de duas classes sociais distintas: os camponeses ricos, que seriam os pequenos capitalistas rurais, e os camponeses pobres, que se tornariam trabalhadores assalariados, proletarizar-se-iam, portanto. (OLIVEIRA 2007, p. 9)

O outro caminho é pelo processo de modernização do latifúndio em decorrência da chegada de máquinas e insumos agrícolas, transformando os latifúndios em empresas rurais capitalistas culminando na implantação plena do modo de produção capitalista, visto que os latifundiários se tornariam capitalistas do campo, ou seja, o interesse dos pequenos capitalistas (camponeses ricos) estaria unificado com os dos latifundiários, restando, assim, aos camponeses pobres o assalariamento. Tal processo, como apresentado por Oliveira (2007), é também denominado de modernização conservadora, porque não há nenhuma significativa mudança na estrutura social existente, assim:

Para o conjunto de autores que seguem essa corrente de interpretação das transformações no campo, a persistência de relações não-capitalistas de produção é entendida como resíduos em vias de extinção. Ou seja, formas que o capitalismo adquiriu para adequar-se às realidades locais, ou seja, o campesinato e os latifundiários estão, inevitavelmente, condenados à extinção no plano econômico. Portanto, esta (extinção) faz parte do avanço qualitativo do desenvolvimento das forças produtivas, não cabendo, pois, entendê-los como classes sociais de dentro do capitalismo, e sim como classes sociais de fora desse modo de produzir. (OLIVEIRA 2007, p. 9)

Observa-se, portanto, que essa abordagem possui compreensão do desenvolvimento do capitalismo no campo centrando-se na divisão social do trabalho e a apropriação privada da terra como valor, ou seja, uma compreensão macro e homogênea dos aspectos econômicos, sociais e políticos.

A segunda abordagem aqui apresentada, que procura entender o desenvolvimento da agricultura com o avanço do capitalismo, parte-se da compreensão de que a relação dos camponeses com os latifundiários é resultante da permanência de relações feudais de produção (OLIVEIRA, 2007).

Tal abordagem explica o processo de expansão do capitalismo no campo por dois movimentos duais: “um setor urbano industrial capitalista nas cidades e um setor feudal, semifeudal, pré-capitalista, atrasado no campo” (OLIVEIRA, 2007, p. 10). Assim, a “penetração das relações capitalistas” no campo:

Ocorre a partir do rompimento das estruturas que garantem a coerção extra-econômica, ou seja, particularmente a partir do rompimento com as estruturas políticas tradicionais de dominação. Acreditam mesmo que a economia colonial (expressão da política mercantilista dos países europeus) é caracterizada por instituições políticas e jurídicas feudais, que são os instrumentos necessários à dominação econômica das metrópoles. (OLIVEIRA, 2007, p. 10).

De acordo com essa compreensão, a consequência, então, dessa penetração do capital no campo é a separação dos meios de produção do camponês, restando-lhe ficar “sem esses meios de produção e conseqüentemente se proletarizaria, o que abriria caminho para a implantação da forma especificamente capitalista no campo” (OLIVEIRA, 2007, p. 10), ou seja, o assalariamento. Entretanto, a compreensão social do homem e seu movimento histórico é dialética e permite contradições em sua análise.

Chayanov (1981), por outro lado, desenvolvia sua teorização do campesinato à luz de uma lógica não capitalista de reprodução social que possibilitava o modo de vida camponês e a produção familiar, vislumbrando a possibilidade de resistência e de cooperação.

Como possível alternativa, Chayanov (1981) aponta a mediação do cooperativismo ao assalariamento do campesinato com a expansão do capital no campo e as coletividades nas unidades produtivas agrícolas, destacando os benefícios que as cooperativas desempenham às unidades produtivas camponesas, visto que estas exerceriam maior controle nas etapas de produção, processamento e comercialização de seus produtos.

Chayanov (1981), em sua teoria, apresenta a possibilidade do trabalho da família como motriz do funcionamento das unidades produtivas. Ou seja, enquanto a produção fosse resultante desse trabalho familiar, haveria equilíbrio entre trabalho, produção e consumo. Essa terceira abordagem apresenta, então, as contradições do desenvolvimento do capitalismo no campo, uma vez que busca compreender não só a permanência do camponês no campo, mas o aumento do campesinato na agricultura.

Para o seguimento de nosso trabalho, partiremos da compreensão de que o próprio capitalismo cria e recria relações não capitalistas para a sua reprodução. É a partir dessa compreensão que partiremos no destaque da luta pela terra e da permanência do camponês na terra. Trazemos, então, que a particularidade do desenvolvimento do capitalismo no território constituído por um processo desigual e contraditório em que as relações capitalistas produzem formas não-capitalistas para a produção e reprodução do capital. (OLIVEIRA, 2001)

Observa-se o movimento de redefinição da renda da terra presente na agricultura na estrutura pré-capitalista, visto que, com a imersão do capital no campo, este se apropria da terra

e a transforma em renda e “é neste contexto que se deve entender a produção camponesa: a renda camponesa é apropriada pelo capital monopolista, convertendo-se em capital (OLIVEIRA, 2007, p. 40).

Há um processo do desenvolvimento da própria produção camponesa pelo capital, primeiramente pela pressão dos preços de arrendamento e depois com o aumento do trabalho camponês. Tal processo busca reduzir o preço dos produtos agrícolas e aumentar a produção de alimentos “sem com isso ter que remunerar esse produtor com um lucro médio, nos moldes capitalistas”. (OLIVEIRA, 2007, p. 40)

Têm-se as barreiras históricas de exclusão e desigualdade que soam como ameaça para a permanência e reprodução do modo de vida camponês. Barreiras estruturais da concentração de terra, da violência e da desigualdade da distribuição dos incentivos, implicando diretamente na condição de vida das famílias mais pobres.

O camponês é produto do capitalismo, mas não é um assalariado. A subordinação é, então, contraditória: o capital transforma a terra do camponês em mercadoria, entretanto a terra não é do capitalista, ocorrendo, então, a sujeição da renda da terra.

Essas contradições geradas pelo capitalismo são o caminho para a compreensão da permanência dos camponeses com a expansão do capital no campo, visto que as relações não capitalistas são produtos do desenvolvimento do próprio capital, ou seja, “a expansão do modo capitalista de produção, além de redefinir antigas relações, subordinando-as à sua produção, engendra relações não capitalistas igual e contraditoriamente necessárias à sua reprodução” (OLIVEIRA, 2007, p. 40).

Apontamos que o campesinato dentro do capitalismo é, ao mesmo tempo, distinto no que se refere à subordinação do camponês às exigências do capitalismo, ou seja, um modo contraditório e desigual, que se constitui com a permanência e resistência de uma classe social, marcada por lutas e conquistas e caracterizado também de forma heterogênea e complexa, como será abordado nos próximos tópicos.

4.2 A REFORMA AGRÁRIA E A LUTA PELA TERRA

O processo de modernização do campo brasileiro e a chegada de maquinários, fertilizantes, agrotóxicos e irrigação, pode ser caracterizado como desigual e excludente, uma vez que trouxe modificação em todo o cenário de vida dos camponeses, como o desemprego, a expropriação da terra marcada pela violência e a migração para a cidade.

Além disso, houve mudanças em todo o cenário ambiental, visto que o processo de modernização intensificou o uso de substâncias tóxicas, poluição e degradação da natureza.

A desigualdade é constituinte e estrutural na sociedade capitalista e irá aparecer nos mais diferentes tópicos de análise relativos à questão agrária no Brasil. Por isso, toda história do campo é uma história de resistência.

As informações do capítulo anterior nos trazem importantes questionamentos sobre o “milagre brasileiro” com a modernização do campo, no qual as terras das grandes propriedades continuam nas mãos de poucos e o trabalho no campo e a produção de alimentos para a segurança alimentar nas mãos dos camponeses.

Entretanto, como característica desigual e contraditória desse processo, são estes mesmos trabalhadores que mais sofreram as consequências das mudanças de produção no campo, visto que a modernidade não chegou sem destruição e violência dos interessados em manter seu patrimônio nas terras brasileiras, então:

Dessa forma, parece que duas faces de um mesmo processo revelam que, em uma face, está a realidade violenta e assassina das lutas no campo. Nela os latifundiários e seus jagunços continuam a assassinar os camponeses à bala. Na outra face, está uma parte dos intelectuais a ‘assassinar’ em seus estudos os camponeses que lutam, morrem, mas continuam a lutar pelo direito de possuir no futuro, um pedaço de chão deste país continente apropriado privadamente por tão poucos. (OLIVEIRA, 2003 p. 116).

A violência é enraizada no Brasil e as leis construídas nunca passaram de meros joguetes de retenção de manifestações e controle, pois permanecem facilmente desrespeitadas e burladas pela elite, nas quais as respostas governamentais eram expressas apenas para reter o avanço de ameaças das pressões sociais. (FERNANDES, 2001; OLIVEIRA, 2001)

Para esse trabalho, realizamos um recorte temporal das décadas 1960 como forma de melhor compreender o processo de expansão do capital na região de Andradina com a frente pioneira que será abordado no próximo capítulo e o movimento de luta pela terra, que, apesar do recorte, compreendemos capilarizado em todo território nacional.

Nos anos de 1960, houve um significativo fortalecimento das ligas camponesas no Nordeste que ganharam visibilidade em todo país, pressionando o governo, o que culminou na criação da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e no governo de João Goulart iniciou-se um processo de reforma agrária, junto à criação da Superintendência da Política Agrária (SUPRA).

O movimento dos trabalhadores camponeses resultante nas “Ligas Camponesas” e o apoio do Partido Comunista, como sinalizado por Oliveira (2007), trouxe uma mudança política profunda para os latifundiários, visto que:

Parte desses conflitos derivavam das tentativas de organização dos camponeses e trabalhadores assalariados rurais buscada pelo então, Partido Comunista do Brasil, fruto de sua curtíssima legalidade pós Constituição de 1946. Assim, o final da década de 40, os anos 50 e o início da década de 60 foram marcados por este processo de organização, reivindicação e luta no campo brasileiro. No Nordeste esse processo ficou conhecido com a criação das “Ligas Camponesas”, cuja luta pela terra e contra a exploração do trabalho marcou significativamente sua ação. (OLIVEIRA, 2007, p. 104).

A amplitude e o contexto político que implicam a discussão das Ligas Camponesas são relevantes, visto que os posicionamentos eram de questionamento da expansão do capitalismo no país entre as diferentes orientações ideológicas de esquerda. Assim, havia divergências e contradições internas. Entretanto, o poder e a repressão violenta dos latifundiários eram únicos e destrutíveis.

As ligas eram compostas por uma massa de gente rural, urbana, mulheres, pescadores, trabalhadores, desempregados e todos aqueles que concordavam com a necessidade da reforma agrária e seus ideais. Entretanto, em poucos anos, ocorreu o Golpe Militar, o movimento foi desarticulado e seu principal líder preso e exilado.

Observamos que a característica política do pós-guerra, com o monopólio do capital, era de reprimir qualquer forma de movimento social sob a justificativa de evitar a revolução comunista no país.

No Brasil, pouco antes do golpe militar, no governo de João Goulart, foi criado o Estatuto do Trabalhador Rural (1963), que passava a permitir a implantação do sindicalismo rural:

Com esta Lei, muitas Ligas transformam-se em Sindicatos de Trabalhadores Rurais. E, como a lei só permitia uma organização nacional, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG foi criada em seguida. [...] Mas, a proposta da emenda constitucional apresentada pelo governo João Goulart ao Congresso Nacional, acabou derrotada, em 7 de outubro de 1963, por 121 votos contra 17. (OLIVEIRA, 2007, p. 118).

E então, logo em seguida ocorreu o golpe e:

Em 1 de abril de 1964, João Goulart foi deposto e o Brasil entrou em um período negro e de chumbo de sua história, que durou 21 anos de ditadura

militar. Ditadura militar que antes de tudo, ficou contra a reforma agrária. (OLIVEIRA, 2007, p. 120).

Com o Golpe Militar de 64, “o projeto de reforma agrária de Goulart foi liquidado e procedeu-se a uma verdadeira caçada às lideranças sindicais que militavam nas Ligas Camponesas” (OLIVEIRA, 2007, p. 120). Então, como as tensões no campo aumentavam e o governo precisava dar uma resposta, foi criado, em meio à conservadora bancada latifundiária do Congresso Nacional, o Estatuto da Terra em 1964. A assinatura do Estatuto da Terra, por Marechal Castelo Branco, deu-se com o objetivo de controlar a pressão social³².

Como apresentado por Martins (1984), os interesses dos sujeitos sociais representados no Estatuto da Terra são dicotômicos e antagônicos: terra de negócio e terra de trabalho, servindo, então, para legitimar os privilégios dos interesses de reprodução do capital das grandes empresas, revelando, então, sua principal função de instrumento de controle das tensões sociais gerado pelo processo de concentração de terras e expropriação.

O Estatuto da Terra legalizou a expansão do capitalismo no campo pelo nome de “modernização”, ou seja, atendendo os interesses do capital industrial e financeiro cada vez mais internacionalizado. Então, não ocorreu reforma agrária, mas possibilitou a nova configuração do campo: a concentração de terras e a “modernização” dos latifúndios.

Assim, seguiu-se a história do Brasil sendo marcada pela predominância dos interesses privados do capital e pela corrupção, como foi, durante a ditadura militar, a existência de “dois órgãos promotores da contrarreforma agrária dos militares, IBRA e INDA, de 1964 a 1970, esteve marcado por um processo intenso de corrupção, grilagens e venda de terras para estrangeiros”. (OLIVEIRA, 2007, p. 122).

Em 1970, com pressão da Organização das Nações Unidas (ONU), houve a fusão do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), originando-se o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Posteriormente, nos anos de 1970 e 1971, ocorreram as criações do Programa de Integração Nacional (PIN) e do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à

³² A proposta levaria, de fato, ao apaziguamento dos conflitos no campo, acomodando a massa camponesa na terra? “Ledo engano, pois foi o próprio Ministro do Planejamento do então governo militar, Roberto Campos, quem garantiria aos congressistas latifundiários que a lei era para ser aprovada, mas não para ser colocada em prática. A história dos 20 anos de governos militares mostrou que tudo não passou de ‘uma farsa histórica’, pois, apenas na década de 1980, foi que o governo elaborou o Plano Nacional da Reforma Agrária — instrumento definidor da política de implementação da reforma agrária”. (OLIVEIRA, 2007, p. 121).

Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA), neste a possibilidade de desapropriação de terra pode ser feita por uma justa indenização ao latifundiário, então:

Como se pode observar, o PIN, o INCRA e o PROTERRA formavam um esquema articulado nos bastidores do governo militar. Ou seja, criava o governo do General Médici um programa que simplesmente contrariava o Estatuto da Terra, que previa a desapropriação através de pagamento com ‘Títulos da Dívida Agrária’. (OLIVEIRA, 2007, p. 124).

Em 1975, o governo incentivou o Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL), conhecido na década de 1970 como o “milagre brasileiro”. Por conseguinte, com a chegada do programa e os incentivos governamentais, observou-se, a partir desse período, a expansão de cultivo da cana-de-açúcar, ampliando a desigualdade do campo.

Consideramos importante citar e ressaltar esse processo incentivado e financiado pelo governo militar, pois, em sua proposta de expansão, são essas características salientadas em Andradina, com a especulação da terra e grilagens, ou seja, a institucionalização e a legalização do avanço do capitalismo e o que culminou na chegada dos camponeses impactados pela “modernização” das usinas de cana-de-açúcar do estado de São Paulo, como será abordado no próximo capítulo.

Com a Nova República, sob o governo de José Sarney, em 1985, a pauta da Reforma Agrária foi anunciada durante o IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizado em Brasília pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Nesse Congresso foram estabelecidas pautas para a elaboração do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), aprovado em 1985, entretanto, como sinalizado por Oliveira (2007), o 1º PNRA trazia retrocessos em relação ao Estatuto da Terra.

Com fim da ditadura militar, houve novamente o crescimento e o fortalecimento dos movimentos sociais e diretamente proporcional as repressões violentas e os incontáveis manejos políticos dos latifundiários para a permanência dos seus interesses, no mesmo ano, de 1985, foi criada a União Democrática Ruralista (UDR), cujo objetivo era a inviabilização da implantação do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária e contra o avanço do movimento dos camponeses sem-terra.

A ampliação das ações da UDR ocorreu durante a Constituinte de 1988. Os ruralistas conseguiram barrar no plenário do Congresso Nacional a proposta de uma Reforma Agrária ampla, geral e irrestrita, e inscreveu na nova Carta constitucional uma legislação mais retrógrada que o próprio Estatuto da Terra dos militares de 1964. [...] Na década de 90, com o declínio de sua atuação, acabou extinta, pois, em consequência do pacto político das elites que

detinham o poder, seus quadros passaram a ocupar postos nos ministérios e órgãos da administração federal e estaduais, fazendo valer na prática seu poder e ação contra a reforma agrária. (OLIVEIRA, 2007, p. 127).

Também, a bancada ruralista³³, com o apoio da UDR, venceu a batalha e a Constituição de 1988 “passou a conter uma legislação mais reacionária do que o próprio Estatuto da Terra” (OLIVEIRA, 2007, p. 127), consolidando a estrutura e o poder dos latifundiários no país.

Mesmo a partir dos anos 1990, após as eleições diretas, a reforma agrária não aconteceu e os cargos de lideranças governamentais eram chefiados por latifundiários, que defendiam, obviamente, seus próprios interesses. Têm-se, então, nesse recorte histórico, a presença e representação de diversos governos e seus respectivos governantes os quais nunca atingiram, efetivamente, suas metas propostas.

Como explanado anteriormente, com o avanço do capitalismo no campo, houve as investidas desproporcionais em relação aos camponeses através da violência.

A última publicação da Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2021), no período de 2011 a 2021, ocorreu aumento de 54,13% dos conflitos rurais, sendo acentuados no período de 2016 a 2021. Dados marcados pela leitura da conjuntura política do período, visto que, após o golpe de 2016, houve um período de “aprofundamento de uma política antirreforma agrária, expropriatória e violenta nas áreas rurais do país” (CPT, 2022, p. 24).

Realizando um comparativo nos períodos antes de 2016 e pós 2016, houve ascensão nos conflitos e violências contra as populações rurais, ou seja, os conflitos de terra cresceram 46%, o número de assassinatos, 34%, e os conflitos por água triplicaram.

Tal violência acelerou-se a partir de 2019, contribuída em decorrência do desmonte dos órgãos de fiscalização, seja “do trabalho, do desmatamento, da mineração ilegal, do meio ambiente, das atividades predatórias da natureza” (CPT, 2022, p. 27).

Observa-se, também, os conflitos intensificados, pois “Os dois primeiros anos de governo de Jair Bolsonaro foram os mais violentos da série histórica produzida pela CPT” (CPT, 2022, p. 26).

³³ A Bancada Ruralista é o grupo de parlamentares que compõe a política como forma de organizar e manter os interesses de proprietários rurais, em específico, do agronegócio. Como apresentado por Mitidiero Junior (2022, p.103), referindo-se à participação dos parlamentares na derrubada da presidenta Dilma Rousseff: “A chamada Bancada Ruralista, como já aponte, foi a base parlamentar do golpe e de sua continuidade, ao ponto de que a expressão “agrogolpe” talvez seja o mais preciso e elucidativo termo para caracterizar essa conjuntura nefasta da política brasileira”.

De acordo com os dados da CPT, “A maior parte de violências por terra registrada em 2021 concentrou-se nas regiões Norte – com 488 conflitos – e Nordeste – com 376, seguidas por Sudeste, Centro-Oeste e Sul” (CPT, 2022, p. 27).

Em 2021, ocorreram 304 conflitos pela água, os assassinatos somaram 35, dado que caracteriza um aumento de 75% em relação ao ano anterior, sendo que mais de dois terços do total de vítimas têm origem em populações tradicionais. Em relação aos agentes dos atos de violências, fazendeiros e empresários somam 42% dos mandantes identificados (CPT, 2022).

Em relação aos projetos de assentamentos realizados no Brasil, houve desaceleração após 2007/2008, intensificando-se em 2015 e praticamente sem novos projetos de assentamentos nos últimos anos. Como apontado no relatório do Dataluta (2020), em 2019 ocorreu a formação de apenas dois assentamentos. Então, estamos diante da face desse capital que explora, devasta e dizima aqueles que não se entregam às suas artimanhas.

Os dados desnudam a disputa de poder desigual e perversa da questão agrária brasileira. É por isso que se precisa entender a reforma agrária dada toda sua complexidade da história dos poderes presentes no Brasil e não numa questão pontual ou reducionista como um problema social, visto que “luta pela terra no Brasil não é um fenômeno exclusivo da fronteira e nem mesmo ela está fechada como escreveram alguns intelectuais. A luta pela terra é um fenômeno presente em todo o campo brasileiro, de norte a sul, leste a oeste”. (OLIVEIRA, 2003, p. 118).

São as pessoas, são suas histórias de vida, forjadas no trabalho, na resistência e na compreensão de um modo de produzir alimentos e de reduzir desigualdade que se funda a realidade, são as pessoas que dedicaram anos de sua vida em acampamentos, ocupações, mobilizações em busca de seus ideais.

Dessa forma, seguimos na compreensão deste trabalho que a reforma agrária nos moldes legais e institucionais, realizada historicamente apenas para minimizar os focos de tensão política e dos movimentos sociais, não representa a amplitude que é a luta pela terra. Uma vez que a luta pela terra é a luta contra o capital, “Não adianta reforma agrária distributiva, pois a renda encontra-se subjugada pelo capital, impedindo o trabalhador familiar camponês de libertar-se do círculo de miserabilidade que isso lhe impõe. (ALMEIDA, 2003, p. 99)

Atualmente, o “milagre brasileiro” deveria ser a diminuição das desigualdades, a possibilidade de soberania alimentar para a população, garantir que toda a produção aqui realizada fosse para a mesa dos brasileiros, uma alimentação digna e possibilidade de geração de empregos no campo.

Observamos a permanência e a luta por ela na terra, mesmo diante da perversidade do capitalismo para os camponeses. Assim, entendemos que a reforma agrária é a possibilidade de

movimento que busca a construção de uma nova sociedade, visto que, “nos assentamentos, procura-se implantar a produção coletiva e/ou comunitária, ou mesmo individual”. (OLIVEIRA, 2001, p. 205).

Tem-se um momento de diversas estratégias dos latifundiários e capitalistas para conter os movimentos, os quais destacamos o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) como o maior em sua representatividade. Assim, o fortalecimento do campesinato é uma luta contra a expansão do capitalismo, mas fazemos a ressalva para não cair numa ingenuidade de reforçar uma reforma agrária de mercado³⁴, principalmente depois de citar todo o processo de disputa, violência e desigualdade do campo. Então, neste trabalho, o termo “luta pela terra” é utilizado para caracterizar a ação dos sujeitos, para priorizar a ação/atividade humana expressa, cotidianamente, na conquista e permanência na terra, posto que “Embora alguns pesquisadores denominem essa política de assentamentos rurais como política de reforma agrária, a existência da imensa maioria dos assentamentos é resultado da luta pela terra”. (FERNANDES, 2001 p. 20-21)

4.3 O CAMPEGINATO E A TERRA DE TRABALHO

O avanço do capitalismo no campo trouxe a tentativa de apagamento do campesinato, então, faz-se importante a distinção em que compreendemos o camponês como conceito e agricultura familiar como uma tipificação neoliberal desse sujeito social.

Para essa tipificação, criou-se uma série de enquadramentos legais e padronizados marcados, essencialmente, pela lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006, na qual é considerado agricultor familiar aquele que pratica atividades no meio rural que atenda simultaneamente:

[...] aos seguintes requisitos: I – não tenha, a qualquer título, área maior que 4 (quatro) módulos fiscais; II – utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III – tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2006).

³⁴ Reforma Agrária de mercado é caracterizada pelas ações do governo, com a intensificação do neoliberalismo, na década de 1990, em decorrência da pressão dos movimentos sociais e intensificação dos conflitos no campo e da pressão internacional, principalmente do Banco Mundial diante da repercussão dos fatos. Assim, o governo retomou o tema da Reforma Agrária, criando um conjunto de ações que visavam à redução dos conflitos e implementando a Reforma Agrária de mercado, visto que tal reforma agrária não altera a concentração geral da estrutura fundiária brasileira (MOTTA, 2013).

Transformar um sujeito social numa lei, além de transpor para interesses de critérios capitalistas, tentando rotulá-los em diretrizes e quantidades, nega-se a multiplicidade formada por esse grupo, visto que:

[...] o campesinato brasileiro não é homogêneo, abarcando uma miríade de tipificações sociais – do camponês caipira do estado de São Paulo ao camponês sertanejo do Nordeste do Brasil; das famílias assentadas em projetos de reforma agrária a famílias remanescentes de quilombos, ribeirinhos, pantaneiros, faxinalenses, comunidades de fundo de pasto; do camponês pobre ao camponês rico, compõem esse universo. (MITIDIERO JUNIOR, 2022, p. 225).

Com o avanço do capitalismo no campo, buscou-se a tentativa de apagamento desse sujeito social, ou seja, a tentativa de classificá-los como um sujeito tipicamente capitalista, sob o discurso da reversão do “atraso” na prática camponesa. Tal tentativa de apagamento fica explícita com o fortalecimento dos movimentos sociais de luta pela terra, os quais se apresentaram como os maiores questionadores do avanço do capitalismo no campo. Então, compreendemos:

[...] A crítica ao campesinato é também a crítica ao sujeito político histórico, ao seu potencial de rebeldia revolucionária e subversão. Destruir essa memória seguramente estava nos objetivos de parte daqueles que labutaram pela substituição (ou ‘metamorfose’) do conceito de camponês pelo de agricultor familiar, justamente em um período (décadas de 1990 e 2000) no qual os movimentos sociais de luta pela terra constituíam-se como a principal oposição ao neoliberalismo, não só por seus discursos e ações políticas, mas por suas possibilidades transformadoras. (MITIDIERO JUNIOR, 2022, p. 167).

Quando se faz a opção pelo uso de agricultor familiar ou trabalhador familiar, estamos sujeitos a cair nas próprias artimanhas do capital com o uso de termos generalizantes e simplistas que visam a uma redução e fragmentação da classe, como escreveu Mitidiero Júnior (2022), ao sinalizar as mudanças do censo de 2017 e os impactos que os dados trouxeram para a visibilidade da produção de alimentos pelo camponês no Brasil.

Referimos duas críticas, a primeira que, ao utilizar o reducionismo e a caracterização econômica para se referir ao camponês, o objetivo traçado pelo capital é que se obscureça a compreensão da terra como conteúdo moral, ético, a terra de trabalho “e passa-se a trabalhar a partir de uma concepção mercantil da terra (ALMEIDA, 2003, p. 85) e, segundo, consequentemente, o reducionismo e a fragmentação desse sujeito social.

Precisamos, então, compreender dois movimentos distintos na compreensão da terra como forma de descaracterizar uma compreensão mercantil ao compreendermos o modo de vida camponês e suas particularidades, a terra de trabalho e a terra de negócio.

Para Martins (1991), quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em terra de negócio, ou seja, em terra de exploração do trabalho. Entretanto, quando o trabalhador se apossa da terra, esta se transforma em terra de trabalho, caracterizando regimes diferentes de propriedade, mas em constantes conflitos entre si.

O campesinato e o latifúndio devem ser entendidos dentro do capitalismo e o campesinato deve “pois, ser entendido como classe social que ele é. Deve ser estudado como um trabalhador criado pela expansão capitalista, um trabalhador que quer entrar na terra. (OLIVEIRA, 2007, p. 11), visto que os camponeses vêm, historicamente, lutando pela terra duplamente; por um lado contra a expropriação e por outro pela sobrevivência ante as investidas violentas dos latifundiários. Como apresentado por Oliveira (2001), esses sujeitos sociais “São também, memórias da capacidade de resistência e de construção social desses expropriados na busca por uma parcela do território e memórias da capacidade destruidora do capital, dos capitalistas e de seus governos repressores”. (OLIVEIRA, 2001, p. 190)

Ocorre um processo diferente de sujeição do campesinato ao capital, apresentando características e especificidades diferentes da indústria urbana, pois a separação dos instrumentos de produção não é pura como nas outras três classes do capitalismo (assalariados, capitalistas e proprietários de terra). Uma vez que “[...] parte do que o camponês produz fica para o consumo interno e, quando consegue, em conjunturas favoráveis, produzir para o mercado, o capitalista intermediário fica com a renda. (ALMEIDA, 2003, p. 95).

O camponês apresenta na contradição a possibilidade de sua existência, pois são ao mesmo tempo proprietários de terra e trabalhadores. Entretanto, a reprodução camponesa não acontece através de uma negação ou eliminação da lógica capitalista em seu cotidiano, mas através de uma relação não capitalista fundada pelas contradições do capital. Mas, sem cair no determinismo de reduzir “essa recriação camponesa a uma pura e simples determinação do capital, ou seja, os camponeses interferem, resistem, criam estratégias para escapar das necessidades do capital que têm na sujeição da renda da terra o seu filão de produção de capital” (ALMEIDA, 2003, p.21), aliás a permanência do camponês se faz, contraditoriamente, numa relação não-capitalista na medida em que o capitalismo permite sua expansão através da sujeição da renda da terra, quer dizer que é esse mesmo capital que permite a expansão e reprodução dos camponeses:

[...] cobra seu tributo subordinando a renda da terra, retirando do camponês aquilo que a propriedade privada tornou inerente a terra, isto é, a renda capitalizada. Por sua vez, sua (re)criação não pode ser entendida pela unilateralidade do capital, isto é, como determinação e funcionalidade da reprodução ampliada do capital. Na verdade, é na luta cotidiana pela terra e na terra que o camponês tem garantido sua permanência no mundo capitalista. (ALMEIDA, 2003, p.23).

O camponês é produto do capitalismo, mas não é um assalariado comum. A subordinação é, então, contraditória: o capital transforma a terra do camponês em mercadoria, entretanto a terra não é do capitalista. Observamos que, mesmo com a existência e a persistência do avanço do capitalismo no campo, há a recriação do campesinato, e isso se dá pelo modo de vida desses sujeitos sociais, implicando relações não capitalistas.

Como apresentamos anteriormente, o campesinato não se constitui enquanto uma classe pura, visto que são, ao mesmo tempo, proprietários de terra e trabalhadores. Entretanto, mesmo que expresse numa relação não-capitalista, a sua reprodução se dá em decorrência da própria contradição do capital, ressaltando que não é a articulação dos modos de produção, mas a reprodução contraditória e desigual do capitalismo.

Oliveira (2007) apresenta a compreensão dessa abordagem de que há elementos próprios na estrutura de produção camponesa: a força de trabalho familiar; a ajuda mútua entre os camponeses; a parceria; o trabalho acessório; a jornada de trabalho assalariada; a socialização do camponês; a propriedade da terra; a propriedade dos meios de produção e a jornada de trabalho. O referido autor ainda acrescenta que, quanto ao processo de permanência e reprodução da produção do camponês,

Em geral [...] é simples, o que significa dizer que o camponês repõe, a cada ciclo da atividade produtiva, os meios de produção e a torça de trabalho para a repetição pura e simples dessa atividade produtiva. E esse processo de reposição pode se dar por meio da produção direta ou por meio da troca monetária. [...] É nesses dois processos de produção, e em suas variações interiores, que se encontra a chamada diferenciação interna do campesinato. Esse processo explica as diferentes situações vividas pelos camponeses, particularmente quando combinadas por muitas diferenças entre as articulações com os nove elementos estruturais da unidade camponesa. (OLIVEIRA, 2007, p. 42).

Percebe-se, portanto, que a diferenciação interna do campesinato, através da produção direta ou pela troca monetária, explica a heterogeneidade e complexidade da compreensão do campesinato com a expansão do capitalismo, não podendo ser analisado de forma única e absoluta em sua compreensão.

Oliveira (2007) acrescenta, ainda, três outros componentes fundamentais no processo de reprodução da produção camponesa referentes às ações/relações com a terra-mercadoria. O primeiro diz respeito aos proprietários de terra que, ao lotearem e venderem suas terras, acabam por criar condições para o aumento de camponeses proprietários. O segundo componente é o Estado que se torna agente de projetos de reforma agrária ou regulador de preços de produtos agrícolas. Por fim, o autor cita a formação das cooperativas no campo; estas culminam “como instrumento de defesa dos agricultores contra o comerciante, que, de certo modo atuando como comprador e usuário, explorava os camponeses, levando-os à proletarização”. (OLIVEIRA, 2007, p. 42)

Na busca de compreensão do modo de vida, da identidade desses múltiplos sujeitos sociais, através da compreensão de seu processo de produção, reproduções sociais e culturais, da economia e de ação política que é possível emergir o que Woortmann (1990) chamou de campesinidade, ou seja, a qualidade comum a diferentes grupos, presentes em distintos lugares e tempos, ressaltando a inexistência de camponeses puros, mas de uma campesinidade em graus distintos e de diferentes.

Para Woortmann (1990), o campesinato possui uma ordem moral que se opõe à regida por uma ordem capitalista, ou seja, centrada no indivíduo e no mercado. Então, essa ordem moral camponesa tem articulação com a terra, família e trabalho, expressando a relação existente entre homens e destes com a natureza.

Importante acrescentar que para Woortmann (1990), apesar dessa ordem moral ser uma ordem contrastante com a ordem da modernidade, visto que é expressa numa ética tradicional fundada na reciprocidade, na honra e na hierarquia, a campesinidade não é uma prisão cultural, pois há uma movimentação nos dois mundos, pois não concebe os camponeses fora do sistema capitalista.

Concretizando nossa compreensão de que a ideologia do “caipira”, “atrasado” é puramente para atender os interesses hegemônicos, compreendemos que campesinidade é a possibilidade de movimentação à formação do novo sem deixar apagadas as marcas da história.

O autor considera a existência desse contínuo, ou seja, a tradição responsável pela continuidade do campesinato, visto que a “tradição, então, não é o passado que sobrevive no presente, mas o passado que, no presente, constrói as possibilidades do futuro” (WOORTMANN, 1990, p. 17). Assim compreendemos as unidades de assentamentos rurais como a possibilidade de materialização da luta pela terra e da continuidade da campesinidade.

4.4 OS ASSENTAMENTOS RURAIS

Esse tópico tentará trazer a compreensão da materialização do assentamento como uma identidade de classe e sua heterogeneidade e singularidades com a inquietação da pergunta, parafraseando Ciampa (2001): luto por que sou assentado ou sou assentado por que luto?

Como apresentado por Marques (2004), o Programa de Reforma Agrária é composto por um conjunto de ações baseadas na obtenção de recursos financeiros, materiais e humanos, ou seja, é necessário um processo até a execução dos Projetos de Assentamentos.

Os assentamentos são divididos em dois grandes grupos, o primeiro que são os projetos agropecuários, estes têm sua origem da desapropriação de terra. É este tipo que caracteriza o PA Arizona, objeto deste trabalho, como será posteriormente descrito. Outro grupo são os agroflorestais-extrativistas, obtidos por políticas de incorporação de terras, predominantemente implantados na Amazônia Legal, assim “A obtenção da terra para a reforma agrária pode se dar por meio de doação, compra e venda, arrecadação de bens vagos, herança ou legado e desapropriação por interesse social. Esta última forma de obtenção tem sido a mais utilizada. (MARQUES, 2004, p. 260)

O acesso à terra pelas famílias através da política de reforma agrária, nas áreas obtidas por desapropriação, ocorre em três principais etapas, a ocupação da terra, a obtenção da terra e, por fim, a criação do projeto de assentamento. Há a fase de pré-assentamento, período pelo qual o INCRA emite a posse da área e instala, provisoriamente, os assentados até a demarcação e distribuição dos lotes. De acordo com Marques (2004, p.267), nessa fase “devem ser feitos estudos sobre potencialidade da terra e sobre o número de lotes que a área comporta – de acordo com critérios técnicos que geralmente tomam o módulo rural como referência – além de questões relacionadas à implantação da infraestrutura necessária”.

O projeto de ocupação também é coordenado pelo INCRA e divide-se em três etapas: implementação, consolidação e emancipação. Na primeira, estão previstas as obras de infraestrutura e engenharia, como estradas e espaços comunitários, por exemplo, bem como a preparação da terra e do assentado para os cuidados agrícolas. Ou seja, é um momento em que deveria ser traçado com a participação ativa dos assentados com a instituição como forma de planejamento do desenvolvimento do assentamento. Logo mais, ficará explícito o uso do verbo “deveria”.

A segunda etapa, de consolidação, é o momento de estruturação do sistema produtivo do assentamento e, por fim, a emancipação seria o resultado da autonomia dos assentados em “assumir sozinhos a gestão dos bens comunitários e dos interesses gerais do grupo. O tempo

estipulado para todo esse processo desde os estudos iniciais até a emancipação do PA, seria de cinco anos, e a fase de consolidação abrangeria cerca de três anos e meio”. (MARQUES, 2004, p. 267)

Então, compreendemos que o Projeto de Assentamento (PA) é formado através de um conjunto de ações técnicas e institucionalizadas, haja vista que:

A construção do assentamento implica na construção dos assentados, e é aí que entra as agências de enquadramento, que deve transformá-los em agricultores integrados ao mercado e organizado em associações e cooperativas. É na perspectiva da ressocialização sustentada pelo acesso à terra sob condições especiais que o PA é proposto. (MARQUES, 2004, p. 266 e 267).

É o Estado que dita as etapas e técnicas para o assentamento das famílias e

É nesse processo que os problemas tomam corpo, como por exemplo: morosidade no processo de desapropriação; lentidão das demandas que se dão no âmbito judicial; demora na demarcação dos lotes e construção das casas; lentidão na materialização de outras infraestruturas necessárias; descompasso no sistema de créditos e fragilidade – quando existem – dos programas de assistência técnica e assistência à comercialização, o que dificulta efetivamente a construção do assentamento em uma área de produção agropecuária. (MITIDIERO, 2011, p. 7).

Percebemos que muitas das ações e decisões são exógenas aos assentados e nem sequer são realizadas com a participação ativa desses sujeitos sociais, como no PA Arizona, no qual muitos vieram de outra região sem conhecer o município e as terras as quais futuramente seriam suas.

Destacamos continuamente neste trabalho que a luta pela terra é a luta contra o capitalismo, contra o latifúndio enraizado no Brasil. Compreendemos que a concretização dos assentamentos rurais é resultado e processo de enfrentamento e não desistência desses camponeses em conseguirem ou retornarem para a terra, na qual “a fração do território conquistada e transformada em assentamento rural pode ser vista como uma área de resistência subordinada diretamente constituinte do território capitalista brasileiro” (MITIDIERO JUNIOR, 2011, p.11).

Explicitamos que não podemos cair na ingenuidade de apontar que a política de reforma agrária do país enfrenta uma série de dificuldades e não tem alcançado seus objetivos por motivos de ordem política, econômica e social.

Na prática não são criadas condições para a estruturação dos assentamentos e suas produções, o Estado distribui as terras para conter as expressões dos movimentos, mas não investe capital, técnica para a consolidação de uma efetiva territorialização dos assentamentos rurais.

A recriação do sujeito camponês se materializa na conquista dos assentamentos, conquista esta, como vimos anteriormente, atravessada por lutas ao capitalismo, para a possibilidade de domínio de parcelas do território. “A luta pela terra e consequente implantação dos assentamentos da reforma agrária, confirmam esta possibilidade, que também se manifesta na luta na terra, com a resistência das famílias assentadas em manterem suas atividades produtivas” (SANTOS, 2014, p.117).

Na ausência de um projeto de assentamento, de políticas públicas que consolidem de fato o assentamento rural, a resistência está no projeto de vida que se cria e recria: o “retorno a terra representa a possibilidade de realização do ideal de autonomia que é um valor central para esses trabalhadores. (MARQUES, 2004, p. 275).

A unidade territorial é constituída num sistema de relações que perpassam pela família, trabalho e terra. Assim, forma-se a compreensão de classe, compreendida como sujeito social de luta, de acesso aos direitos e política, ou seja, o traço característico desse sujeito social é dado pela compreensão da ilegitimidade da concentração, exploração e desigualdade produzida pelo sistema.

Então, toda luta pela terra é uma luta contra o capitalismo, pois:

[...] significado da terra que faz deles camponeses é o sentido conservador e radical de sua consciência que, justamente porque é radical, os orienta na luta contra o concentracionismo desenfreado do capital que, ao arrancá-los da terra, impede o trabalho camponês e se ergue como oposição à continuidade do modo de vida desta classe sui generis. Situação, por sua vez, que indica a luta pela terra como um conflito que transcende a conquista de um pedaço de chão. (ALMEIDA, 2003, p. 20).

De acordo com Mitidiero (2022), os dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), os projetos de assentamento possuem, em área, aproximadamente 88 milhões de hectares e, em contrapartida, o censo de 2017 indica apenas 6 milhões de hectares. Os dados apontam significativa divergência, o que faz se ocultar ainda mais a visibilidade dos assentamentos rurais nos dados nacionais do último recenseamento.

Como forma de melhor representar a ação e potência humana, optamos para o uso de luta pela terra ao se referir às diversas formas de conquistas dos assentados, como forma de

sobressair a história, o processo e a representação de cada sujeito em detrimento das nomenclaturas institucionalizadas.

De acordo com Almeida (2003), a palavra “assentamento” tem sua gênese no âmbito estatal na década de 1980 para denotar as ações do Estado no sentido de alocação de pessoas como forma de garantir soluções socioeconômicas abrangendo uma compreensão de reordenamento fundiário e de moradia populacional.

Decorrente do uso multifuncional da palavra assentamento, traz-se uma confusão até mesmo nas distintas concepções da política governamental:

[...] tais como: assentamentos rurais frutos da luta pela terra; reservas extrativistas; regularização fundiária; transferências de população ribeirinhas (neste caso alguns são chamados de reassentamento); e, colonização. Por conseguinte, o que se evidencia nesta concepção, digamos estatal, é o caráter de homogeneidade no tratamento dessas populações. Situação esta que tem gerado conflitos, tanto de ordem externa como as discussões em torno das estatísticas da ‘Reforma Agrária’ brasileira, em que, por exemplo, regularização fundiária é tratada como desapropriação de terras no intuito de inflacionar os números da ‘Reforma Agrária’ do Estado, como de ordem interna a qual se resume no ocultamento da diferenciação política e social existente entre os assentados. (ALMEIDA, 2003, p.264).

Percebemos novamente instrumentos e técnicas do Estado utilizados para suprimir, homogeneizar a história de luta pela terra de trabalho e de representação que o camponês há séculos existe no Brasil. Como corroborado por Almeida (2003, p.273), esse discurso do Estado:

[...] nega a diversidade e especificidade camponesa presente nesta unidade territorial chamada assentamento e, por sua vez, nega também a coesão, a possibilidade de organização que muitas vezes está no diferente. Desse modo, a necessidade de se fazer presente a identidade objetiva no assentamento, por meio da padronização das casas dos assentados, acaba por negar o que foi seu maior trunfo na luta pela terra: a criatividade, as vontades, os gostos, a mística, enfim a subjetividade humana.

Como forma de exemplificarmos a representação desse sujeito social múltiplo que é o camponês, materializando sua existência nos assentamentos, concordamos com Woortmann (1990) quando o autor apresenta a compreensão da ordem moral camponesa que nos revela valores sociais distintos dos impostos pelas ações técnicas do Estado expresso, por exemplo, na díade lote-sítio, na qual “Se para o Estado o beneficiário é identificado pelo número do lote, daí a cobrança constante em relação a necessidade de exposição do número à entrada, para o

assentado o sítio tem um nome, na maioria das vezes, representativo da sua história familiar de luta (ALMEIDA, 2003, p.284).

É no fazer, é no cotidiano, nas singularidades expressas em cada realidade que marca a compreensão de classe, o que podemos chamar da compreensão de uma identidade que se forma na relação dialética entre o individual e o coletivo. Nenhuma história individual é isenta de uma rede de relações que a produziu, numa teia de significados e sentidos.

Não obstante a isso, é na diferenciação do outro que se torno único, ou seja, cada sujeito é uma representação de seu momento histórico, é marca de um tempo, de um lugar, de uma família e da vida que vive. Entretanto, não é a singularidade que extinguirá a marca do coletivo, pois é na atividade, no trabalho que se aproxima dos iguais e reconhecem-se as diferenças de classe. É na atividade que é possível nos trazer a classe para si, não está pronta. É processo, no processo e pelo processo.

Toda história tem movimento, não podendo ser reduzida a estereótipos que lhe são atribuídos. Ora, a tentativa de homogeneização não passa de uma tentativa do Estado, produzir estigmas, sobretudo a tentativa de fatalismo da institucionalização e da ideologia do capitalismo – trazer ideias estáticas, padronizadas.

A pluralidade do campesinato é uma recriação e possibilidade de sua permanência, e a identidade como metamorfose é a possibilidade de crítica da própria impossibilidade de mudança social superando a barreira imposta pelo capitalismo: “ideologia da não transformação do ser humano como condição da não transformação da sociedade”. (LANE, 2001, p. 10).

Como também apresentado por Ciampa (2001), só é possível compreender as singularidades quando se compreende a relação do indivíduo com a sociedade, assim, são nas transformações, na criação e recriação que podemos compreender a formação de resistências individuais (em si) aos processos de massificação e as buscas emancipatórias (para si), ou seja, a identidade enquanto unidade que reúne diferença e igualdade com relação e na relação com a sociedade e ainda uma unidade de subjetividade e objetividade, visto que, “sem essa unidade, a subjetividade é desejo que não se concretiza, e a objetividade é finalidade sem realização” (CIAMPA, 2001, p. 145).

O camponês é um grupo múltiplo e diverso em suas qualidades, entretanto suas singularidades não o tornam ilegítimo na luta pela terra. Ou seja, a forma ou os meios pelos quais se busca a conquista da terra não faz desse sujeito ilegítimo camponês, as suas diferenças e distinções não são capazes de anular a identidade camponesa que convergem na luta pela terra. “Na beira das estradas, na cozinha do fazendeiro, nas fileiras dos sindicatos, nas diversas

parcerias na terra do outro, enfim, fora e dentro da terra, a luta pulsa numa mesma direção: a terra de trabalho.” (ALMEIDA, 2003, p.27)

Compreendemos que “sou assentado porque luto”, independente da singularidade expressa dessa luta. Por isso, também, consideramos importante pontuar que se trata de um movimento, de ação e transformação, então:

O assentamento é uma parcela do território capitalista apropriada pelos camponeses e organizada segundo uma lógica camponesa, isto é, não capitalista que se manifesta no interior da economia e ordem burguesa. Portanto, embora os camponeses participem ativamente da rede de relações que dão configuração à produção e reprodução da sociedade como um todo, inclusive transferindo riqueza, é ao se territorializar, tomando posse de uma fração do território e dando concretude as relações sociais, que eles conquistam a possibilidade de atuar no sentido de reproduzir e/ou transformar suas próprias condições sociais e materiais de existência enquanto indivíduo e ser social. (ALMEIDA, 2003, p. 349).

Compartilhamos da ideia de Almeida (2003) de que é no cotidiano, nos detalhes, na singularidade de cada família que encontramos a expressão camponesa. Ou seja, na escolha do nome do sítio, na resistência de padronização de termos, definições e critérios construídos pelo Estado, que não traduzem sentido e significado no modo de vida camponês.

Como observamos nas placas que apresentam o nome dos sítios, nos diversos formatos das casas, no cuidado com a flores, com os animais, com tudo que indica terra de trabalho, terra de vida, terra de permanência. Terra lar. Assim, no próximo capítulo vamos compreender como se deu o processo de ocupação do PA Arizona e suas características, bem como as diversas situações que o sujeita ao capital.

5 O PROJETO DE ASSENTAMENTO ARIZONA

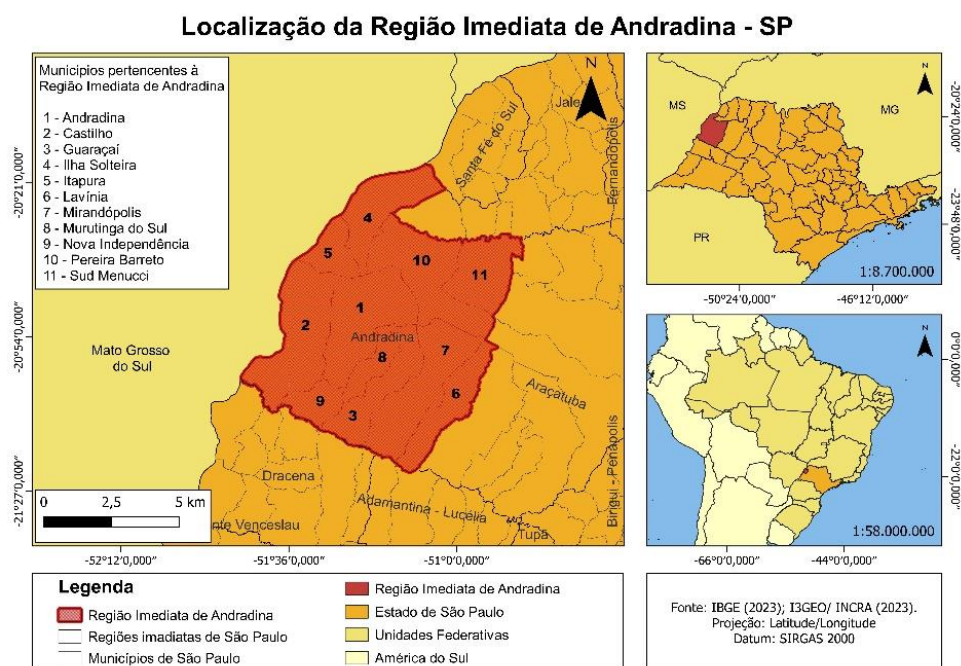
5.1 LOCALIZAÇÃO E CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS

A construção histórica de frações do território é representada por datas importantes e marcos legais que formalizam o processo de conhecimento e reconhecimento destes. Amalgamando-se aos dados formais, compreende-se que histórias são narrativas construídas por pessoas; toda história diz respeito a vidas vividas naquele tempo e espaço. É nesse entrecruzamento que será apresentado o processo de conquista pela terra pelos camponeses do Projeto Assentamento Arizona de Andradina (SP).

O Projeto de Assentamento (PA) é compreendido como um imóvel rural constituído pelo processo de desapropriação de terra, em decorrência do não cumprimento de sua função social, destinando-se, assim, porções de terra à inclusão de famílias para moradia e produção de renda como apresentado no Estatuto da Terra.

A Região Imediata de Andradina é composta por 11 municípios: Andradina, Ilha Solteira, Pereira Barreto, Castilho, Itapura, Sud Mennucci, Suzanópolis, Mirandópolis, Guaraçaí, Murutinga do Sul e Nova Independência, como demonstrado no mapa 1.

Mapa 1 - Região Imediata de Andradina (SP)



Fonte: IBGE³⁵

Na região há 37 assentamentos, totalizando 54.738,9113 hectares, ou, aproximadamente, 8% da área da região, com 3.448 famílias assentadas (PAZ, CASTILHO E SANT'ANA, 2020).

Essas características transmitem as peculiares da região de Andradina, principalmente, em decorrência da quantidade e proximidade dos assentamentos, tornando a região notável em termos de luta pela terra.

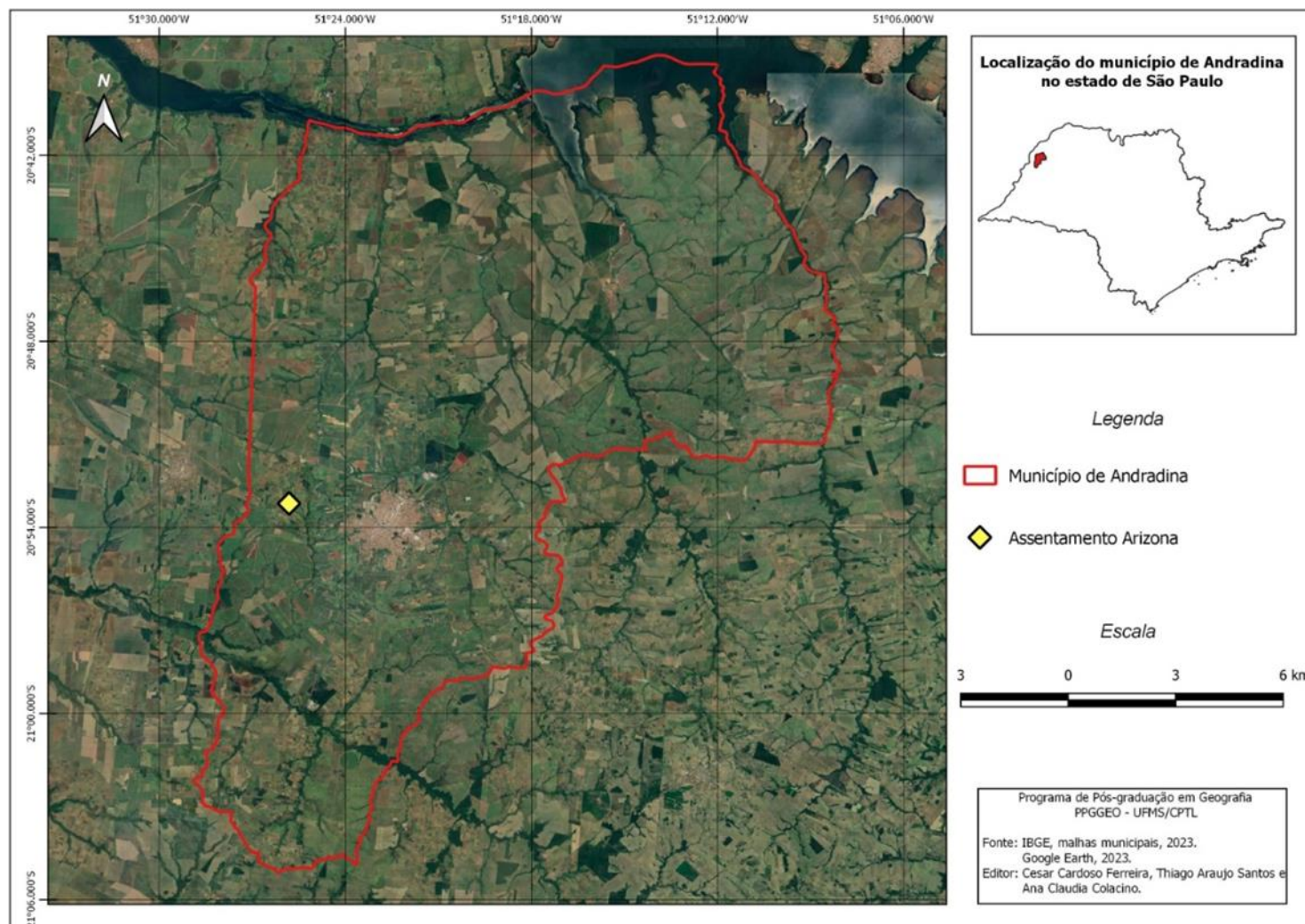
E ainda, tais informações, mesmo que breves, remetem-nos a refletir sobre as características apresentadas a respeito do cenário das contradições presentes na região quanto ao seu histórico latifundiário e, conseqüentemente, da luta pela terra, assim como nos PA's de Andradina e, mais especificamente, do PA Arizona, objeto de nosso estudo.

As terras da região de Andradina foram marcadas pelo latifúndio voltado para a agropecuária e extrativismo. O nome pelo qual é conhecida regionalmente "Terra do Rei do Gado" faz jus ao seu processo histórico de especulação de terra e concentração fundiária (ARLINDO, 2021), como demonstrado na figura 12, com a dimensão da extensão que se refere à área urbana em comparação com a área rural.

Andradina possui cinco Projetos de Assentamentos rurais, PA Primavera; PA Timboré; PA São Sebastião; PA Josué de Castro e PA Arizona. Este, está localizado no Noroeste paulista, em Andradina. Como também demonstrado nos mapas 2 e 3.

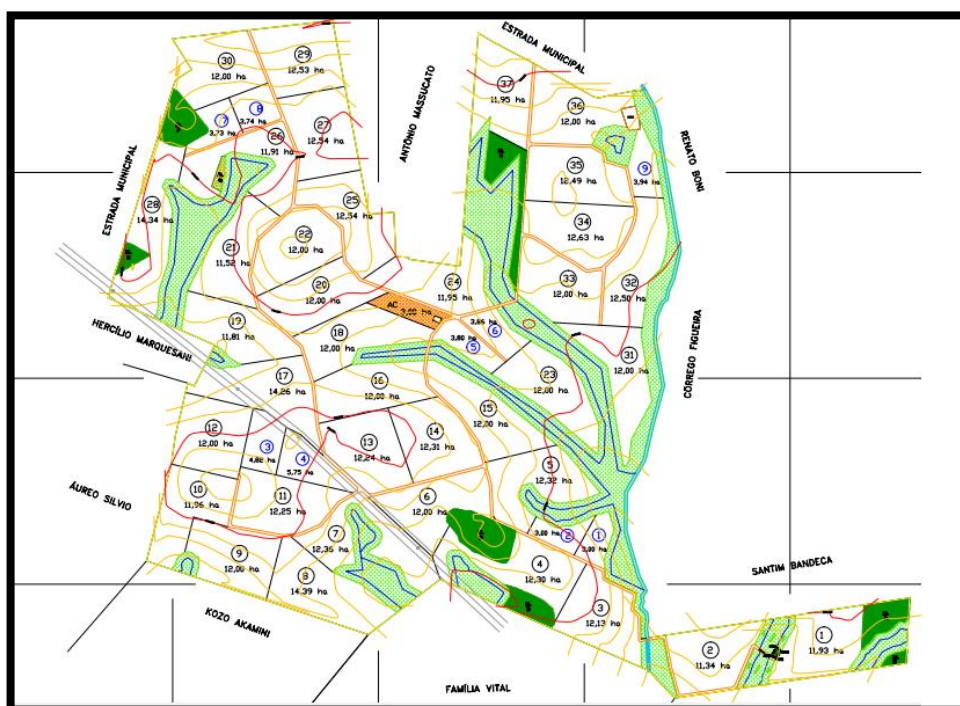
³⁵ Elaborado Bruno Henrique Machado da Silva - Membro do Laboratório de Sensoriamento Remoto (La-Ser) – UFMS.

Mapa 3- Andradina (SP): Localização do Assentamento Arizona



O PA Arizona está localizado a 7km da sede do município de Andradina, é formado por um total de, aproximadamente, 638 hectares, com Área de Preservação Permanente (APP) de 108 hectares e Reserva Legal (RL) com 21,8 hectares. Sua extensão abrange a capacidade de 46 lotes, incluindo nove Para-Rurais (PR) e possui 46 famílias assentadas, distribuídas nos lotes como demonstrado na figura 10. Sua obtenção aconteceu em 15 de janeiro de 2002, criação em 28 de junho de 2006 e instalação em dezembro do mesmo ano (MAPA, 2021).

Figura 10 - PA Arizona/Andradina (SP) - distribuição dos 46 lotes



Fonte: ITESP -Andradina³⁷

Em contrapartida, como será abordado no próximo tópico, a região é reconhecida pela luta pela terra em meio a resistências e contradições, assim, o PA Arizona está presente nesse histórico.

5.2 A FAZENDA ARIZONA

No que se refere ao histórico da fazenda Arizona, não ocorreram relatos consistentes dos assentados sobre o conhecimento anterior da área. Como explicado nos relatos do Sr. J.

³⁷ Fornecido digitalmente pelos técnicos administrativos do ITESP – Andradina

(entrevista, jun., 2022), “Quando a gente vem a gente não sabe de nada, às vezes falam o nome do fazendeiro, mas saber coisas dele a gente não sabe”.

De acordo com a Sra. T. (entrevista, jan., 2023), antes de ser vendida e se tornar a fazenda Arizona, pertencia a uma família Rocha:

Aí ele (genitor da entrevistada) veio para cá e ficou arrendatário aqui nessa fazenda que antes era da família Rocha. Mas eles eram de Araçatuba. Mas a gente morava aqui e plantava, ele (genitor da entrevistada) e os irmãos dele. Daí o pessoal vendeu aqui a fazenda e meu pai ficou trabalhando no sítio de um no sítio de outro. Aí aqui virou a fazenda Arizona que era de um proprietário bom de dinheiro, um japonês chamado Nene Yassuda, mas tinha cada boi, mas cada boi aqui que você nem imagina.

O trabalho baseado em arrendamento significou uma grande movimentação e expulsão dos trabalhadores. Relatos que vêm ao encontro com o que refletimos nos capítulos anteriores nos quais a constituição latifundiária de Andradina foi construída na grilagem e especulação e venda de terra, sendo vendida e revendida por grupos familiares, que acabavam por adquirir diversas parcelas de território, no município e região, como explicado no relato do Sr. J. (entrevista, jan., 2023):

Depois a gente ficou sabendo que eles tinham mais outras fazendas e criava gado aqui e dava nota só do que vendia nas outras fazendas por isso que essa aqui deu bem improdutivo. O nome do fazendeiro aqui chamava Antônio né? Yassuda. Só que tem mais o outro irmão dele que eles eram sócios, que a gente conhecia aqui como Nene Yassuda, mas não tenho muito conhecimento também deles não.

O dono da fazenda era Antônio Yassuda, este era sócio da fazenda junto com seu irmão, conhecido pelos assentados de “Nene Yassuda”. Assim, a sociedade Yassuda, de acordo com busca pela razão social, possui o cadastro de nove fazendas no estado de São Paulo, oito com atividade econômica cadastrada como criação de bovinos para corte e uma com a produção de laranja.

As fazendas da sociedade cadastradas no município de Andradina, que eram seis, encontram-se em situação cadastral “baixadas”. Das fazendas cadastradas em Andradina, além da Arizona, três estavam presentes no bairro Timboré, uma em Paranópolis, uma no bairro Lagoinha. As ativas, encontram-se duas em Tabatinga (SP), uma com plantio de laranja e a outra de criação de bovinos para corte e a última em Ibitinga (SP), com também criação para bovinos de corte.

Outra característica anterior à formação do PA Arizona é de que alguns assentados eram arrendatários da fazenda, como apresentado pelo Sr. D. (entrevista, jan, 2023):

[...] a nossa família era arrendatária aqui, aí quando o assentamento tomou posse dos lotes, como a gente fazia uso da terra né, a gente tinha direito a um lote. E foi bem complicado na época porque o pessoal não aceitava, a gente não participou de todo o processo, mas como era direito adquirido a gente foi atrás.

Tal situação de resistência dos demais assentados em relação aos arrendatários ficará mais bem explicada no período que antecede a chegada dos demais camponeses de Ribeirão Preto que se uniram com os de Andradina.

E, por fim, em relação ao nome do PA Arizona, permaneceu o nome da fazenda desapropriada. Há em alguns registros de documentos do INCRA e também como no mapa elaborado pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), a menção de Wilson Gandolf, como explicado pela Sra. J. (entrevista, out., 2022):

[...] pelo nome queriam homenagear um senhor Wilson Gandolfo, parece que ele era bem ativo nas questões dos acampamentos pela região de lá (Ribeirão Preto), mas o nome não pegou. Todo mundo conhece por assentamento Arizona, que era o nome da antiga fazenda, chamava fazenda Arizona.

5.3 O PROJETO DE ASSENTAMENTO ARIZONA E A LUTA PELA TERRA

No imaginário social, compreende-se que o processo de desapropriação de terras improdutivas para a formação de assentamentos rurais é a possibilidade de redução das desigualdades e garantia de direitos daqueles que na terra trabalham e sobrevivem, muitas vezes há gerações.

A história de Andradina, como já apresentado, está atrelada a movimentos importantes da reforma agrária, visto que esse município, nos anos de 1980, marcou o estado de São Paulo pelo conflito pela terra que seria responsável pelo surgimento do MST no estado. Nacionalmente conhecido, o conflito da Fazenda Primavera que abrangia os municípios de Andradina, Castilho e Nova Independência, como apresentado por Fernandes (1999), a origem do MST no estado:

[...] está registrada na luta dos posseiros da Primavera contra a expropriação e a exploração. Essa luta marcou o início de um processo de organização do Movimento no Estado, que continuou se desenvolvendo a partir de

várias outras lutas construídas no decorrer do período estudado. (FERNANDES, 1999, p.88).

Esse movimento de luta pela terra na fazenda Primavera atribuiu visibilidade política e econômica aos movimentos de luta pela terra, da reforma agrária. Conectado a esse contexto, como apresentado anteriormente, é notória a proximidade geográfica dos assentamentos, ocorrendo, inclusive, de vários estarem dentro do mesmo município ou assentamentos que ficam próximos um do outro “constituindo um espaço geográfico mais amplo de continuidade da paisagem dos assentamentos, com as implicações sociais, econômicas e políticas que isso pode acarretar” (FERRANTE, 2012, p.64).

Entretanto, tal visibilidade dentro do cenário da reforma agrária não se fez por acaso, haja vista que Andradina, dentro de seu histórico de formação, é conhecida em sua extensão regional como a “Terra do Rei do Gado”, sendo, portanto, sua constituição marcada por latifúndios e suas monoculturas. (LOPES, 2012; ARLINDO, 2021).

Diante das informações expostas, encontramos-nos diante de um “nó”, de uma impossibilidade entre o agronegócio e a reforma agrária. Ou seja, esse modelo agrário-agrícola que nos apresenta uma roupagem moderna de alta produtividade e de tecnologia avançada do velho processo latifundiário colonial contrapõe-se às ideias da produção camponesa das pequenas propriedades.

Ante as situações apresentadas impostas pelo poder do capitalismo e compreendendo os movimentos sociais, que tencionam a reforma agrária, como possibilidade de resistência dessa expropriação e exploração e a agricultura familiar camponesa como o mecanismo de materializar essa resistência, iniciou-se a chegada das famílias no PA Arizona.

Como apresentado na narrativa histórica dos assentados, o processo de ocupação do PA Arizona iniciou-se no ano de 2002, no qual vieram 28 famílias que estavam acampadas na região de Ribeirão Preto, após reunião em São Paulo com a superintendente do INCRA, Tânia Andrade, como explicado pelo Sr. J. (entrevista, jun., 2022):

Ficamos acampados 7 anos. Começou em 99 e ficamos 4 anos aqui, viemos para cá em 2002 e fomos assentados em 2006. Sofremos vários despejos. A terra naquela região é muito cara de Ribeirão Preto já era muito mais cara do que aqui. Aí eu já fazia parte da coordenação. A gente foi numa reunião em São Paulo e foi muito bacana, aí a Tânia Andrade: se você quiser terra é lá na região de Andradina e nós lá em Ribeirão para vim pra Andradina é longe, né. E todo mundo se olhava: lá em Andradina, nossa é tão longe. Aí eu falei: vamo embora né, se é lá que vai ser, então vamos.

Contudo, todo o processo de luta pela terra, como sabemos, não se dá de forma simples e os camponeses foram alvos das artimanhas perversas do Estado que reverberam no contar da história, mesmo depois de 24 anos, com os olhos cheios de lágrimas, quando relatam o período de acampamento por quase oito anos na região de Ribeirão Preto, no qual as mesmas usinas que os empregavam, expulsaram-nos. “Mas nós já sofreu, ficar mais de oito anos embaixo de uma lona? Não é oito dias, não. Meus filhos mesmo quando eu fui fazer meu barraco aqui eu mandei tudo de volta para Guariba porque não tinha condições não. (Sr. C., entrevista, jan., 2023)

Os acampados de Ribeirão Preto, majoritariamente pessoas que trabalhavam com o corte de cana desde suas infâncias, sofreram inúmeros despejos indicando a má organização dos órgãos responsáveis e a desumanização com as famílias, passando por diversos municípios, alimentando a esperança da conquista da terra que não se efetivava. E acabam por direcionar os acampados para locais sem condições de se estabelecerem. Como apresentado pelo Sr. F. (entrevista, jan., 2023), depois de relatar diversos despejos “Aí falaram que tinha uma fazenda boa. A fazenda só tinha uma mina de água e uma casa porque o resto a terra não prestava. E tinha só eucalipto assim em volta aí a gente ficou lá e o representante do sindicato, Élio Neves, era ele que era responsável lá, se vendeu”.

Novamente, relatos de sonhos de terra de trabalho sendo ceifados pelos poderes e interesses das elites.

Ele se vendeu para os caras lá e depois que ficamos sabendo que ele pegou dinheiro dos bichos lá para tirar nós de lá. E aí levou nós lá de Santa Rita. Assim nós ficou sabendo, que pegou dinheiro e tirou nós, mas não ficou provado nada. [...] Aí chegaram lá para tirar nós de novo, e deixou a gente na beira da pista de Santa Rita de Passa Quatro. Aí a gente ficou lá. Aí tinha do Matheus Neve que era o coordenador e como ele tinha um conhecimento melhor da prefeitura de Guariba ele arrumou uns caminhão lá, nós arrumamos as coisas e voltamos para a fazenda de novo e de lá a gente fez o barraco e queriam tirar a gente de novo, aí a gente foi para um assentamento em Pradópolis, Guarani. Aí tiraram nós de lá e levaram lá pra Rincão. Num assentamento que tinha lá, mas o assentamento era só de boca, chegamos lá não tinha nada. Tinha seis famílias que moravam lá, mas não tinha nada, não tinha luz, não tinha nada. As casas eram de alvenaria que uns senhores fez, mas não tinha. Aí tinha um senhor lá que deu um pedaço do sítio dele para nós ficar lá e nós ficou. Aí o coordenador foi atrás de nós em Rincão e colocou as crianças para estudar. (Sr. F., entrevista, jan., 2023).

Tal situação de despejos, falta de organização também apresentado no relato do Sr. João Teixeira³⁸ (entrevista, jan., 2023), que vem trazer a desconfiança nos órgãos que deveriam representar e proteger os sem-terra e o receio da “proximidade” dos arrendatários com os proprietários de terra:

Mas daí os coordenadores não entendia, com licença da palavra, de bosta nenhuma. Daí os caras que plantavam lá que ficavam arrendatários, fizeram um acordo com os arrendatários para plantar um ano e durante um ano eles davam cesta básica para nós né para dar tempo de plantar né, aí a própria lavoura de plantar eles tiraram dinheiro e compraram a fazenda. O tal do safado daquele Elio Neves de Araraquara. [...] Aí fez os documentos lá com os advogados. Os arrendatários compraram a fazenda, vai vendo como é o rolo, por isso não confio em coordenador. [...]. Alí do Sinhá Junqueira, alí na região de Guariba a maioria da cana é de Sinhá Junqueira. Povo muito rico, muito rico mesmo. E essa terra era improdutivo. Daí quando foram fazer o laudo de novo, sabe como é hoje, quem tem né, deu produtiva, mas por quê? eles compraram a fazenda e fizeram o documento. [...] E foi isso que aconteceu com nós...aí o INCRA outro órgão que não pode confiar também, fizeram uma reunião com nós lá e mandaram nós para um lixão lá perto de Araraquara. Num lixão mesmo! Perto de Rincão. Num lixão mesmo! A gente ia comer e aquele monte de mosquito. Num lixão, mandou nós. A gente sofreu hein.

Pelos relatos dos assentados, o órgão ao qual estavam sendo apoiados era a Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP), de Jaboticabal (SP).

Torna-se claro que o caminho de apresentar a expansão e reestruturação da modernização da agricultura chegamos aos impactos e às condições de trabalho e de vida dos camponeses, seja pela exploração de seus trabalhos e, posteriormente, o crescimento do desemprego. E como apresentado por Scopinho, Gonçalves e Melo (2018), há o processo de transformação identitária de um tipo de trabalhador rural (boia-fria) para o assentado. Sabemos que esse processo não é linear nem homogêneo, visto que perpassa inúmeras barreiras apresentadas pelo Estado para sua conquista e permanência na terra.

A violência expressa no descaso e na negligência do Estado, como apresentado pela Sra. O. (entrevista, jan., 2023)

Acampava num canto, o povo botava a gente pra fora nós saía pra outro. Até chegar aqui. Tem despejo que não ficava nem três dias, já tinha que sair. Teve uma vez que a polícia não deixava a gente passar, a pessoa adoecia e não deixava passar, sem água, sem comida. Só matando boi do vizinho pra poder comer. Não deixava passar nada, nada, nada. Aí a gente se juntou tudo porque

³⁸ Nome fictício para a realização desse relato como forma de preservar a identidade do entrevistado e para ressaltar a história de luta pela terra daqueles sujeitos cujas vidas não foram preservadas.

tinha uma mulher mais uma criança doente lá em cima eles não deixavam a gente passar e a gente se juntou de picareta, de enxada, de machado o que tinha e aí deixaram a gente entrar e tinha fogo para tudo quanto é canto.

A vivência de violência expressa também no preconceito, novamente os olhos marejados da Sra. R. (entrevista, jan., 2023) entrar na conversa e falar que “Foram reclamar que nossas crianças estavam sujas, como nossas crianças vão ficar aqui sem brincar na terra? Na hora de dar almoço a gente dava banho, na hora de dormir a gente dava o banho. Até a de seis meses levou, levou tudo”. E ainda acrescenta:

[...] quando a gente chegava assim no posto, tinha uma mulher que eu vi que ela ficou com medo de mim, ela perguntou de onde eu era e eu falei que era do sem-terra, aí a gente estava na maior conversa e depois ela foi se afastando, ela saiu de perto de mim. Mas eu nunca neguei quem eu era, eu não tinha terra mesmo. Só que eles queriam que a gente andasse sujo, com o pé sujo.

Depois de longos anos de despejo, violências, desumanidades, as famílias chegaram a Andradina, através de um processo também conturbado, como explicado pelo Sr. João Teixeira³⁹ (entrevista, jan., 2023)

Daí vieram eles e olharam a terra e falou: você já vai para a terra direto para o lote. Não é para você acampar não é direto para o lote. Aí arrumaram o caminhão e vieram um grupo, mas o que aconteceu foram lá em Araraquara e registraram o documento. O documento que o INCRA deu registrou, gravou lá sem eles nem ver. Lá em Araraquara num cartório do Elio Neves mesmo. Aí pagaram os caminhão, o INCRA mesmo pagaram o caminhão para trazer nós, aquela bagunça em cima de caminhão. Teve um pedágio que queria mandar a gente tudo de volta. Olha a história! Um desvio de documento que foi enviado pelo INCRA né eu não sei o nome da mulher, eu esqueci o nome dela. Aí mandaram nós lá pro Timborezinho, grudado na beira da pista, igual porco, fora do chiqueiro, nos largaram lá.

Prosseguindo com os relatos da Sra. Margarida⁴⁰ (entrevista, jan., 2023):

Nós chegou lá (Timborezinho), fez o barraco tudo e ficou lá, aí passamos mais 30 dias nada, mais 30 e nada. E (o coordenador) veio pro promotor aqui, aí o promotor intimou o ITESP quem tinha levado essas família praí? e o ITESP foi o MST. Mas a gente tudo novato e o ITESP tudo conhecido eles cataram as notas que a Tania tinha assinado o transporte. Que ela deu para os caras trazer, aí eles ficaram com as notas [...] Aí a gente catou a nota e mostrou e essa assinatura de quem é essa assinatura aqui? Aí o representante do ITESP aqui: "eu não sabia, que não sei o que". Aí saiu o promotor falou "dou um

³⁹Nome fictício para a realização desse relato como forma de preservar a identidade do entrevistado.

⁴⁰Nome fictício para a realização desse relato como forma de preservar a identidade da entrevistada.

prazo de 15 dias para você tirar essas famílias daqui. Nem o direito de trazer eles pra cá vocês não tinha. Toda essa distância e jogar no meio da pista vocês, não podem.

Quando, finalmente, os coordenadores se reuniram no escritório do ITESP, com auxílio de um dos técnicos deste mesmo órgão, explicou-se que, em contato com o INCRA, foi informado que havia uma fazenda perto de Paranópolis e explicou que lá onde eles foram deslocados (Timborezinho) iria demorar para sair.

Assim, demais assentados do município de Castilho alertaram as famílias para que elas margeassem senão iriam perder, porque um vereador estava organizando um outro grupo para entrar, não sem a existência de ameaça, como explicado pelo Sr. João Teixeira⁴¹ (entrevista, jan., 2023):

Só que o japonês, era um japonês, o Nene Yassuda. Mandou recado para o vereador Raimundo Justino que era vereador aqui, que o Raimundo ia formar um grupo para entrar aqui e que, se ele entrasse com o grupo, ia mandar matar, ia mandar matar o Raimundo e o grupo, aí nós já estamos no fundo do poço e já está seco o que a gente tem mais na vida? Então vamos encarar. Aí viemos pelo fundão lá e nós olhamos e falamos aqui é o lugar. Não deu a noite, uma hora dessa a gente já estava encostando aí, o pessoal que já era assentado do Timboré lá, deu trator deu tudo, nós embocamos as enxadas, os pedaços de lona e depois no outro dia choveu de polícia, mas daí a gente ganhou com fé em Deus, oito anos a gente sofreu embaixo da lona.

Em resumo, após chegarem em Andradina, as 28 famílias da região de Ribeirão Preto, se juntaram com outras 18 famílias que já eram moradoras de Andradina. Acamparam, primeiramente, no Timborezinho (outro PA), ficando oito meses para, posteriormente, se direcionarem para o Arizona, como explicado pelo Sr. J. (entrevista, jun., 2022) “[...] depois viemos para cá. Aqui a esperança era de sair mais próximo, mais rápido, mesmo assim ainda demorou mais quatro anos”.

Durante esse período de quatro anos acampados, ocorreram cerca de três ocupações e, em decorrências dessas, foi emitida uma liminar para a desocupação, como explicado pelo Sr. J. (entrevista, jun., 2022)

A gente ocupou várias vezes, na verdade a gente margiou né, margiar é ficar só nas estradas né. Só essa fazenda aqui ocupamos acho que foi três vezes. Depois disso conseguiram uma liminar para tirar a gente por 50km de distância, mas a gente permaneceu aqui em Paranópolis mesmo e de Paranópolis saiu a posse.

⁴¹Nome fictício para a realização desse relato como forma de preservar a identidade do entrevistado.

Dentre as 28 famílias que chegaram da região de Ribeirão Preto para a região de Andradina, 16 permaneceram nos acampamentos e, somadas com as famílias de Andradina, totalizaram as 46 que permaneceram até o final, quando saiu a homologação e a proposta de parcelamento⁴². “Depois, com a terra ganha, a gente ficou na estrada já dentro da fazenda, depois eles cortaram o lote e foi feito o sorteio. Hoje em dia é tudo feito com satélite né, então cortaram e cada família já foi para seu lote”. (Sr. J. entrevista, jun., 2023)

Em relação à permanência das famílias na terra, atualmente, sete famílias venderam os seus lotes e nas palavras do Sr. J. (entrevista, jun., 2022)

Muitos pegam vê que não dá conta e passa. E na verdade, ninguém vende lote né, ele vende um direito dele. Se eu vender meu lote, troca o lote por uma casa na cidade, mas não vale. As coisas estão muito caras. Na verdade, ele vende um direito dele.

Observa-se a fragmentação dos órgãos que deveriam participar ativamente por isso destacamos ao longo do trabalho que a luta pela reforma agrária é uma luta contra o capital, uma luta para além desse modelo simples de distribuição de terra, uma vez que:

[...] o sucesso da reforma agrária depende de políticas públicas no campo que valorizem a produção camponesa familiar como um fator de extrema importância para o desenvolvimento do país. E valorize o camponês enquanto classe e habitante do campo, que produz sua cultura por meio de sua relação com a terra. (CAMACHO, 2010, p. 178-179).

Entretanto, nas narrativas da história do assentamento, foi identificado o principal movimento de apoio pela luta da terra para a formação do Arizona foi o Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (SINTRAF), visto que este acompanhou todo o processo de ocupação. Observa-se que, atualmente, não existe a presença de nenhum órgão de amparo técnico e/ou financeiro para os assentados, como apresentado pelo Sr. J. (entrevista, jun., 2022)

Hoje estamos, como se diz, jogados às traças, não tem mais ninguém que cuida de assentamento. Tem o ITESP aí, coitados. Antes tinha a COATER, uma cooperativa que trabalhava para o INCRA. Aí o INCRA parou, fechou, era essa a cooperativa e o ITESP. Aí ficou só o ITESP, mas eles não liberam nada pro ITESP, então parou tudo, tá tudo parado.

⁴² Proposta de Parcelamento é a divisão do solo que está se tornando assentamento, determinando as estradas, áreas coletivas, lotes individuais e áreas de proteção ambiental.

Tal discurso deixa explícitas as contradições e as desigualdades presentes nas disputas territoriais nas quais a falta de investimento e apoio técnico acabam por reproduzir a pobreza e a evasão no campo em decorrência da ineficiente administração dos órgãos responsáveis. Assim, Guerra (2004) chega à conclusão de que o INCRA praticava uma política agrária eficiente, mas uma política agrícola ineficiente, pois não consegue fixar o assentado.

Há discursos disseminados pela elite e aceitos pela sociedade de que o assentado só quer a terra para depois revender, entretanto, como apresentado por Coelho (2014), o índice de evasão nos assentamentos na região de Andradina não é alto, mesmo com a precariedade e ausência de políticas públicas que são submetidos. Assim, tal condição subalterna desde os acampamentos até a ocupação do PA, pelas morosas articulações do Estado, como já apresentado por Mitidiero Junior (2011), respaldadas pelas inúmeras determinações judiciais e reforçadas pela fala de um assentado: “é cada grupo tem uma realidade diferente. A gente tinha os capangas do fazendeiro e a justiça estava do lado do fazendeiro” (Assentado, entrevista, jan., 2023).⁴³

Ficam nítidos os mecanismos de controle e dominação do Estado e até mesmo a fragmentação dos interesses dentro das diferentes instâncias e movimentos (sindicatos, movimentos sociais, partidos políticos).

Por isso, enfatizamos a luta, o cotidiano dos camponeses, a as características e importância de suas produções, mesmo diante de um cenário tão desfavorável, pois é no campo, no trabalho, no modo de vida camponês que essas fragmentações, que essas fissuras ganham um fio de esperança. Como apresentado por Thomaz Junior (2010), é nesse campo de rupturas e disputas que os camponeses constroem suas organizações e põem em práticas lutas de resistência e traçam seus diversos meios de luta pela e na terra de trabalho.

5.4 CARACTERIZAÇÃO E ESTRUTURA DO PA ARIZONA

O PA Arizona teve seu documento de posse emitido em 28 de junho de 2006, com a distribuição de 46 lotes, ocupados em dezembro de 2006.

⁴³ Morador do PA Arizona que chegou para visitar o vizinho e participou de alguns minutos da conversa, mas não foi contabilizado nesse trabalho como entrevistado.

Atualmente, nos 46 lotes encontram-se 56 famílias. Há 16 crianças de 0 a 5 anos e 20 crianças de 0 a 6 anos. A faixa etária dos sujeitos entrevistados é composta por pessoas de 45 a 77 anos e dos filhos “agregados” com a faixa etária de 25 a 35 anos.

Todos os lotes, em suas divisões, são cercados, caracterizando a principal atividade, agropecuária, como demonstrado na figura 11, incluindo a beleza da livre circulação da natureza.

Figura 11 – Assentamento Arizona/Andradina (SP) - Cercamentos e vida animal no PA Arizona



Fonte: Trabalho de campo (16 out. 2022). Foto: da autora.

O PA possui energia elétrica, casas de alvenaria e algumas de madeira construídas no período inicial da ocupação.

Em relação ao abastecimento de água, o PA Arizona possui quatro poços construídos pelo INCRA, como explicado pelo Sr. J. (entrevista, jun., 2022):

O INCRA tem quatro poços, mas o INCRA vem e faz um poço caríssimo, fica quase 150 mil reais, não sei se é lavagem de dinheiro, mas eles falam é isso. Eles fazem o poço, mas não fazem o encanamento, aí eles furam e a pessoa vai lá e coloca uma mangueira de uma polegada. Se tiver um usando, não tem como chegar. Aí é onde quase todo mundo foi furando o seu poço, aqui todo mundo foi furando o seu. Eu furei um de 60 metros por 6.500 reais. Pra onde vai esse dinheiro de 150 mil? Dava pra todo mundo ter um poço. Aqui quando eu não tinha poço não chegava água pra mim, eu tinha que ir lá e segurar as pontas para ver se vinha, era difícil, aí a gente furou o poço.

E complementado pelo Sr. C. (entrevista, jan., 2023), sobre o período inicial de ocupação: “Não teve ajuda de INCRA, não teve ajuda de nada. Sem água sem nada. Meu poço eu peguei dinheiro emprestado. Aí eu comecei com minha horta e graças a Deus tô aqui até hoje”.

Essas falas iniciais nos apresentam a problemática enfatizada na luta na terra, na compreensão da resistência desses sujeitos sociais em permanecer, mesmo com o Estado utilizando de diversas estratégias perversas para que não se concretize.

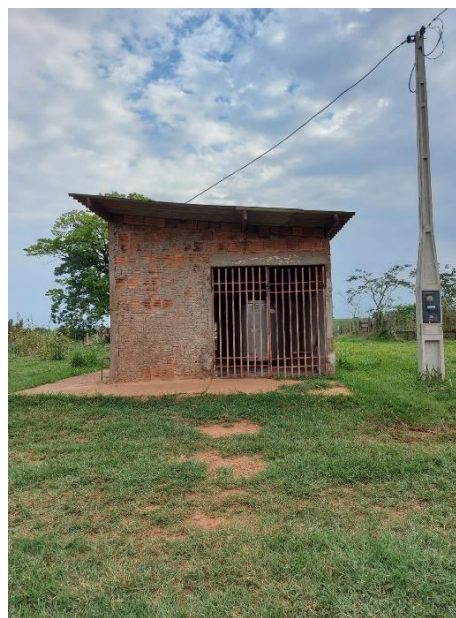
O assentamento também conta com os espaços comunitários, como, por exemplo, o barracão, como demonstrado na figura 12, no qual são realizadas as principais atividades coletivas, tais como: reuniões, eventos e ações de políticas públicas (saúde e assistência social). Também contam com resfriador comunitário para leite de utilização das famílias que não possuem o seu particular, como demonstrados na figura 13.

Figura 12- Assentamento
Arizona/Andradina (SP) - Barracão
comunitário



Fonte: Trabalho de campo (3.abr.2022).
Foto: da autora.

Figura 13- Assentamento
Arizona/Andradina (SP) - Resfriador
comunitário



Fonte: Trabalho de campo (3. abr. 2022). Foto: da autora.

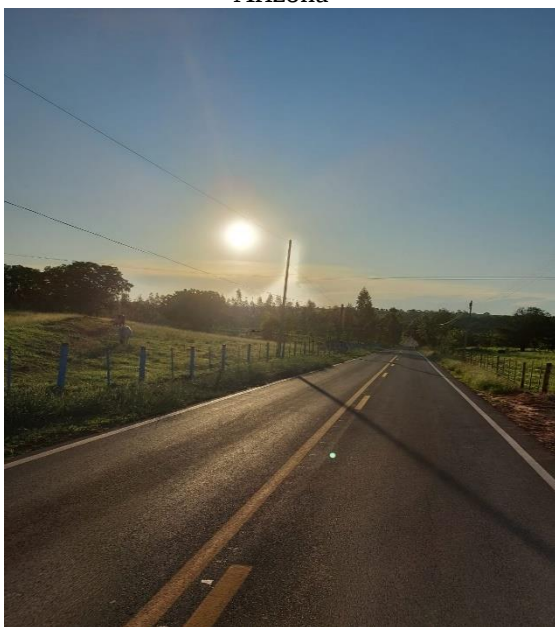
Em relação ao acesso para as possibilidades de escoamento, o assentamento possui sua principal via asfaltada, a Vicinal Emérito Castilho Teno, que liga a sede do município de Andradina à sede do distrito de Paranópolis, no qual o PA Arizona encontra-se no caminho.

Esse asfaltamento trouxe melhores condições para o transporte das famílias para a cidade e circulação dos produtos, como apresentado pelo Sr. J. (entrevista, jun., 2022), comparando quando chegaram ao assentamento.

[...] Quando chegamos ali, tinha barrancos da altura dessa parede, tinha barranco de 3 ou 4 metros de altura. Aí veio o melhor caminho, derrubou tudo e cercou, já deu uma melhorada, porque, quando era baixo, qualquer chuvinha que vinha já atolava. Aí veio o melhor caminho, depois o asfalto que melhorou mais.

As figuras 14 e 15 ilustram a estrada de acesso ao PA Arizona e as placas, precarizadas, que sinalizam a chegada ao assentamento, respectivamente.

Figura 14 – Andradina (SP) - Vicinal Emérito Castilho Teno, via de acesso para o PA Arizona



Fonte: Trabalho de campo (6 out. 2022). Foto: da autora.

Figura 15 –Andradina (SP) - Entrada do PA Arizona

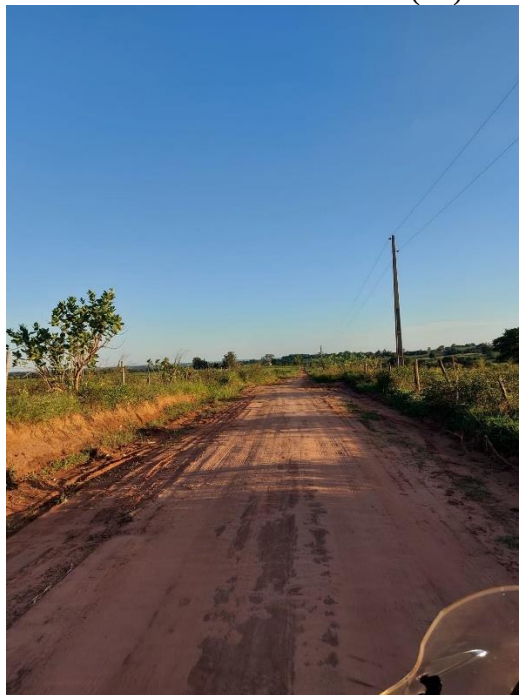


Fonte: Trabalho de campo (6 out. 2022). Foto: da autora.

As estradas internas precisam de melhorias, visto que, no período de seca, há um areão que torna alguns espaços de difícil acesso e, no período de chuvas, buracos e grande quantidade de lama, como relata o Sr. J. (entrevista, jan., 2023), após as chuvas de dezembro e janeiro desse mesmo ano: “as estradas estão uma porcaria, a última informação que tive essa semana é que os maquinários estão no Timboré, iam arrumar o Timboré e umas estradas particular lá e só depois vão vim pra cá”.

A figura 16 demonstra a estrada interna no período de seca, e as figura 17 e 18 a estrada após a temporada de chuva aguardando sua recuperação.

Figura 16 - Assentamento Arizona/Andradina (SP) - Estrada Interna



Fonte: Trabalho de campo (03.abr.2022). Foto: da autora.

Figura 17- Assentamento Arizona/Andradina (SP) - Estrada Interna após chuvas



Fonte: Trabalho de campo (05.fev.2023). Foto: da autora.

Figura 18- Assentamento Arizona/Andradina (SP) - Estrada Interna após chuvas 2



Fonte: Trabalho de campo (05.fev.2023). Foto: da autora.

O assentamento não possui escola, e o transporte das crianças é realizado por ônibus escolar municipal, o que nos traz duas problemáticas, primeiro, as condições pelas quais essas

crianças precisam atravessar essas estradas para chegar às escolas na cidade e, segundo a contínua ausência de investimentos de escolas do campo.

No período de ocupação, as famílias receberam recursos iniciais e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): “E de incentivo financeiro a gente teve no início, veio o inicial primeiro, depois veio o PRONAF e depois veio um custeio aí para reforma de casa, mas também não é todo mundo que consegue pegar” (Sr. J., entrevista, jun., 2022).

Sobre a permanência desses incentivos do governo, de acordo com o relato dos assentados, faz cerca de 10 anos que não recebem: “Eu acho que o último que veio aqui deve ter sido por volta de 2012/2013, foi o PRONAF mulher, foi o último que veio. E o ITESP também, antes fazia bastante curso, mas de quatro anos para cá não vieram mais”. (Sr. J., entrevista, jun., 2022).

Apesar do período citado não corresponder apenas ao governo Bolsonaro, há uma compreensão majoritária dos entrevistados dos impactos negativos com os quatro anos de governo, “Depois que entrou o Bolsonaro, não teve ajuda de nada mais, nada, nada, nada”. (Sra., R., entrevista, jan., 2023). “Nada, com esse Bolsonaro não saiu nada. Eu queria que voltasse a CONAB⁴⁴. Você plantava à vontade e distribuía na cidade. Um caminhão repleto de verdura”, (Sr. C., entrevista, jan., 2023), fazendo referência ao Programa de Aquisição de Alimento (PAA).

Em relação às divisas na extensão do assentamento, são compostos por sítios e uma fazenda de produção de leite, mas, como explicado pelo Sr. J. (entrevista, jun., 2022), há o cercamento da cana: “Mas já tem lote aí que a cana já está beirando eles, inclusive beirando aqui já está chegando a cana, tem uma ponta aqui que já começa cana. A cana vai chegando né”.

Assim, pela fala do assentado e com os dados apresentados nos capítulos anteriores, observa-se que a escassez de incentivos governamentais e o cercamento pela cana-de-açúcar aos assentamentos são características da região, visto que constitui a história latifundiária de Andradina e as contradições e sujeição da renda da terra vão ganhando contornos mais evidentes, principalmente quando nos deparamos com os processos de produção e comercialização do PA.

⁴⁴ Companhia Nacional de Abastecimento – (CONAB).

5.5 O PROCESSO DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO NO PA ARIZONA

A agricultura familiar camponesa, como já mencionamos neste trabalho, produz a maior parte dos alimentos consumidos no país, cada vez mais importante para a garantia da soberania alimentar, mesmo com as incessantes tentativas de apagamento desse sujeito social, através da institucionalização de leis e decretos ou da sujeição da renda ao capital.

Então, as contradições e sujeição ao capital vão evidenciando-se no PA Arizona, que deveria ser um espaço de conquistas dos movimentos sociais e políticas públicas dadas a história e notoriedade de Andradina em relação às disputas de terra. Hoje se encontra disperso desses ideais, pois a presença do monopólio do capital dita as contradições e o enfraquecimento da agricultura familiar camponesa.

Em relação às principais atividades realizadas no Projeto de Assentamento Arizona, estão presentes a agricultura, com a produção de hortaliças, e a produção de leite. Nas hortas têm produção de couve, alface, rúcula, repolho, cheiro verde. Tem lote que produz os dois (leite e horta).

Para as famílias que possuem horta, uma das formas de escoamento é realizada através da Cooperativa Canteiro Agrário, esta direciona os produtos para a merenda escolar e uma empresa particular de parque aquático do município, como explicado pelo Sr. C. (entrevista, jan., 2023): “É, pela cooperativa de um rapaz que foi montada aí na cidade. Aí a gente leva lá, tem um barracão que a prefeitura doou. Aí a gente leva lá. Aí de lá ele coloca no carro dele e distribui. E já ajuda também, né”.

A figura 19 demonstra a horta apresentada, com muita satisfação, pelo Sr. C. e na lateral a plantação de mandioca.

Figura 19- Assentamento Arizona/Andradina (SP) - Produção de Hortaliças



Fonte: Trabalho de campo (20.jan.2023). Foto: da autora.

O centro de distribuição da Cooperativa Canteiro Agrário fica na área urbana do município de Andradina em um bairro com principais características residenciais e de pequenos comércios, bem como outras estruturas da prefeitura (Almoxarifado e Viveiro Municipal de Andradina), como demonstrado na figura 20 e na figura 21

Figura 20-Sede da Cooperativa Canteiro Agrário – Andradina (SP)



Fonte: Trabalho de campo (02.fev.2023). Foto: da autora

Figura 21- Barracão de distribuição das produções agrícolas – Andradina (SP)



Fonte: Trabalho de campo (02.fev.2023). Foto: da autora

Outra forma é a venda direta nas feiras livres ou barracas no município, como citado pelo Sr. M. (entrevista, jan., 2023): “das hortaliças eu mesmo comercializo. Vendo nas feiras, né, tudo com recurso próprio”. Como também acontece no relato do Sr. C. (entrevista, jan.

2023), no seu ponto de venda na cidade há nove anos. “Eu mesmo fiz um ponto ali na cidade, perto da escola. Estou ali faz nove anos. No mercado não compensa entregar, né, porque o que não vende você tem que repor né”.

Entretanto, a forma majoritária de escoamento dos produtos de horticultura é pela Cooperativa Canteiro Agrário, mesmo que essa não esteja vinculada ao Programas de Aquisição de Alimentos (PAA), entretanto, em contato com um de seus representantes, este informou que em breve será compactuada a parceria. Atualmente, o contrato é direto com a administração pública municipal e a empresa privada de parque aquático do município.

Observamos a fragmentação da comercialização, a atuação de atravessadores e o interesse em realizar vendas diretas com as empresas, como apresentado na fala da Sra. J. (entrevista, out., 2022), na qual explica que suas verduras são vendidas para serem revendidas por feirantes. E acrescentado pelos relatos do Sr. C. (entrevista, jan., 2023) em que conta da sua vontade de fazer negócio direto com as empresas em detrimento da cooperativa:

[...] Selvira, que agora abriu uma fábrica de ração de cenoura. Inclusive, eu mesmo estava querendo ir lá, fazer minha ficha para eu mesmo entregar lá. Mas eu tenho medo de ir lá, eles tesourar eu na merenda e no parque aquático, mas tenho certeza de que, se eu for, o preço é outro. O próprio ITESP falou: ‘rapaz vai lá e você mesmo entrega lá, a própria prefeitura te fornece o caminhão para você entregar lá’. Até agora estou quieto, mas na hora que virar das avessa eu vou lá.

Como apresentado por Melo e Scopinho (2018), há um distanciamento entre o modelo de cooperação forjado pelas políticas públicas e as condições objetivas e subjetivas que os assentados dispõem para trabalharem como cooperados. As experiências e ganhos políticos conquistados ao longo do período do acampamento são transformadas com o período de implementação do assentamento rural, já que os assentados ficam diante de uma série de exigências de produção e comercialização, o que acaba por exigir dos assentados outras formas de interação social e de arranjos institucionais, muitas vezes estranhos aos sujeitos. Ainda que traga uma perspectiva de comercialização de seus produtos e participação em processos decisórios, não há uma correspondência às demandas concretas do sujeito. Então, observamos a presença de uma lógica que é de autonomia, mas não no sentido de liberdade, mas da livre iniciativa, seguindo uma lógica do mercado. O que acaba por reforçar o descompromisso do Estado e a responsabilização do sujeito sobre sua condição.

Na prática as relações permanecem pautadas na competitividade e desconfiança. Assim, essa cooperação institucionalizada construída apenas para atingir ideais políticos serve como

instrumento para o capital. Mas, para o camponês, a cooperação é um modo de levar a vida que possibilita enfrentar dificuldades.

Arelado a isso, diante do histórico de violências, subordinações e injustiças, a institucionalização da cooperação traz um desamparo: “sentido pelo sujeito diante da minimização das proteções o coloca em situação de fragilidade e insegurança, devendo ajustar-se às constantes mudanças e ao desconhecido, na impossibilidade de ter qualquer controle do presente e previsão do futuro”. (MELO e SCOPINHO, 2018, p.81).

A falta de infraestrutura, de orientações e supervisão técnica e burocratização da política para conseguir recursos acaba por trazer a dependência dos assentados às cooperativas. Assim, observa-se uma problemática na implantação, uma vez que apresenta uma desarticulação com as diferentes esferas governamentais.

Como apresentado por Valério (2019), através desses processos que as relações não capitalistas camponesas são apropriadas e utilizadas pelo capital para sua reprodução. Então, a intensificação dessas relações comerciais das produções agrícolas desvaloriza a produção do assentado, visto que a renda passa por diversas mãos (intermediários, atravessadores, atacadistas) e acaba por chegar parcialmente ao camponês. Assim, o capital controla a produção no campo e os preços dos produtos.

Percebe-se como a sujeição da renda da terra está presente e é intensificada pela ausência ou até mesmo reforçada pelos órgãos presentes. Conflitos políticos e institucionais repercutem diretamente na vida dos assentados com a consequente desvalorização de seus produtos e o descrédito em relação à confiança dos órgãos cooperativos e sindicatos e ainda somadas às ações e planejamentos exógenos aos interesses dos assentados, como por exemplo quando explicam das dificuldades de transporte desses produtos:

Porque às vezes pede pra mim 20 pés de alface, para o outro cinco. Em vez de vim pegar aqui no barracão faz cada um levar seu pouquinho lá, no preço que está a gasolina. O erro está aí eu acho. E a gente já foi passado para trás por causa disso aí que eu sei. Nós ganhamos um dinheiro em São Paulo, fizeram uma reunião em São Paulo a gente ganhou um dinheiro e esse dinheiro foi desviado. Era para estufa esse dinheiro, um milhão e cem. Esse dinheiro foi desviado. Eu queria ter o papel na mão que eu ia desmascarar os dois que desviaram o dinheiro. Não vou citar nome senão fica chato. (João Teixeira, entrevista, jan. 2023).

Observa-se que o mercado e os jogos de interesses do Estado também interferem na produção dessas famílias que alimentam os munícipes de Andradina, então sobre a valorização de seus produtos Sr. C. (entrevista, jan., 2023) explica:

Olha, tinha que ser, mas não está sendo não. Tem muito atravessador. O próprio trabalhador não ganha dinheiro não. Quem ganha dinheiro é o atravessador. O que compra mercadoria da gente para revender, a gente vende barato pra ele e lá ele recebe um preço danado. O mercado por exemplo, compra 2,50 e vende a 6 reais. Se parar a cooperativa aí eu fico só na minha banca.

Como apresentado nos capítulos anteriores, a sujeição da renda da terra através da subordinação do capital também acontece pelo controle dos preços dos insumos para a produção, como apresentado pelo Sr. M. (entrevista, jan., 2023): “Ah, um pouco é a defasagem do produto, né. Hoje em si, os insumos, as coisas estão muito caro e os produtos que a gente tira estão um pouco bem defasado, então aí fica difícil da gente trabalhar, né”. Acrescentado também na fala da Sra. J. (entrevista, out., 2022):

O serviço daqui não é muito valorizado. Porque o preço de tudo sobe, mas quando você vai subir da sua mercadoria reclamam que está caro. Só que durante anos a gente tenta manter, não subir para o cliente. Mas chega uma época. Por exemplo meu pai foi comprar adubo hoje e pagou 800 e poucos reais. Se a gente for adubar conforme deve ser adubado não dá para dois meses. Aí se você for colocar o gasto que você tem em cima da sua produção, você tem que aumentar o valor do produto, só que aí, acaba não vendendo. Então não é muito valorizado.

Neste contexto, há dois movimentos presentes na produção camponesa: parte da produção é utilizada para o autoconsumo e a outra parte é comercializada como mercadoria. Neste último é quando o capital começa a se apropriar do valor criado pelo trabalho do camponês, muitas vezes expresso no trabalho familiar, impondo preços subvalorizados e dessa forma, sujeitando parte da renda da terra ao capital.

É essa relação que Martins (1983) caracteriza como a sujeição da renda da terra ao capital, visto que não é a sujeição do trabalho assalariado ao capital, mas a dependência do camponês às possibilidades que o capital lhe oferece. Nesse sentido, a consequência é a desigualdade produzida que impacta, diretamente, os camponeses, já que os capitalistas, com o controle, que exercem, manejam seus lucros e interesses de produção encarecendo os insumos agrícolas, maquinários, financiamentos e incentivos governamentais.

O PA Arizona não possui hortas com produtos orgânicos, como apresentado pela Sra. J. (entrevista, out., 2022):

[...] Aqui a gente evita usar o máximo que pode o agrotóxico. Só que se você não passar é muita doença que dá, é besouro, é ferrugem, é pulgão. Só

combatente orgânico não consegue combater. Então aqui a gente não tem orgânico. Mas também o preço do agrotóxico subiu pra caramba, então, já economiza no uso também.

Tal produção, com capacitação, orientação e investimentos do Estado poderia elevar os preços do produto e valorizar o trabalho do camponês, mas, novamente, observamos o capital exercendo seu controle com os insumos, numa parceria perversa da ausência do Estado com a ausência de valorização desse tipo de agricultura, o avanço da modernização do campo e os baixos incentivos do governo para as famílias nos assentamentos. Desse modo, os camponeses encontram-se muitas vezes subalternizados. Tal condição acaba por ampliar a dependência aos interesses capitalistas ou, ainda, numa resposta ainda mais perversa do sistema, abandonam/repassam suas terras dada a ausência de recursos e orientações, como explicado pelo Sr. J. (entrevista, jun. 2022): “Só essa semana foi embora três lotes. Que foram passados, só essa semana. Mas tem mais. Tem que já foi vendido, tem sete que foram vendidos”.

Torna-se imprescindível citar a importância das ações e incentivos do Estado, visto que, mesmo num cenário desfavorável, os camponeses resistem e produzem alimentos para a sociedade e visualizam sua importância diante de tal cenário, como expresso pelo Sr. M. (entrevista, jan., 2023): “A roça é o futuro, por mais que tenha outros segmentos, a comida vem da roça, né? Então a gente tem que seguir firme, então o que vai virar o dia de amanhã? Seus netos vai comer o que? O negócio é feio”. E a lembrança de um tempo em que se visualizava melhor comercialização e valorização de seus produtos, como relatado pelo Sr. F. (entrevista, jan., 2023): “Tinha a CONAB, pegava de tudo. Foi quatro anos bem sofridos mesmo, sem ajuda de nada. Nem empréstimo tem aprovado. Até o banco do povo que era fácil fazer empréstimo ficou muito difícil”. E reafirmado pelo Sr. C. (entrevista, jan., 2023), sobre a existência de atuais incentivos “Nada, com esse Bolsonaro, não saiu nada. Eu queria que voltasse a CONAB. Você plantava à vontade e distribuía na cidade. Um caminhão repleto de verdura. Mas o Lula saiu fora e acabou o projeto. Dizem que vai voltar”.

É neste movimento contraditório e combinado do capital no campo que há a permanência simultânea de resistência e adaptação do campesinato ao novo modelo e contexto socioeconômico, no trabalho cotidiano na terra em meio a tantas dificuldades, como apresentado pela Sra. I. (entrevista, jan., 2023)

Muito difícil trabalhar na roça, pelo amor de Deus. Gente que trabalha na roça tem que pular uma cerca, tem que arar uma terra, tem que ver o que precisa, tem que adubar aquela terra. Então é uma coisa que tem que estar de cima, né,

você tem que estar olhando, você tem que estar cuidando e meu marido faz tudo isso até hoje.

Quanto ao processo de produção e comercialização do leite, para o escoamento da produção, o assentamento possui resfriador comunitário, como apresentado anteriormente, no qual cada assentado leva a sua produção e o caminhão da Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados e Pequenos Produtores da Região Noroeste do Estado de São Paulo (COAPAR) retira em dias alternados.

A figura 22 demonstra o resfriador comunitário, e as figuras 23 e 24 os animais bovinos de criação para a produção leiteira.

Figura 22-Assentamento Arizona/Andradina (SP) – Resfriador comunitário COAPAR



Fonte: Trabalho de campo (16, out, 2022). Foto: da autora

Figura 23 – Assentamento Arizona/Andradina (SP): Vacas para produção de leite



Fonte: Trabalho de campo (16, out, 2022). Foto: da autora.

Figura 24-Assentamento Arizona/Andradina (SP) – Curral



Fonte: Trabalho de campo (20, jan., 2023). Foto: da autora.

Entretanto, como apresentado no relato, há assentados que possuem seus próprios tanques de resfriamento, pois vendem para empresas particulares, expresso pelo Sr. M.

(entrevista, jan., 2023), que vende sua produção para a empresa Quatar, de Teodoro Sampaio, mas explica: “Tem umas par de firma que anda aqui, né. Tem a COPRIMA⁴⁵, tem a COAPAR, tem a Líder, tem um monte de firma aqui. Aí vai da negociação com o produtor. Mas não é obrigado entregar para uma firma assim não, o comercio é livre”.

A compreensão neoliberal de comércio livre, expressa na negociação direta das empresas privadas é a notória expressão da monopolização do território na produção de leite do PA Arizona, visto que traz a ideologia de liberdade de escolha para os assentados, entretanto, há a subordinação de suas produções às empresas e, conseqüentemente, a competitividade.

Contraditoriamente, a produção de leite é uma estratégia de recriação do camponês no assentamento, como expressado em alguns relatos dos entrevistados, pois estes colocam a produção de leite como possibilidade de permanência na terra em decorrência do envelhecimento e dos seus problemas de saúde, e os filhos, como possuem trabalho acessório, não apresentam disponibilidade de tempo necessário para a manutenção de hortas e para a comercialização, como explicado pelo Sr. C. (entrevista, jan., 2023):

Se tivesse vindo antes, olha a idade que já estou. Se mais cedo tivesse entrado, acho que eu estava bem melhor, mas a gente veio numa idade avançada, passou dos 50 anos, você não é mais uma pessoa de 30, 40 anos. Seus nervos vai enfraquecendo. E não é só eu não. Foi o serviço que a gente fazia, o serviço mais pesado, braçal de corte de cana. Isso que acabou com a gente. É o dia todo. E se não tivesse ido pro sem-terra que a gente tinha? Nada! Sofrendo lá com uma aposentadoria.

Portanto, estamos diante de outra recriação camponesa perante a sujeição da renda da terra e atravessada pelo extremo que o capitalismo impõe, o trabalho acessório como estratégia das famílias para a permanência na terra.

Além disso, em meio ao envelhecimento, visualiza a diferenciação da classe camponesa em comparação com a classe assalariada. Como também expresso pelo Sr. C. (entrevista, jan., 2023): “Eu sempre trabalhei na cana e eu não gostava de lá e quando saiu esse negócio aqui para gente acampar aqui pra mim foi uma benção porque fui enfrentar minha vida para ter minha terra pra viver”. Assim, em meio as perversas artimanhas do capital, encontramos no PA Arizona a terra de trabalho, a terra lar.

A terra, como apresentado por Tavares (2020), não é vista como uma propriedade comercial/mercantil, pois o próprio uso é o valor e a família para além da compreensão de mão

⁴⁵ Cooperativa Agropecuária Primavera – COPRIMA

de obra, mas uma unidade indivisível onde não se pensa a terra sem pensar na família e não se pensa na família sem pensar na terra. Mesmo as famílias em que há membros que trabalham fora, não deixam de ser agricultores familiares camponeses, já que o trabalho acessório de algum dos membros é a estratégia de permanência na terra.

Como trabalhado no capítulo anterior, compreendendo as características próprias de produção do camponês como dentro do capitalismo, mas seguindo uma lógica não capitalista, assim são criadas formas de resistência e enfrentamento dessa subordinação ao capital, como as cooperativas e, em relação ao incentivo de produção e comercialização do leite, no assentamento Arizona, destacamos a COAPAR.

As cooperativas são marcos importantes e necessários para a concretização, permanência e valorização da produção dos assentados rurais, marcadas por lutas e atos políticos necessários para visibilidade dos verdadeiros sujeitos do campo.

Assim,

[...] a cooperação agrícola tem sido incentivada e adotada como alternativa para melhorar as condições produtivas e comerciais, envolvendo a compra de insumos, o acesso à infraestrutura e melhores condições de venda da produção, possibilitando reduzir a subordinação nas relações que estabelece nos mercados, repercutindo no aumento da produtividade e da renda obtida nos estabelecimentos de agricultura familiar. Ela surge como reação dos agricultores familiares à exploração que eles sofriam por parte dos atacadistas e industriais que lhes compravam a produção e, mais recentemente, também por parte dos industriais que lhes vendem sementes, fertilizantes, inseticidas, equipamentos mecânicos etc. (SILVA, NUNES, 2023, p. 5).

Durante o período de elaboração da pesquisa, no dia 24 de junho de 2022, foi realizada a inauguração do laticínio da Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados e Pequenos Produtores (COAPAR), importante marco, dada a quantidade de assentados que produzem leite e seus derivados.

Figura 25 – Andradina (SP) - Inauguração do laticínio da COAPAR



Fonte: Trabalho de campo (24, jun.2022). Foto: da autora.

Em meio a tantas desvantagens, mostra-se a importância dos movimentos sociais, mesmo com suas fragmentações e divergências, como já refletimos anteriormente. Diante da morosidade do Estado, são os sujeitos sociais e sua capacidade de organização e transformação que constroem a possibilidade de permanência do camponês, mesmo sujeitado ao capitalismo. Sem essas medidas, aumenta-se a falta de autonomia dos assentados e o controle do território pelo agronegócio.

O agronegócio ganha destaque na territorialização do capital presente na região e como destacamos ocorrendo uma substituição das lavouras alimentares para o plantio de monoculturas, na região de Andradina, em destaque, a cana-de-açúcar. E como apontado por Santos (2014), são muitos os elementos que sustentaram a expansão do agronegócio no Brasil e o consolidaram como modelo de desenvolvimento hegemônico no campo brasileiro.

O agronegócio é um modelo limitado no presente, com seus objetivos imediatos diferentes da agricultura familiar camponesa que busca a diversidade, a sustentabilidade, com valorização da terra de trabalho, da família e não a terra de negócio. Assim, uma característica da agricultura familiar camponesa é a diversificação das atividades que está para além da geração de renda, haja vista que o objetivo não é só ampliar as vendas, mas garantir o autoconsumo da família. (WANDERLEY, 2009).

Consequentemente, a escolha das diversidades das produções também está implicada na garantia de sua autonomia, assim, compreensões apenas de caráter econômico não são suficientes para compreender as escolhas das famílias camponesas. Como salientado pela Sra. T. (entrevista, jan., 2023): “A pessoa que quer trabalhar não passa necessidade. Você pode plantar aqui uns cinco, dez pé de mandioca, abóbora, quiabo, o que quiser. Você não passa fome. Dá para você ter de tudo um pouquinho”.

Mas o avanço e o cercamento da cana-de-açúcar afetam o cotidiano de trabalho do camponês e suas produções, sejam as utilizadas para a comercialização ou para o autoconsumo, como apresentado pela Sra. O. (entrevista, jan., 2023): “Ah, tem um bocado de coisa, banana, manga, tinha laranja, mas morreu tudo, o veneno da cana matou tudo, tinha abacate, mas morreu tudo. É o veneno que mata”.

As contradições e sujeições do capital vão evidenciando-se e o PA Arizona, que deveria ser um espaço de conquistas dos movimentos sociais e políticas públicas dada a história e notoriedade de Andradina em relação às disputas de terra, hoje encontra-se disperso desses ideais, nos quais a presença do plantio da cana-de-açúcar dita as contradições e a vulnerabilidade da agricultura familiar camponesa comparando-se à agricultura capitalista, vinculada ao agronegócio. (ARLINDO, 2022)

A cana-de-açúcar cerca os arredores do assentamento, trazendo novas preocupações como a degradação ambiental pelo desmatamento e morte das árvores frutíferas, perda da biodiversidade, contaminação do solo e dos rios pelo uso de agrotóxicos, dentre outros aspectos fortemente vinculados à expansão dos monocultivos do agronegócio.

Tais condições expressas nas falas dos assentados, como por exemplo, quando o senhor J. explica o prejuízo da biodiversidade com cercamento da cana-de-açúcar: “[...] aqui tem um vizinho, tinha casa, tinha pé de manga, pé de laranja, eles cortaram tudo, arrancaram e plantaram tudo cana. Você chegava lá tinha um passarinho comendo uma manga, uma coisa linda e não tem nada mais, acabou tudo”. (Sr. J., entrevista, jun., 2022)

Observamos também os impactos e as consequências do agrotóxico que são relatadas na destruição das produções dos assentados como expressas nas falas da Sra. J., quando se refere ao uso de agrotóxicos: “[...] para quem tem horta na hora que o avião passa, tem feirante conhecido do meu pai que tem horta já aconteceu de o avião passar para pulverizar a cana e matar a hortaliça inteira”. (Sra. J., entrevista, out., 2022)

E, consequentemente, a insegurança diante do avanço da monocultura da cana-de-açúcar, como apresentado pela Sra. T.: “Sim, muitos pés de manga já morreram por causa disso.

Querendo ou não o avião quando passa respinga em tudo. Mas se a cana também tomar conta? A gente sabe de onde veio, mas não sabe para onde vai, né?” (Sra. T., entrevista, jan., 2023).

Sr. J. (entrevista, jun., 2022) acrescenta a revolta com a impunidade e o poder exercido pelos capitalistas

Do veneno da cana? Sim. Às vezes a pessoa fala assim: mas como morreu uma planta e a outra não morreu? Mas até no pasto mesmo, você passa e não pega em todos. Só que o nosso morre demais, manga mesmo tá seco e vai secando e os pés de laranja você passa veneno para proteger e sempre tá com as folhas enroladas. Porque os aviões passam a rajada tudo por cima aqui. E ele podem, eles podem tudo, fazendeiro pode tudo.

[...] Teve aqui também uma pessoa pra frente do trevo que tinha uma roça bem grande, eles meteram a máquina, porque lá é meio escondido e prepararam uma área de APP, bem úmida para plantar milho e feijão é uma beleza né, aí eles foram lá e fez eles plantar lá, tem lugar lá que plantaram umas mil mudas, isso aí eu vi. Aí os arrendatários que planta milho, mas para quem planta cana eu nunca vi. Não estão reflorestando nada. Se você ver aqui tem um vizinho tinha casa, tinha pé de manga, pé de laranja, eles cortaram tudo, arrancaram e plantaram tudo cana. Você chegava lá tinha um passarinho comendo uma manga, uma coisa e não tem nada mais, acabou tudo. Mas é assim, né?

A figura 26 e a figura 27 mostram o cercamento da cana-de-açúcar pelas terras vizinhas do PA Arizona, principalmente no limite dos municípios de Andradina e Castilho. Esta plantação de cana-de-açúcar localiza-se em frente ao PA, separada apenas pela estrada. Então, como relatado pelos assentados, quando ocorre a pulverização aérea, o vento direciona o agrotóxico para o assentamento.

Figura 26- Andradina (SP) – Plantação de cana-de-açúcar



Figura 27- Andradina (SP) – Plantação de cana-de-açúcar 2



Fonte: Trabalho de campo (12, fev.2023). Foto: da autora.

É possível identificar também as consequências da desigualdade e subordinação: são apresentadas e materializadas no desmonte das políticas públicas e dos incentivos do governo, como apresentado pela Sra. T. (entrevista, jan., 2023): “Na época do Lula, a gente vivia muito bem, mas na época do Bolsonaro a gente se apertou porque ele queria até que a gente fizesse negócio com o agronegócio. Ele não queria mais assentamento”.

Tal preocupação é complementada pelo Sr. J. (entrevista, jun., 2022):

Esse Bolsonaro aí não sei não, o que ele está fazendo com os sem-terra é uma cagada. Ele quer fazer o sem-terra plantar 70% de cana, aqui nos assentamentos de Castilho já está começando a plantar 70% do lote em cana. Quando a gente consegue a terra, já falam é para o coletivo, não que eu seja contra a cana, mas a cana é do fazendeiro, não é do assentado. Pensa, você planta 70% de cana, sobra os 30% para você plantar uma horta a maioria dos usineiros passam veneno de avião, você vai colher mais o que? Nada. Você não vai colher nada, o veneno mata tudo.

Há também a reflexão desses sujeitos sociais sobre os direitos, sobre a produção da desigualdade e do desamparo dos órgãos que deviam apoiar e realizar os incentivos de programas para orientação, financiamento e produção do assentado:

Hoje estamos, como se diz, jogados às traças, não tem mais ninguém que cuida de assentamento. Tem o ITESP aí, coitados. [...] mas eles não liberam nada

pro ITESP, então parou tudo, tá tudo parado. [...] não tem mais visita em lote nenhum. Tinha os técnicos, né? Para te orientar numa horta, de um veneno para passar, hoje não tem mais nada, faz tempo que não tem nada. E se Bolsonaro ganhar de novo aí que não vai ter mesmo. Para ele tanto faz, né? Tem gente que acha bom ficar assim, mas para muitos não tá legal. (Sr J., entrevista, jun., 2022)

Como destacado pela Sra. R. (entrevista, jan., 2023), sobre situações que passaram no início da ocupação no assentamento Arizona:

Deu dó de ver gente perdendo a produção, canteiros inteiros, de alface perderam tudo. Eles falavam assim, pode plantar que a gente vem pegar, quando chegava a hora eles não viam, muito prejuízo a gente teve. Não só a gente, mas geral, mas aí foi indo que começou a plantar só aquele pouquinho pra ir vendendo, a gente vai plantando pra ir vendendo um pouco.

E ainda, sobre as dificuldades apresentadas pelo Sr. C. (entrevista, jan., 2023), continua:

A falta de ajuda, né, se tivesse um maquinário. Tem da prefeitura, né, mas vem quando quer. Gastei 6 mil, 2 alqueire e meio aí que eu comprei semente. Joguei o maquinário aqui de manhã cedo, eles veio, levou o trator e a grade e falou que não ia precisar passar a grade não porque ia chover 38mm, vai ver se nasceu algum pé de capim lá? Perdi meus 6 mil.

A fragmentação dos movimentos sociais e o período de governo dos quatro anos de Jair Bolsonaro trouxeram ainda mais preocupação quanto à permanência dos camponeses na terra, principalmente em relação à discussão de obtenção das titulações, como sua principal política para os assentamentos rurais, e arrendamento dos lotes para a monocultura da cana-de-açúcar, como também ressaltado na fala da Sra. J. (entrevista, out., 2022):

E, segundo meu pai, se aparecer aqui (projeto de arrendamento dos lotes) e derem a titularidade e poder arrendar para a cana, eles vão arrendar, muitos vão arrendar. Porque a maioria só mora, não cria gado, não produz nada para vender. Porque as vezes a pessoa não tem condição de tirar toda a renda da família. Então acaba arrendando ou acaba indo trabalhar fora. Por exemplo, em casa meu esposo trabalha fora, mas de tarde ele chega e ainda faz as coisas do sítio, tem porco, tem mandioca plantada então é um horário que ele vai cuidar desses outros afazeres. Mas se fosse pra gente suprir dali tudo, aí não teria condições de tirar a renda toda da família dali. Aqui no meu pai, tem a horta e tem o leite, só que tem época do ano que o leite diminui, então a horta sustenta, tem época que a horta diminui, o leite sustenta mais, né.

Contudo, acrescenta a preocupação com o arrendamento dos assentados e a compreensão de risco que tal condição pode trazer para as vidas das famílias: “Aprovado já foi

(o projeto), mas tinha família junto com o INCRA discutindo porque não aceitava que outras famílias fizessem isso. No caso de um incêndio, cana pega fogo, não sobra nada, ameaça de sobreviver a pessoa da casa com esse projeto deles” (Sra. J. entrevista, out., 2022).

O PA Arizona foi constituído no auge da territorialização das usinas de álcool e de açúcar da região, contudo suas famílias ainda não possuem o título de propriedade da terra. Entretanto, cabe trazermos para o questionamento o ciclo de concentração fundiária destacado nos capítulos anteriores da região de Andradina, no qual a concentração de terras se reorganiza, trazendo novamente a especulação fundiária e manutenção da condição de pobreza de muitos camponeses, que contam com pouco apoio do Estado para a realização de suas produções.

Percebe-se como o avanço do capital no campo traz consigo características próprias dessa expressão, ou seja, é desigual e contraditório. No entanto, é nesta contradição que se torna possível a reprodução de formas de trabalho no campo, formas estas que não são tipicamente capitalistas, visto que no campesinato se mantém a propriedade de terra, entretanto, parte da renda de sua produção é apropriada pelo capital como forma de subordinar os processos de produção e comercialização camponesa.

Em meio a tantas dificuldades, compreendemos que a resistência está no cotidiano, na fuga da lógica de exploração, do respeito ao tempo, às estações, do respeito à natureza. A resistência está no processo de luta e permanência da terra, nas relações e nos vínculos criados no modo de se fazer camponês.

O passado e o presente nos apresentam que os sujeitos principais da história de luta não são passivos e constroem suas histórias e seus ideais no cotidiano, nas resistências que mobilizam transformações de uma nova identidade para a permanência e consolidação das gerações que vivem na e pela terra.

6 OS SUJEITOS SOCIAIS – TERRA DE TRABALHO E AS MARCAS DA CAMPESINIDADE

6.1 A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO SOCIAL E A DIALÉTICA OBJETIVIDADE E SUBJETIVIDADE

Neste capítulo, vamos destacar as histórias narradas pelos assentados perpassando uma ótica do significado e sentido enquanto compreensão e caracterização desses sujeitos sociais como classe camponesa, na perspectiva de terra de trabalho, terra lar, terra que está repleta de vida, história, encontros, desencontros e singularidades

Quem são os camponeses? Compreendemos que, para além de conceitos e generalizações, o que resulta nossa resposta é: são realidade, pois “Um camponês não é uma palavra vazia” (SHANIN, 2005, p. 18)

Portanto, na exposição das histórias que se aproximam e se distanciam sem perder a compreensão de unidade, ressaltamos que, nesse movimento de distinção e igualdade, forma-se a unidade dialética do camponês do PA Arizona, pois, em seus relatos, estão expressos, cada qual a seu modo, através de seu recorte mnêmico, mas que representa, sobretudo, a luta pela terra, a terra de trabalho e a permanência da campesinidade.

O sujeito que queremos apresentar nesse momento é o sujeito constituído pela sua história, pelas suas relações e dotado de potência de ação de transformar e ser transformado. Ou seja, um sujeito que possui consciência que, em sua gênese e genuinidade humana, apresenta pensamentos, afetos e motivação. Pretendemos, portanto, evidenciar a importância da compreensão afetiva e da subjetividade na luta pela/na terra à luz da constituição histórica e cultural do sujeito.

Ciampa (2001) compreende os sujeitos como síntese do singular e do coletivo, ou seja, apresenta compreensão não dicotômica da realidade como: subjetividade e objetividade; sentimento e razão; privado e política; individualidade e coletividade e exclusão e inclusão. Como apresentado por Maheire (2008, p. 52-53), “ser sujeito é ser, ao mesmo tempo, subjetividade e objetividade, é ser objetividade que se subjetiva, subjetividade que se objetiva, constantemente”.

Na unidade dialética, objetividade e subjetividade, mediada pela realidade concreta de vida dos sujeitos, “há transformações e reproduções que se constituem num movimento espiral de quedas e avanços, onde os sujeitos expressam, ao mesmo tempo, sua situação atual, as

formas de opressão e um certo devir, apontando possibilidades futuras de superação”. (MAHEIRIE, 2008, p. 54).

Apresentar a dimensão subjetiva da luta pela/na terra é realizar uma aproximação com a campesinidade, visto que a desconsideração dos processos psicossociais implicados na história de luta desses sujeitos sociais apresenta o risco de cairmos na fatídica compreensão homogeneizada de suas histórias. Uma perspectiva própria do capitalismo, individualizante, produzindo uma compreensão distante do “eu” e vista somente como problema do “outro”, ou seja, estranho ao cotidiano, da ética da vida. Portanto, sem conhecer o processo de construção subjetiva/objetiva de uma classe social, esse torna-se estranho ao outro, insignificante.

Cada história do sujeito no singular é também a própria história coletiva e se constitui nessa dialética do passado, das ações e consciência do presente e a busca do futuro desejado. Ou seja, das novas perspectivas de uma construção histórica. É na sua relação concreta com o mudo que constituirá sua subjetividade e, conseqüentemente, através dos significados apropriados pela produção humana, atribuirá seu sentido único e pessoal.

Notadamente são nas relações concretas da vida que acontece a possibilidade de superação perversa do capital, estabelecendo convergências entre a teoria e a prática e reconhecendo as necessidades humanas em sua complexidade na síntese objetivo e subjetivo.

A história de cada um desses sujeitos não pode ser compreendida como uma coisa qualquer, mas envolve o homem por inteiro e nas suas relações com os outros, como sujeitos plurais que criam e recriam novas relações, a saber: partimos da compreensão da constituição histórica e cultural do homem, na qual somos formados pela experiência vivida, pelas relações do presente e dos projetos do futuro, visto que:

[...] princípios epistemológicos, os conceitos, as generalizações e os modelos não são a realidade, que é, de fato, infinitamente mais rica. Isso torna sem sentido uma pergunta genérica, tal como: ‘Os camponeses são um modo de produção, ou uma economia, ou uma classe?’, pois esses conceitos não são mutuamente excludentes, nem intercambiáveis; as luzes que trazem podem ser tomadas. (SHANIN, 2005, p.15).

Separamos dois principais temas para expor a fala desses sujeitos: significado da terra e sentimento, subdividindo as fontes orais em três principais marcadores da constituição histórica do sujeito: passado, presente e futuro. Evidenciando, portanto, a presença da campesinidade nos detalhes, no cotidiano, nas falas embargadas pelo choro e pela certeza de ser o que são, mesmo no cenário hostil que o capitalismo os submete.

Claro que não pretendemos cair num ecletismo que resulta numa fragmentação, por isso nosso posicionamento é fundamentado na importância central desses “sujeitos da história social” (SHANIN, 2005, p.15), através da narrativa de suas histórias, que significam e ressignificam a história da sociedade brasileira, numa dimensão que caminha do micro para o macro e do macro para o micro, sem cair na homogeneização e cristalização de sujeitos singulares.

6.2 O PASSADO: HISTÓRIA QUE REVERBERA

Como detalhamos nos capítulos anteriores, o país é marcado pelo caráter histórico da desigualdade e da concentração de terras concomitante com ineficaz reforma agrária. Tal conjuntura é resultante do capitalismo que apresenta artimanhas perversas para sua produção e reprodução, visto que exclui para incluir, ou seja, expulsa e expropria os sujeitos sociais para incluir de forma perversa.

É necessário compreender a dialética exclusão-inclusão para não cair na ingenuidade de reduzir a reforma agrária na ilusão de que “ganhando” a terra tudo se resolve, haja visto as discussões anteriores da continuidade da desigualdade, da violência e, sobretudo, da concentração de terra.

Para Sawaia (1999), o processo dialético de exclusão-inclusão envolve três dimensões: a material, que diz respeito aos aspectos econômicos; a dimensão ética, que diz respeito às injustiças, discriminação e violência e a dimensão subjetiva, incluindo as dimensões cognitivas e afetivas.

A dimensão subjetiva e do afeto, por muitas vezes é ignorada nos estudos econômicos e políticos, entretanto nos propomos recuperar o caráter subjetivo acerca do processo dialético da exclusão-inclusão que camponeses desse estudo vivenciaram e vivenciam, inclusive a vivência de um sofrimento, não de caráter patológico e individual como as ideias liberais querem demonstrar, mas um sofrimento ético-político, pois é compartilhado, é resultado do sistema capitalista de opressão e dominação.

Na história dos Assentados do PA Arizona, as famílias apresentam histórico de gerações de trabalho na terra, no qual seus pais sempre viveram de roça, como expresso no relato do Sr. J. (entrevista, jan., 2023): “Meu pai nasceu e morreu na terra, nunca viveu sem ser na terra, plantando arroz, feijão, café”. Assim, percebemos que as histórias das famílias se assemelham, no que detalhamos no capítulo 2, pois a história de posseiros, arrendatários que, ao cumprirem o ciclo do arrendamento, seguiam expulsos e migravam para outras fazendas.

As famílias que vieram de Ribeirão Preto para Andradina eram cortadoras de cana-de-açúcar e, em alguns relatos, desde seus nove, doze anos de idade. Destacamos, então, o ciclo que o capitalismo os impõe, no qual a modernização do campo e o avanço do capitalismo no campo consolidou a concentração de terras e a expulsão dos camponeses.

Assim, a história dos sujeitos do PA Arizona deixa explícitas as condições das quais os camponeses foram tratados, em sua maioria, como nos relatos realizados, eram trabalhadores cortadores de cana-de-açúcar nas proximidades de Ribeirão Preto. Região marcada pelo discurso do agronegócio e, com a chegada da modernização pela mecanização, foram expulsos. (OLIVEIRA, 2003; THOMAZ JÚNIOR, 2010; LOPES, 2012).

Mesmo depois de assentados, novamente a cana-de-açúcar ameaça suas vidas, sua terra de trabalho com o uso de agrotóxico, com a morte de suas árvores frutíferas, suas produções, seus sonhos.

Entretanto, é a própria expulsão que revela sua classe e a organização da luta pela/na terra de trabalho, pois a identidade de camponês não se apaga com sua expulsão, ocorrendo um estranhamento, o não reconhecimento enquanto assalariado e o fortalecimento desse sujeito social. Então, apesar da diversidade em relação às formas de conquista da terra, existe uma história em comum, visto que, quando relatam suas vidas o sentido e o significado que a terra expressa, independentemente da forma como foi conquistada, são os que os unem.

Claro que tal processo não ocorreu quiçá sem sofrimento, Sawaia (1999) o chamará de ético-político, em decorrência das artimanhas da dialética exclusão-inclusão imposta pelo capitalismo, ao qual se inclui de forma subalterna para que se permaneça o controle. Tal sofrimento fica explícito nos relatos dos assentados no processo de acampamento, do descaso do Estado, das violências, do preconceito, ou seja, a inexistência de uma reforma agrária concreta.

Sawaia (1999) inaugura o conceito de sofrimento ético-político, pois é caracterizado pelo sofrimento determinado pelas relações sociais de desigualdade, por injustiças sociais e pelas mais diversas formas de opressão que são constituídas numa sociedade que tem como base a dominação e submissão.

Consequentemente, não há como desvincular a construção dos processos psicossociais (afeto, pensamento, ação) do entrelace do modo de produção no qual estamos inseridos, modo esse, como já apresentado, culmina sobretudo, em exploração e dominação da vida humana.

O sofrimento ético-político é entendido como a dor advinda de situações de desrespeito, discriminação, violações, subalternização, em síntese:

O sofrimento ético-político abrange as múltiplas afecções do corpo e da alma que mutilam a vida de diferentes formas. Qualifica-se pela maneira como sou tratada e trato o outro na intersubjetividade, face a face ou anônima, em que dinâmica, conteúdo e qualidade são determinados pela organização social. Portanto, o sofrimento ético-político retrata a vivência cotidiana das questões sociais, dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade. Ele revela a tonalidade ética da vivência cotidiana da desigualdade social, da negação imposta socialmente às possibilidades da maioria apropriar-se da produção material, cultural e social de sua época, de se movimentar no espaço público e expressar desejo e afeto”. (SAWAIA 1999, P.104).

Importante apontar que a expressão do sofrimento ético-político não é de análise individual, pois está atrelada a estrutura da sociedade capitalista e tem sua contextualização num dado tempo e espaço do homem.

A incorporação da dimensão afetiva no processo psicossocial e de análise crítica das consequências do modo de produção capitalista, como o processo de exclusão, torna-se imprescindível partindo da compreensão apresentada por Sawaia (1999): “uma vez olhada positivamente, a afetividade, nega a neutralidade das reflexões científicas sobre desigualdade social, permitindo que, sem que se perca o rigor teórico-metodológico, mantenha-se viva a capacidade de se indignar”.

Nota-se que o processo de exclusão-inclusão é um processo histórico que afeta todas as esferas da vida social e que é expresso nos sentimentos, nos significados e nas ações. Então os sujeitos do PA Arizona expressam suas experiências de exclusão em todas essas dimensões seja de forma objetiva – na desigualdade social que o capitalismo impõe, ou seja, na dimensão ética da injustiça e na dimensão subjetiva, do sofrimento. Como expresso pela Sra. R. (entrevista, jan., 2023) no período em que chegaram a Andradina:

[...] eles (moradores do município da área urbana) perguntavam para nós o que nós comia, mas o que vocês comem aqui no sem-terra se vocês não trabalham? ‘Ué a mesma comida que vocês comem’. [...] Quando a gente tava acampado lá no meio da pista eles desfaziam de nós, que nós era sem-terra que acampamos só para roubar, que era uns vagabundos.

Posteriormente, a resignificação dessa vivência expressa na brincadeira, com um sorriso na face, mas significativo simbolismo do alívio da conquista da sua terra de trabalho. “Hoje se alguém falar é sem-terra? Como é sem-terra? Tenho terra até debaixo da unha” (Sr. F., entrevista, jan., 2023).

Tal sentimento expresso nas pausas significativas em alguns relatos para trazer algumas situações vividas, do sentimento de frustração, pelo medo de serem enganados pela falta de escolaridade, das injustiças sofridas, da desumanidade dos órgãos que deveriam dar apoio, que reverbera no presente, no receio, na desconfiança, no sentimento de estarem sozinhos diante desses órgãos. No entanto, a potência humana está presente e, nas expressões apresentadas, foi possível identificar que os assentados buscavam nessas decepções uma forma de fortalecer a luta de resistência, a terra é unidade central nessa possibilidade de mudança, de potência de ação humana, de não se permitir viver na indignação das injustiças. A terra é o marco de suas vidas, entre o trabalho explorado e a liberdade, a terra não está definida na obtenção de lucro, mas na busca de dignidade e de cidadania.

Quando a Sra R. (entrevista, jan., 2023) foi questionada sobre o momento que mais marcou sua história, o choro foi inevitável e relata dois momentos: os despejos e a entrada na casa já pronta no assentamento, “Os despejos, né. O mais sofrimento, nós já tinha galinha”. E continua, sobre a melhor lembrança ao falar que os filhos foram nascidos e criados na lona:

Ah, foi na hora que a gente ganhou a terra, nós construiu a casa, os meninos ficaram bobo quando entraram na casa. Na hora que colocou energia, nossa Deus! A alegria que eles ficaram, porque não conhecia, né, não sabia o que era uma casa, né, sabia que existia casa porque ia pra escola e tudo, mas eles foram entrar numa casa tinham 14 anos. Quando eles falavam na escola, eles não acreditavam, quando [o filho] falava, ‘minha casa é uma lona, minha casa é feita de lona’. Eles não acreditavam que eles moravam numa lona, numa casa de lona. Não existia celular, né, para mostrar. E ele ainda fala que tem saudade do cheiro de lona nova. Ai menino, pelo amor de Deus, não me fala isso!

Essa transitoriedade é característica do modo de vida camponês, que marca a vida dessas pessoas garantindo o acesso à terra. Essa é uma forma que lhe traga segurança e dignidade para toda a família, a mudança da condição de sem-terra para dono de sua terra para criar e recriar o modo de vida camponês, como expresso pelo Sr. F. (entrevista, jan., 2023) sobre o sentimento de orgulho de ser assentado e de poder “falar que tenho minha terra, né, que conquistei, né? Com muito sofrimento foi conquistado, né”.

Dignidade expressa pelo trabalho exercido na terra, como relatado pelo Sr. F. (entrevista, jan., 2023), ao ser questionado como se reconhece: “Somos assentados, né, não temos o título aqui ainda. Me reconheço como um cidadão que trabalha para viver”.

6.3 O PRESENTE E O VIR A SER

A dimensão do tempo na constituição social do homem é um entrecruzamento entre as vivências do passado que possibilitam no presente suas ressignificações, ou seja, o processo de tomada de consciência não se dá de forma imediata, mas mediada pelas relações que perpassam as histórias singulares que se encontram, se formam e se transformam em histórias coletivas. Ou seja, não há presente sem passado, o passado está constituído no presente e o presente é metamorfose que ressignifica o passado e possibilita o novo para o futuro.

Nos capítulos anteriores do trabalho, explicitamos as mudanças realizadas no campo com o avanço do capitalismo, percorrendo a característica latifundiária de Andradina, violenta e excludente. Características as quais permanecem, pois “A complexidade vivida no momento histórico presente marca ambiguidades que ora avançam para a emancipação, ora reproduzem velhas formas de se fazer política através de novas formas de se exercer o poder” (MAHEIRIE, 2008, p.49).

O neoliberalismo impõe discursos ideológicos de manutenção do poder da classe hegemônica, este pode vir disfarçado de democracia⁴⁶, implicando diversas formas de exclusão e violência, “dependendo das forças ideológicas do momento, exclui o verdadeiramente novo” (MAHEIRIE, 2008, p.50), provocando uma cristalização e naturalização desses discursos.

Quando refletimos sobre a reforma agrária e sua errônea compreensão em que distribuir as terras é suficiente, sem existir alteração na estrutura fundiária do país, simplificamos um processo muito mais complexo e caro para as vidas apresentadas nesse trabalho. Mascara-se uma ideia de que a conquista da terra é o fim, entretanto, compreendemos que é meio (instrumento) de transformação.

As maneiras pelas quais cada assentado conquistou a terra, como vimos nos capítulos anteriores, não desqualifica a existência desse sujeito social, então é na vida cotidiana que está expressa a conquista da terra lar, do respeito à vida humana e à vida animal que se constitui a criação e recriação do campesinato.

⁴⁶ Vimos desde o início da pandemia, em 2020, discursos em que configuravam a desvalorização da vida. A intensificação do discurso de ódio e a ascensão de um protofascismo. Evidencia-se, assim, a necessidade de uma reflexão crítica da ideologia neoliberal que naturaliza esses discursos. Tal reflexão anuncia que o combate da violência, exclusão, discursos preconceituosos e estereótipos dado aos camponeses não se resolvem, em absoluto, nas urnas.

O ser humano enquanto ser social implica, necessariamente, a ação criativa, a aprendizagem, a transformação e o aperfeiçoamento de seus instrumentos de trabalho. Estes traduzem e constituem sua subjetividade. Cria-se o novo sem extinguir o antigo.

De acordo com Vygotsky (1996), esse processo se dá de fora para dentro, do social para o individual, pois, para que a consciência do indivíduo se construa, este, primeiro, experiencia a realidade que está fora dele, permitindo que esta realidade lhe dê sentido, não se resumindo numa relação passiva, mas de transformar e ser transformado pela realidade que o cerca.

O camponês utiliza do conhecimento e do aproveitamento que todos os recursos disponíveis na propriedade familiar podem propiciar, utilizando de uma dinâmica de melhor cuidado e conservação dos recursos existentes, visto que, para além da renda, há a necessidade de assegurar a sobrevivência da família no presente e para as próximas gerações. Como expresso na fala da Sra. R. (entrevista, jan., 2023): “Eu fui aprendendo tendo minhas coisas, né, criando minhas galinhas, meus porcos. Foi com muito sofrimento que a gente conseguiu esse capim aqui, a gente foi regando porque as vacas iam morrer de fome, chegou a morrer vaca de fraqueza”.

Tais expressões do criar e recriar nos apresenta o movimento do dia a dia existente nos camponeses, ou seja, a conquista pela/na terra mostra um processo de que o presente não é estático. Assim, compreendemos que a conquista da terra não só forma e transforma camponeses, mas produz novas subjetividades, novas consciências, novos sentidos e significados em relação a terra e ao coletivo.

A campesinidade se expressa, por exemplo, na alegria do Sr. C. (entrevista, jan., 2023) ao mostrar como conseguiu sozinho levantar o seu curral, usando suas “engenhocas” (uma corda acoplada à furadeira), momento da conversa que trouxe brilho no olhar, ao sinalizar que seus netos ficaram encantados com sua “invenção”, vindo do senhor monossilábico no início da conversa, desconfiado que explicou que só receberia a entrevistadora naquele dia porque estava chovendo, então, não estava trabalhando na horta. No final, não a deixou ir embora sem antes tomar um café e comer o bolo de cenoura.

A recriação de sua ferramenta de trabalho é o simbolismo da recriação camponesa que utiliza de todos os recursos e aprendizagens na sua luta para a permanência na terra. Como apresentado por Valério (2019), a hostilidade do ambiente no qual estão inseridos levam os camponeses a desenvolver formas de cooperação que expressam o equilíbrio entre o individual (família) e o coletivo (assentamento), como expresso na fala do Sr. J. (entrevista, jun., 2022)

Tem, isso tem. Aqui se um fica doente a gente vai lá e ajuda. Nós faz cesta básica entre nós e todo mundo ajuda. Se eu sair daqui agora e passar na casa

de cada assentado é pacote de arroz, feijão, até carne se tiver eles dão. E se fica doente, como por exemplo, uma senhora que ficou doente, o pessoal vai lá e ajuda, limpa a casa para ela, lava roupa, faz comida. Aqui o povo é bem tranquilo nesse ponto.

É através da criatividade que os camponeses zelam pela sua terra de trabalho, pela preocupação e na relação com a vida animal, bem como com vínculos de solidariedade entre os assentados. Como expresso pelo Sra. R. (entrevista, jan., 2023), sobre as ações para o período de seca para que as vacas não ficassem sem alimento: “a gente dividiu mangueira com o rapaz de baixo para se ajudar, plantamos em agosto (cana-de-açúcar) estava muita seca, daí ficava meia hora ligada lá e meia hora ligada aqui”.

A relação com a vida animal torna-se intrínseca com a empírica e de afeto, como relatado pela Sra. O. (entrevista, jan., 2023):

Eu gosto muito, porque eu tenho de tudo que eu preciso. Tenho meus bichinhos, meus cachorrinhos, eu gosto dessas coisas, eu gosto de criar. Ter meu espaço, fazer o que eu quero, ninguém manda em mim, eu não gosto que ninguém manda em mim. Eu só não tiro o leite, mas o resto é tudo eu, eu dou ração, é tudo eu. Pare uma vaca eu boto nas costas e trago o bezerro, quando não aguento nas costas pego na carrinhola e trago, porque se um bicho der cria e você não estiver em cima o urubu mata na hora.

Há outra questão implícita na campesinidade: a dimensão do tempo, ora expresso no tempo da aprendizagem das gerações, ora expresso no tempo e respeito à natureza, mas ambos traduzem o orgulho dos assentados em contar da relação de seus filhos e netos com a terra, da terra de família. Expresso nas palavras da Sra. R. (entrevista, jan., 2023) sobre a importância da continuidade das próximas gerações: “Porque, se não tiver essa geração, vai acabar a terra, quem é que vai tocar minhas coisas? Ninguém. Ele (neto) conhece tudo, nasceu os bezerros ele já coloca o nome, ele mesmo que coloca o nome nas bezerras. Tem até o seu nome! Ana!”

Tal expressão apareceu na fala da Sra. J. (entrevista, out., 2022), no relato que seu filho, de apenas dois anos, acorda toda a manhã e sai em busca dos ovos das galinhas, explicando que ele conhece onde ficam todos os ninhos, local que, muitas vezes, nem ela e seu companheiro sabem.

Dimensão do tempo e da aprendizagem destacados também do conhecimento que só é possível do campo sobre apresentando o conhecimento dos filhos e netos em relação com as demais crianças da cidade: “Não conhecem, tem escola que vem aqui porque as crianças não sabe de onde sai uma cenoura, um pé de alface, nem o leite. Acham que vem da caixinha. Agora

meu neto que nasceu aqui, foi criado aqui, ele sabe tudo! ele sabe a hora que vai nascer o pintinho da galinha”. (Sra. R., entrevista, jan., 2023)

E Sra. J. complementa, sobre a compreensão da dimensão, família, terra e trabalho:

[...] Aqui todo mundo trabalha, inclusive meu filho de 14 anos, ele acorda cedo e trabalha na horta, ele sabe colocar a ordenha e também arrebanha as vacas. Ele sabe fazer tudo. Me diz o que os meninos da cidade sabem fazer? Às vezes ele reclama, fala que não quer trabalhar, mas eu falo que ele precisa. Se a gente observar quais os cursos técnicos que têm aqui? É tudo para quem conhece de terra e meu filho com 14 anos já conhece tudo. Meu pai também conhece tudo, sempre morou no sítio, nasceu no sítio. (Sra. J., entrevista, out., 2022)

Como apresentado por Woortmann (1990, p. 50), o camponês não pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, como não se pensa o trabalho sem pensar na terra e na família. Essas categorias se vinculam com valores e princípios de honra e a hierarquia. O autor afirma: “O controle do tempo da família e a existência de um tempo de família autônomo, assim como o controle do processo de trabalho, são dimensões básicas da liberdade do pai”.

Compreendendo honra e hierarquia construída como ordem moral, da liberdade, da liberdade do nós e não do eu “trata-se, portanto, da liberdade da hierarquia no contexto de uma ordem moral. É também a liberdade de realizar o trabalho para nós, o trabalho enquanto uma dimensão ética, em oposição ao não trabalho para o outro”. (WOORTMANN, 1990, p. 44).

A liberdade ganha relação com a autonomia no sentido do controle do tempo de trabalho com o tempo livre, visto que o camponês é dono da terra, ao contrário do assalariado. Muitas vezes expresso no desinteresse em pensar no trabalho urbano, visto que este é entendido como perda da autonomia, ou seja, o fim da liberdade. Como expresso pela fala do Sr. F. (entrevista, jan., 2023), ao ser questionado o que significa a conquista da terra: “Pra mim é a oportunidade de trabalhar para a gente mesmo”. Expressão também presente na fala da Sra. I (entrevista, jan., 2023): “A gente mora, tem o cantinho da gente, sossegadinho né. É uma vitória, é um sossego. Você pode plantar o que você quiser, pode ter seu gadinho, né. Então ninguém pode falar ‘você não pode fazer isso’.

E acrescentado pelo Sr. C. (entrevista, jan., 2023), em relação à compreensão da diferença de classe e a conquista da terra:

Olha pra mim foi bom, se eu tivesse até hoje trabalhando nas usinas eu poderia estar aposentado, mas só que eu não tinha o capital que eu tenho hoje aqui. Ainda mais num lugar bom desse, que se precisa ir pra Castilho, para Andradina. Eu tava só com uma aposentadoria. Já está aposentado nós dois. Um lugar bom danado!

6.4 O FUTURO: TRANSFORMAÇÃO PARA A PERMANÊNCIA

Como apresentamos no tópico anterior, a luta pela/na terra é um processo transformador de subjetividades, implicando em (re)criações de significados e sentidos que a terra apresenta para os camponeses. Podendo ser expresso singularmente, mas é experienciado pelo coletivo, que interage, que transforma e que luta.

Compreendemos que o passado, ou seja, a experiência de luta desses camponeses pela terra é o que possibilita a permanência e os projetos futuros. É um sonho vivido de forma singular e coletiva e foram nas adversidades, por não deixarem de se indignar perante as injustiças, que ocorre a transformação, pois a:

[...] impotência transforma-se em revolta individual e que no encontro com o coletivo é possível potencializar os sujeitos para a luta. A potência de ação fundamenta-se no conceito de potência que é o direito que toda pessoa tem de ser, de se afirmar e se expandir, sendo estas as condições para se alcançar a liberdade, que carrega afeto e alegria. (GROFF, MAHEIREI, PRIM, 2009, p. 123).

Nessa pesquisa com o PA Arizona, apresentamos algumas histórias singulares, mas que narram o resultado de uma construção coletiva. Então a luta pela terra é uma experiência de enfrentamento da exclusão e do sofrimento ético-político. Uma luta pela felicidade. Não no sentido de prazer ou numa alegria efêmera, mas na experiência emancipatória que supera as condições materiais e econômicas, porque diz respeito à dignidade humana, da terra de morada, de família, re(criando) um novo sujeito, o que Sawaia (1999) chamou de felicidade ético-política.

A luta pela/na terra implica novas formas de organização de vida nas quais os sujeitos são atingidos de forma concreta. Cria-se, portanto, novas formas de subjetividades, produzidas não somente num processo racional e cognitivo, mas nas afetividades, então, a constituição humana é:

Em um processo dialético de viver, pensar e ser afetado por suas experiências de vida, e por meio deste exercício de abstração de sua própria existência, construindo novas formas de viver e sentir, é que se pode pensar na constituição de um novo sujeito. (GROFF, MAHEIREI, PRIM, 2009, p.125).

Como apresentado por Shanin (2005), ao longo do processo histórico, o conceito de camponês não é estático, apresenta flexibilidade, é dinâmico, uma vez que a unidade familiar

apresenta suas mudanças, seja na chegada de novos membros, na saída, na extinção, mas, mesmo em meio a esse movimento, é possível reconhecer características semelhantes do modo de vida camponês.

O futuro expresso no projeto de vida desses sujeitos, que reconhecem a importância do assentamento para a produção de alimentos para a sociedade, que não se reconhecem como moradores dos centros urbanos e ainda pelo desejo de continuidade do sítio pelos filhos, como apresentado na fala do Sr. F. (entrevista, jan., 2023):

O povo da cidade, né, eles vivem porque os agricultores trabalham, né; se o agricultor não trabalha, o povo da cidade vai comer o que? Então nós representa muita coisa. Aqui a gente tem mandioca, tem galinha, tem ovo. E outra, a gente trabalha aqui, tira o sustento da gente e ainda sobra para mandar pro povo da cidade.

Acrescentado pela Sra. T. (entrevista, jan., 2023), sobre a importância dos assentamentos, “Menina, é muito bom, tem gente que fala que o pessoal daqui é vagabundo, é preguiçoso, mas é o pessoal daqui que sustenta Andradina. Eles vendem para os restaurantes da cidade, então tem produtor aqui que abastece as escolas”.

A compreensão do movimento de tornar-se camponês, ou seja, de não se reconhecer como trabalhador assalariado ou morador da área urbana onde o desejo de permanência fica explícito: “Daqui eu não saio mais, daqui só para o cemitério. Eu nunca gostei de morar na cidade. Eu fui criado, nasci e criei na roça com meus pais. Eu vim para a cidade eu tinha 18 anos e eu fiquei 10 anos na cidade só. Aí eu casei a gente foi pro sem-terra e tamo aqui. (Sr. F., entrevista, jan., 2023)

Ocorreram também relatos que expressam a perspectiva de continuidade com as novas gerações, com a perspectiva dos “agregados” com o casamento dos filhos, a aprendizagem de filhos e netos, quando crianças, no cuidado com as criações. Ou seja, a terra de trabalho e casa dos “nossos”, da família e a perspectiva de deixar o legado de luta para as próximas gerações, como expresso pela Sra. O. (entrevista, jan., 2023):

Toda vida eu gostei de bater mundo, né. Já morei em vários lugares, mas eu gosto mesmo, eu sou da terra mesmo, eu gosto de trabalhar e não tem jeito. Eu fico doente quando eu não trabalho. Vem gente e fala tem que sair tá aí sozinha e eu não quero, só quando morrer, aí fica pro meu filho que está lá pra Santos. Só eu que vivo aqui mesmo, eu, Deus e meus bichinhos.

A permanência e a construção de projeto de futuro também são expressas na valorização e no cuidado com o a terra de trabalho, com a terra lar, pois o sítio é:

Sem comparação, o oxigênio aqui é outro. Ave Maria, na cidade recebe um ar desse? Quanto de oxigênio dá uma árvore. E eu gosto de plantar, olha o tanto que plantei. Depois você vai ver o bosque que vai virar isso aqui. Essa aqui plantei para refrescar a área, olha a sombra que vai dar. A raiz dela amarrei com plástico para não ir para o lado pra casa, então só vai para baixo. O povo fala você é louco, louco vai ver na hora que formar uma sombra aqui. (Sr. C. entrevista, jan., 2023)

A continuidade do camponês em decorrência do resultado do sonho da terra de trabalho, da terra de família, como relatada pela Sra. T. (entrevista, jan., 2023):

Eu agradeço a Deus e peço saúde pra mim continuar aqui até quando eu puder. Nunca eu imaginava na minha vida que eu ia ter uma casa para morar. Ainda mais num sítio porque só morei na casa dos outros. Agora eu posso falar que estou no que é meu, né. Porque a gente vai ser dono ainda de papel passado. É maravilhoso.

A terra de família como o projeto da utopia: “Meu sítio é meu paraíso, porque quando você entra da porteira para cá, nossa que bom! Parece que você está protegida”. (Sra. T. entrevista., jan., 2023).

E ainda relata, com os olhos marejados e voz embargada, que a casa de seu pai permanece, uma casa simples, de madeira, mesmo conseguindo construir a sua de alvenaria, a Sra. T. (entrevista., jan., 2023): “Essa é a casa de papai, continua aqui, fiz minha cozinha aqui”, como demonstrado na figura 28. Refletindo simbolicamente no significado da honra, da hierarquia da campesinidade. O sítio como lugar de morada da família presente no passado, no presente e no futuro.

Figura 28-Assentamento Arizona/Andradina (SP) – Casa do “papai”



Fonte: Trabalho de campo (05.fev.2023). Foto: da autora.

A compreensão da terra de trabalho, do orgulho de ser camponês, de morar onde mora, nas palavras cheias de orgulho da Sra. I. (entrevista, jan., 2023) apresentando seu pé de café e “pode falar lá que esse é lá dos sem-terra”, como demonstrado na figura 29.

Figura 29-Assentamento Arizona/Andradina (SP) – Pé de café na terra de trabalho



Fonte: Trabalho de campo (19.jan.2023). Foto: da autora.

Quando perguntado para a Sra. O. (entrevista., jan., 2023), o que significa para ela a terra, a resposta vem imediata, sem pausa, sem dúvida, sem nenhum tempo necessário para a reflexão e é pelas palavras dessa pernambucana de quase 80 anos, trabalhadora na roça desde os nove anos de idade, que “toca” seu sítio sozinha que finalizamos esse capítulo. A terra para o camponês é: “Tudo”.

6.5 DIALÉTICA DIFERENÇA E IGUALDADE: FRAGMENTOS DE RESISTÊNCIA

Finalizamos esse capítulo com a síntese da constituição social do homem que é dada pela unidade: passado, presente e futuro. Elementos, estes, que se misturam, que se repetem e se transformam. Reforçamos, portanto, um movimento de valorização e compreensão da subjetividade como transformadora e transformada pela/na luta da terra.

Ressaltamos a importância da expressão das singularidades, para que não caiamos nos estereótipos, padronizações e individualidade que preconiza o capitalismo, enfatizando a reflexão que cada camponês compartilha num determinado tempo e espaço na sua história de luta coletiva.

Portanto, os enquadramentos técnicos e científicos, que tentam reproduzir o modo de produção capitalista, tentam transformar esse sujeito social múltiplo num camponês padrão. Contudo, reforçamos a compreensão que a inexistência de uma qualidade não anula todas as outras presentes. Nenhum camponês será igual e querer que eles respondam igualmente às instituições e ao Estado com políticas estranhas ao seu modo de vida é cercear a liberdade humana.

Os camponeses se igualam e se diferenciam num processo constante de (re)criações e é nesse processo de conhecimento acumulado pela história de suas vidas, na compreensão da terra como terra de trabalho, na terra de família e aprendizagem das próximas gerações, no respeito ao tempo da natureza, na consciência do (des)valor de seu trabalho, na alegria de lembrar as conquistas e lutas do passado (e presente) e, principalmente, a certeza expressa nas falas de uma vida que foi escolhida para ser vivida que manifestam sua campesinidade.

Tal processo pode passar despercebido ou até mesmo ser considerado insignificante para alguns que esperam mudanças e saltos gigantes de emancipação, mas neste trabalho reconhecemos como fragmentos de resistência, pois é processo e se não finda.

Em suma, enquanto o capitalismo e, no campo, o agronegócio insistem em criar nomes, leis, regras para definir e enquadrar o camponês dentro do sistema e, a partir daí, restringir seu acesso a programas e benefícios acarretando a precarização e o empobrecimento da classe camponesa, seu apagamento e expropriação, nós, quando reconhecemos a transformação subjetiva construída na luta pela/na terra, apostamos na potência de transformação, como apresentado por Sawaia (1999), através da felicidade ético-política da conquista da terra, felicidade vivida de forma singular, mas numa caracterização que os iguala na construção de uma felicidade coletiva, ou seja, que enfrenta um sistema impositivo e violador.

Evidenciamos a necessária reflexão da complexidade e das contradições que a realidade apresenta no modo de vida camponês sem a pretensão de obter uma resposta, mas, sobretudo, de possibilitar a compreensão de novas perguntas que garantam o movimento, a constância e a permanência do camponês.

Em última instância, os conceitos devem servir não a ‘uma questão de reconciliação dialética de conceitos’, mas à ‘compreensão das relações reais’.

Devemos acrescentar, aqui, o compromisso, dentro da tradição socialista, de definir as dimensões da opressão do homem pelo homem e os caminhos da luta para combatê-las. Excetuando sua mistificação e sua utilização ideológica, o conceito de campesinato cumpriu, muitas vezes, todos esses serviços. Esta capacidade ainda não se esgotou. (SHANIN, 2005, p. 19).

Para isso, exige uma superação da padronização conceitual, visto que “O conceito de camponês é, sem dúvida, insuficiente em si mesmo, assim como qualquer outro conceito, exceto no que diz respeito a suas diferenças de extensão” (SHANIN, 2005, p. 18). Então, partimos de reflexões do cotidiano; quando são, como são. O camponês está expresso no fazer, o camponês é sua história e a história de seu assentamento.

Uma realidade do presente que está vinculada com o passado e com o futuro. São camponeses quando contam suas histórias e são plurais, são quando resistem, quando recriam, são quando mesmo se relacionando com o sistema capitalista, mantêm emoção em relatar suas histórias de luta. São camponeses quando se apresentam tão complexos que uma vastidão de teóricos tenta elucidar o que são, como o são ou moldar como deveriam ser.

Outrossim, estão presentes os fragmentos de resistência desde a experiência do acampamento no qual os valores coletivos são maiores que o individualismo. Posteriormente, no assentamento, com o constante movimento de se fazer camponês, através do mundo objetivo, dos desafios do cotidiano, da (re)criação da subjetividade. Tais fragmentos, encontrados e experienciados pelos camponeses deste trabalho, apontam-nos a possibilidade de se construir novos espaços coletivos, nos quais, novamente, com a dialética diferença e igualdade, prevaleça a igualdade social.

7 CONCLUSÃO

Atentaremos-nos, nestas palavras finais, em não cair na farsa da conclusão de um estudo quando se trata de relações humanas, porque estaríamos em contradição acerca do que decorremos ao longo de todo este trabalho: a mudança, a recriação, o constante processo de transformar-se sem deixar de ser.

O que podemos concluir é um recorte, um recorte desses sujeitos de luta para a conquista e permanência na terra. Sujeitos que representam a realidade concreta da desigualdade que assola todo o território brasileiro há mais de quinhentos anos.

Nessa parcela de território se mostra a realidade, a vida de carne e osso marcada por cada relato desses sujeitos, de movimento e de flexibilidade na permanência da terra em meio ao descompromisso do Estado e o avanço perverso do capital. Então, a sua permanência se dá, sobretudo, na constância da luta no reconhecimento do conflito das classes sociais; pelo não ceder por completo às investidas do capital, mesmo dentro desse modo de produção.

Desde o início do trabalho, trouxemos a reflexão para onde se vão os investimentos públicos e privados, mostrando quais são as prioridades imediatas do agronegócio mediadas pelo discurso ideológico perpetuado pela mídia. Como vimos, esse modelo “moderno” da agricultura, o agronegócio, é respaldado pelo casamento entre os capitalistas nacionais proprietários de terra (latifundiários), os capitalistas internacionais e as indústrias internacionais de controle mundial dos alimentos.

Tal modelo acarreta a reificação dos trabalhadores e da natureza. Portanto, se não tratarmos a reforma agrária numa compreensão complexa como a garantia de permanência da vida na Terra, a cada dia a reprodução do capitalismo intensificará e, em consequência, essas famílias que, historicamente, estiveram na terra e trabalhando nela continuarão sendo expropriadas, violadas e destinadas a viver em situação de desemprego e miséria.

É fundamental que o poder público crie e estimule programas e incentivos, que haja uma presença efetiva de associações e técnicos garantindo a fomentação de organizações que libertem os camponeses da exploração das empresas privadas, intermediários e atravessadores, garantindo dignidade e valorização da terra de trabalho.

Evidencia-se a problemática da sujeição da renda da terra e a monopolização do território no PA Arizona, principalmente no que diz respeito ao processo de comercialização do leite, com as inúmeras empresas privadas que circulam no assentamento. A verdade é que o resultado do trabalho do camponês passa por muitas mãos, mas o valor de seu trabalho não fica completamente nas mãos do camponês.

Evidenciando os aspectos característicos da permanência dos camponeses na terra, com o avanço do capital no campo, apresentados por Oliveira (1991), que reflete sobre a presença do duplo movimento que caracteriza a agricultura brasileira, apresentando que esse processo contraditório e desigual se trata da sujeição da renda da terra ao capital. Isso quer dizer que o capital não destrói de forma absoluta o trabalho familiar camponês, mas, contraditoriamente, ele cria e recria a reprodução de vida camponesa para que a produção do capital seja possível.

Em relação às cooperativas, como o caso da cooperativa dos produtos de horticultura, é a possibilidade de os agricultores camponeses não perderem suas produções, como aconteceu anteriormente, entretanto, quem dita as necessidades são os acordos vinculados com empresas privadas, ocorrendo novamente a sujeição da renda da terra.

Observa-se a fragmentação das organizações sociais, sindicais e associação no PA Arizona, no qual muitos participam apenas com apoio em questões administrativas e burocráticas. Ou seja, nada que questione a estrutura de poder colocada pelo capital e pela sujeição da renda da terra dos assentados. Assim, toda a oligarquia latifundiária dificulta a reforma agrária e a consolidação da agricultura familiar camponesa, por isso reforçamos que a questão agrária é central no nosso país, sendo esta a estrutura de manutenção do poder dos oligarcas latifundiários. Marcados por séculos de colonização e escravidão, com as grandes propriedades que não se apresentam sozinhas na história, mas são mediadas pelos capitalistas industriais, banqueiros, nacionais e internacionais.

As cooperativas aparecem para minimizar a problemática, mas, como observamos, não são suficientes se seus interesses continuam exógenos à realidade dos sujeitos sociais. E a escassez de políticas públicas, ou melhor, de políticas públicas que realmente atendam a todos, não venham a beneficiar apenas aqueles com mais recursos. Políticas públicas que não criem barreiras para camponeses pobres, pois as barreiras criadas para incentivos de crédito bancários para os camponeses também parecem bem desproporcionais às facilitações e linhas de créditos incentivadas para o agronegócio, não é mesmo?

Como apresentado por Thomaz Junior (2010), o agronegócio não se importa com as áreas tomadas de produção dos alimentos que compõem a cesta básica dos brasileiros, sendo declarada a crise que assola e assolará cada vez mais as famílias mais pobres do país.

Para os latifundiários capitalistas, não importa o destino de uso de suas terras, desde que se obtenha a renda. Com total desrespeito à natureza, às normas e à vida na Terra e cercados por uma sociedade que acredita no discurso do “agro é pop”, que consome sem questionar a toxidade dos produtos. No meio desse campo de batalha, os camponeses sujeitos à utilização desses insumos cada vez mais caros, por falta de apoio, orientação e capacitação técnica,

observamos que é esse camponês empobrecido, desacreditado, marginalizado pelo discurso do capital, com todos os estereótipos, violência e preconceitos que vimos nos relatos, que o capitalismo conseguiu produzir sobre os sem-terra, sobre os camponeses que lutam pela terra de trabalho, que produz alimento para a cidade, para as crianças, para a possibilidade de continuidade de vida.

Com suas histórias de exploração do trabalho desde sua infância pela indústria de álcool e açúcar, a exaustão, o desejo de fazer mais e o corpo exaurido pela exploração do trabalho não permitir, como apresentado por Silva (2008):

[...] setor sucroalcooleiro brasileiro, produtor do etanol, os dados apresentados sobre a precarização das relações de trabalho fornecem elementos importantes para o entendimento dos níveis de exploração existentes neste ramo da economia, cuja principal orientação é a garantia de mercados externos das commodities, às custas da depredação humana dos trabalhadores e da natureza. (SILVA, 2008, p.79).

Evidencia-se o controle monopolista da produção e que a concentração fundiária é cristalizada na história do Brasil, construindo-se com diferentes roupagens em diferentes momentos da história, mas sempre em busca de um mesmo interesse: atender os interesses de classes (capitalistas e latifundiários), intensificando-se a desigualdade e os conflitos no campo.

Entretanto, os camponeses, mesmo submetidos aos mecanismos de sujeição da renda da terra, recriam-se e permanecem na luta pela terra, por isso destacamos a razão de ser e permanecer desses sujeitos sociais em meio à crise de alimentos e o colapso capitalistas. Assim, destacamos o comprometimento dessa classe que cria e recria sua identidade; múltipla, diversa, como forma de garantir a permanência na terra.

Portanto, todas as visitas, todas as chuvas tomadas, todas as quedas de moto pela inexperiência de andar no “areião” das estradas internas, sofridas por esta pesquisadora, torna real esse processo de conhecimento desses sujeitos sociais, uma vez que as dificuldades do percurso não chegam nem perto do poder dos encontros potentes e transformadores das conversas com sujeitos reais de histórias únicas ao som do canto dos pássaros, do afeto e do acolhimento de uma desconhecida.

Os olhares que traziam um misto de receio com alegria por ter suas histórias contadas. O processo de ganhar confiança para responder algumas questões e terminando na alegria de mostrar suas árvores, seus sítios, seus animais.

E que o movimento deste trabalho seja o simbolismo da permanência do camponês, que nenhuma barreira supera o encontro de uma classe e sua potência, encontro no qual a força urge

na dor do outro, a força urge na indignação do descaso do Estado. A força urge na convicção do que são, mesmo diante de tantas histórias de sofrimento.

Sufrimento este decorrente do processo de expansão do capital que afeta diretamente a subjetividade dos camponeses, como nas palavras de Sawaia (1999, p.99): “sem o questionamento do sofrimento que mutila o cotidiano a capacidade de autonomia e de subjetividade dos homens a política, inclusive a revolucionária, torna-se mera abstração e instrumentalização”.

A solução, portanto, está nos afetos potentes que são a base para a liberdade quando usados positivamente em encontros com outros corpos em ações reflexivas e coletivas. Sendo compreendida, então, que a resolutividade para o sofrimento ético-político se encontra na felicidade ético-política, onde a felicidade:

[...] é experienciada apenas pelos que sentem a vitória como conquista da cidadania e da emancipação de si e do outro e não apenas de bens materiais circunscrito. A felicidade ético-política é sentida quando se ultrapassa a prática do individualismo e do corporativismo para abrir-se à humanidade. (SAWAIA, 1999, p.105).

Acreditamos que este trabalho é apenas o início de uma vasta necessidade de compreensão e valorização dos assentamentos rurais e sua razão (necessidade) de existir, em meio à expansão do capital e que a reforma agrária seja compreendida como viabilização da continuidade da sociedade, pois:

[...] a terra não pode ser considerada uma mercadoria qualquer que pode ficar retida, acumulada nas mãos de poucos. Ela é uma coisa especial. Dela depende a humanidade para sobreviver. [...] A terra somente tem sentido de ser apropriada com fins produtivos. (OLIVEIRA, 2003, p. 153).

Esperamos, por fim, que o trabalho possa colaborar com o avanço dessas inquietações, não nos deixando cair na desvalorização da vida. E, principalmente, não nos permanecendo neutros perante às questões políticas, sociais e econômicas, nas quais toda relação humana deve ter a legitimação dos afetos, toda alegria ou sofrimento, toda compreensão humana na sua dimensão histórica, da vida do cotidiano. Condições estas que são, sobretudo, substâncias da humanização e da visibilidade daqueles que o capitalismo tenta, incessantemente, tornar invisíveis.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, R. A. **Identidade, distinção e territorialização: o processo de (re)criação camponesa no Mato Grosso do Sul**. 2003. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003.

ARLINDO, M. A. S. da. **Dinâmicas virtuosas da Reforma Agrária na Região de Andradina/SP**. 2020. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

_____. **Assentamentos rurais na região de Andradina: o ponto de partida para novas dinâmicas territoriais**. In: XIV ENANPEGE, 2021, Campina Grande, Anais... Realize Editora. [s.n.] disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/78158>. Acesso em: 14 out. 2022.

_____. **Dinâmicas virtuosas da reforma agrária na região de Andradina/SP: produção camponesa e oferta de alimentos na escala local**. **Revista da ANPEGE**, [S. l.], 2022. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/15056>. Acesso em: 24 jun. 2023.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Agricultura familiar no Brasil e o censo agropecuário 2006. Brasília: MDA, 2009.

CAMACHO, R. S. A barbárie moderna do agronegócio latifundiário exportador e suas implicações socioambientais. São Paulo, **Agrária**, N°13, p. 169-195, 2010.

CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: Silva, José Graziano da; Stolcke, Verena (Org.). **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 133-164.

CIAMPA, A. C. **A Estória do Severino e a História da Severina: um ensaio de Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense. 2001.

COELHO, A. P. **Implantação do SIM/SUASA: o caso do território Professor Cory/Andradina e do consórcio intermunicipal do extremo Noroeste de São Paulo-CIENSP**. Tese (Doutorado em Agronomia) – Universidade Estadual de São Paulo – Ilha Solteira, 2022.

Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo: Brasil**. Centro de Publicação Dom Tomás Balduino, Goiânia: CPT Nacional, 2022.

DATALUTA - Relatório Brasil. **NERA**, no. 21 – Presidente Prudente, 2020.

FERNANDES, B. M. **MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra: formação e territorialização em São Paulo**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. B. M. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. A territorialização do MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra - Brasil. **Revista Nera**, [S. l.], n. 1, 2012. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1495>. Acesso em: 1 set. 2022.

FERRANTE, V. L. S. B.; BARONE, L. A.; DUVAL, H. C.; GOMES, T. P. de S.; AMARAL, D. T. do; GÊMERO, C. G.; FLORES, A. F.; SILVA, S.; JUNIOR, O. A. Um Retrato das Regiões da Pesquisa. **Retratos de Assentamentos**, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 45-87, 2012. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/108>. Acesso em: 5 fev. 2023.

GHIRARDELLO, N. **À beira da linha**: formações urbanas da Noroeste Paulista. São Paulo: UNESP, 2002.

GOLDFARB, Y., MITIDIERO JUNIOR, M. A. **O agro não é tech, o agro não é pop e muito menos tudo**. Associação Brasileira de Reforma Agrária -ABRA. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung – FES. 2021.

GROFF, A., MAHEIRIE, K.; PRIM, L. A experiência de coletivização em um assentamento de reforma agrária do MST. **Revista psicologia política**, São Paulo, v. 9, n. 17, p. 113-128, jun. 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2009000100008&lng=pt&nrm=iso. Acesso: 13 mar. 2023.

GUERRA, R. Verificando a viabilidade do PDS São Salvador no estado do Acre. **Revista Ambiente & Sociedade**. v. 7, pp. 157-167. Campinas, SP, n. 1, 2004. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/26281>. Acesso: 5 mar. 2023.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Banco de Dados Agregados (SIDRA). Disponível em: <www.ibge.gov.br>.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2006: agricultura familiar** – primeiros resultados – Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. Disponível em: < <https://www.gov.br/incra/pt-br> > Acesso em: 8 de fev. 2023.

LANE, S. T. M. Prefácio. In A. C. Ciampa. **A Estória do Severino e a História da Severina: um ensaio de Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense. 2001

LOPES, E. D. **A questão agrária e as formas de resistência camponesa nos municípios de Andradina/SP e Castilho/SP**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2012.

MAHEIRIE, K. Identidade: o processo de exclusão/inclusão na ambiguidade dos movimentos sociais. In ZANELLA, AV., et al., org. **Psicologia e práticas sociais** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, p. 49-56, 2008.

MAPA - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - Diretoria de Desenvolvimento e Consolidação de Projetos de Assentamento, 2021.

MARQUES, M. I. M. Terra e modernidade em assentamentos de reforma agrária. In: Ellen Woortmann. (Org.). **Significados da terra**. 1ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, p. 255-283. 2004

MARTINS, J. S. de. **Capitalismo e tradicionalismo**: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Livraria Pioneira. 1975.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

_____. **A militarização da questão agrária no Brasil** – Terra e Poder: O problema da terra na crise política. Petrópolis, Ed. Vozes, 1984.

_____. **Expropriação e Violência**. 2ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. J. S. **O Poder do Atraso**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Fronteira**: A degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

MELO, T. G. de; SCOPINHO, R. A. Políticas públicas para os assentamentos rurais e cooperativismo: entre o idealizado e as práticas possíveis. **Sociedade e Estado**, [S. l.], v. 33, n. 01, p. 63–86, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/18348>. Acesso em: 8 fev. 2023.

MITIDIERO JUNIOR, M. A. Reforma agrária no Brasil: algumas considerações sobre a materialização dos assentamentos rurais. **Agrária**, [S.l.], n. 14, p. 4-22, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/55794>. Acesso em: 9 fev. 2023.

_____. **Censo agropecuário 2017**: o que revela o censo do golpe? Marília: Lutas Anticapital, 2022.

MOLON, S. **A questão da subjetividade e da constituição do sujeito nas reflexões de Vygotsky**. Dissertação. (Mestrado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1995.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Editora Pólis Editora Hucitec, 1984.

MORAES, A. C. R.. **Ideologias Geográficas**. Hucitec: São Paulo, 2002.

_____. O sertão: Um “outro” geográfico. **Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica**, Terra Brasilis, 2003, Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/341>. Acesso em 13 de outubro de 2022.

MOTTA, R. C. C. S. de. **As linhas da camponesidade na (in)subordinação camponesa em Glória de Dourados/MS**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas/Universidade Federal da Grande Dourados, 2013.

NARDOQUE, S. **Apropriação capitalista da terra e a desconcentração fundiária em Jales–SP**. Dourados/MS: Ed. UFGD, 2014.

OLIVEIRA, A. de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Ed. Contexto, 1991.

_____. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 185-206, 2001. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9831/11403>. Acesso em: 09 jun. 2023.

_____. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Terra livre**, São Paulo, ano 19, v. 2 n. 21, p. 113-156, 2003. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/473/447>. Acesso em: 04 jul. 2022.

_____. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

_____. **A mundialização da agricultura brasileira**, XII Coloquio Internacional de Geocrítica: las independencias y construcción de estados nacionales: poder, territorialización y socialización, siglos XIX-XX. Maio, 2012.

OLIVEIRA, M. E. **O grito abençoado da periferia: trajetórias e contradições do Iajes e dos movimentos populares na Andradina dos anos 1980**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2006.

PAZ, D. O.; CASTILHO, R. M. M.; SANT'ANA, A. L. Condição ambiental das áreas de reserva legal dos assentamentos rurais da microrregião geográfica de Andradina – SP. **Retratos de Assentamentos**, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 126-142, 2020. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/382>. Acesso em: 7 jun. 2022.

SANT'ANA, D. Z. **Visões dos sujeitos escolares sobre a educação do campo na microrregião geográfica de Andradina**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2016.

SANTOS, R. O. C. dos. **Reforma Agrária em questão: a propriedade privada como fator de desterritorialização camponesa no Assentamento Fazenda Primavera (Andradina-SP)**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2014.

SAWAIA, B. B. **As Artimanhas da Exclusão**. Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1999.

SCOPINHO, R. A.; GONÇALVES, J. C.; MELO, T. G. Entre os seres e as coisas do mundo: representações sociais de trabalhadores rurais assentados sobre agroecologia. **Retratos de Assentamentos**, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 167-187, 2016. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/242>. Acesso em: 8 fev. 2023.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações - o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**, [s. l.], n. 7, p. 1-21, 2005. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1456>. Acesso em: 9 jun.2023.

SILVA, F. C. da. **Agricultura familiar em duas microrregiões do noroeste do Estado de São Paulo**: uma análise comparativa entre as explorações agropecuárias e as políticas públicas dirigidas ao segmento. Dissertação (Mestrado em Agronomia). Universidade Estadual Paulista. Ilha Solteira, 2012.

SILVA, J. G. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SILVA, M. A. M. Produção de alimentos e agrocombustíveis no contexto da nova divisão mundial do trabalho. **Revista Pegada**. Vol. 9, nº 180. Junho, 2008. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1645>. Acesso em 8 de fev.2023.

SILVA, R. M. A.; NUNES, E. M. Agricultura familiar e cooperativismo no Brasil: uma caracterização a partir do Censo Agropecuário de 2017. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 61(2), e252661. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.252661>. Acesso em 8 de fev.2023.

SUZUKI, Júlio César. Questão agrária na América Latina: renda capitalizada como instrumento de leitura da dinâmica sócio-espacial. **Cidade, Campo e Turismo**. p.213-223. São Paulo, 2006. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemons/12suzuki.pd>. Acesso em 8 de fev.2023.

TAVARES, A. S. de. Campesinato e campesinidade na Vila Amazônia (Parintins/AM): um ensaio geográfico fenomenológico. **Marupiará**. [s. l.], n. 6, p. 39-54, 2020. Disponível em: <http://periodicos.uea.edu.br/index.php/marupiará/article/view/1910>. Acesso em: 26 fev. 2023.

THOMAZ JÚNIOR, A. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 5, n. 10, p. 92–122, 2010. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/12042>. Acesso em: 9 jun. 2023.

VALÉRIO, V. J. O. **Agonia da comida**: da expansão da cana-de-açúcar ao movimento da produção e distribuição de hortifrúti no Estado de São Paulo (2006-2017). Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2019.

VARELA, F. **A questão agrária nacional e assentamentos rurais na Paraíba**. Ideia, 2006. VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WOORTMANN, K. Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, n. 87, p. 11-73, 1990.

ANEXO

ROTEIRO DE ENTREVISTA: PROJETO DE ASSENTAMENTO ARIZONA

Data: ____/____/____ Horário início/término: ____/____

IDENTIFICAÇÃO

1. Nome Completo:

2. Idade ____

3. Nome Lote/Sítio:

4. Composição familiar:

Nome	Idade	Escolaridade	Vínculo familiar	Atividade

HISTÓRIA INDIVIDUAL/COLETIVA

5. Qual município de nascimento?
6. Qual o local de moradia antes de morar no assentamento?
7. Há o histórico da família no trabalho da terra?
8. Como foi o início de sua trajetória na luta pela terra?
9. Como adquiriu a propriedade?
10. Há quantos anos mora no assentamento?
11. Há demais familiares que moram no assentamento?
12. Qual a história/escolha do nome?
13. O que significa para você ter acesso a terra?
14. O que significa ser um agricultor familiar/camponês
15. Qual palavra melhor representa quem mora/trabalha no assentamento?
16. Que lugar, pessoas e/ou momento marca sua história aqui no assentamento?

- 17. Como você definiria o assentamento?
- 18. Quais as qualidades encontradas no assentamento?
- 19. Quais as dificuldades encontradas no assentamento?

ORGANIZAÇÃO COLETIVA/PARTICIPAÇÃO

- 20. Existem grupos e/ou associações organizados dentro do assentamento?
- 21. Como é sua participação?
- 22. Quais principais obstáculos encontrados para a realização dos grupos?
- 23. Há a presença de ações do Estado e técnicos com orientações e capacitações?
- 24. Atualmente faz uso de algum incentivo de crédito? Qual?

PROCESSO DE TRABALHO E PRODUÇÃO

- 25. Quais são as produções presentes no lote?
- 26. Quais são usadas para autoconsumo da família?
- 27. Quais são utilizadas para a comercialização?
- 28. Existem outras pessoas da família que participam da produção?
- 29. Alguém da família trabalha fora do assentamento? Onde?
- 30. Quais as dificuldades encontradas ou situações que prejudicam as produções?
- 31. Há necessidade ou períodos de outras relações de trabalho?

COMERCIALIZAÇÃO

- 32. Quais são os canais de comercialização dos produtos?
- 33. Quais as principais dificuldades na organização/transporte e finalização para a comercialização dos produtos?
- 34. Você considera satisfatório o preço recebido pelos produtos?

Observações/característica